

Veículo: Site Acorda Cidade	Online
Data: 29/10/2020	Caderno: Notícias



## Compras até 31 de outubro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada

Os contemplados de novembro serão conhecidos no dia 19. O resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais.

Mudar o tamanho da letra: A+ A-



Foto: Mateus Pereira/GOVBA  
Acorda Cidade

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o próximo sábado (31) para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no

sorteio de novembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF até o final deste mês para participar do sorteio do mês que vem.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha.

Os contemplados de novembro serão conhecidos no dia 19 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 950 pessoas, das quais 606 moram na capital e 343 no interior.

## **Solidariedade**

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Aratu On	Online
Data: 28/10/2020	Caderno: Notícias



## Compras feitas até sábado concorrem ao próximo sorteio da Nota Premiada; Estado vai distribuir R\$ 1 milhão em prêmios

---

Compartilhe:

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

Há 20 horas Atualizada Há 20 horas Fonte: Da redação



Crédito da Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o próximo sábado (31/10) para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de novembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

Os cadastros podem ser feitos no [site](#) da campanha, após a realização de compras com a inclusão do CPF. Todas as compras são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio.

A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de novembro serão conhecidos no dia 19. O resultado será publicado no [site](#) da campanha e nas redes sociais.

---



# App Preço da Hora Bahia ajuda consumidor a economizar quando for abastecer

28 outubro 2020

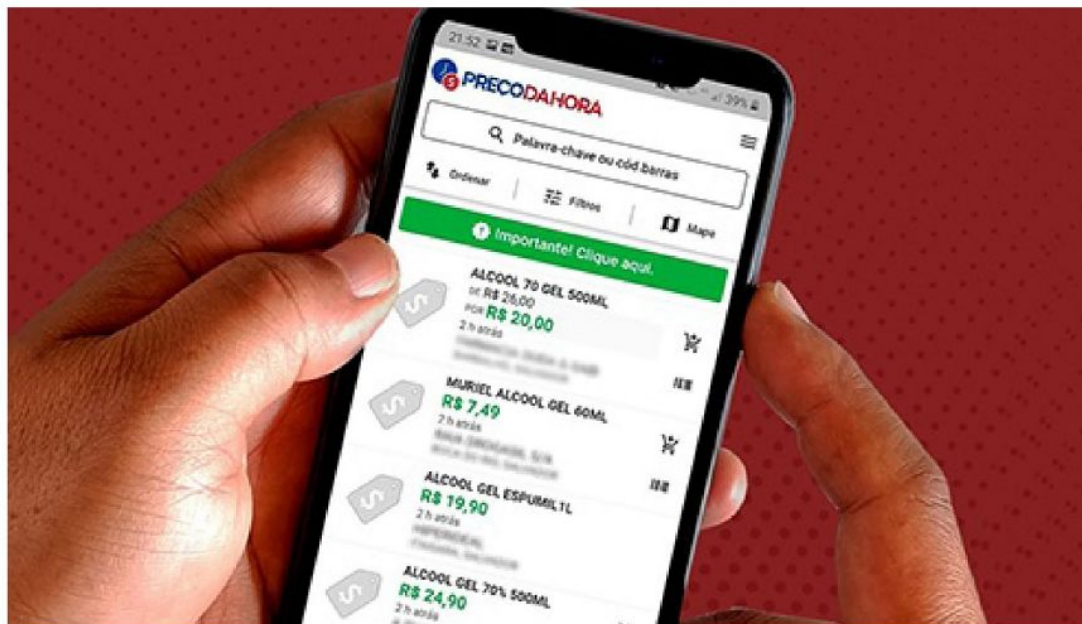


Foto: Divulgação

O consumidor baiano que quiser economizar no momento de abastecer o veículo pode contar com um importante aliado: o aplicativo Preço da Hora Bahia, lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), permite uma rápida busca dos melhores preços praticados no comércio local.

Para isso, primeiro é preciso baixar o app em dispositivos móveis na Apple Store ou no Google Play. Na sequência, para fazer a pesquisa, basta abrir o Preço da Hora Bahia, clicar na opção 'Combustível', localizada na barra inferior da tela, e selecionar o tipo de produto que deseja pesquisar: gasolina, etanol, diesel ou GNV. Outra opção é acessar a ferramenta pelo site [precodahora.ba.gov.br](https://precodahora.ba.gov.br).

O aplicativo, já utilizado por mais de 339 mil baianos, irá apresentar uma relação com os menores preços praticados pelos postos de combustíveis em um raio que varia de 1 a 30 quilômetros da localização do usuário, distância que pode ser ajustada conforme preferência.

É possível ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda do tipo de combustível escolhido, além do telefone e da rota para se chegar ao estabelecimento. Outra função muito útil do Preço da Hora Bahia é a que



apresenta um mapa apontando os três postos com os preços mais baixos do combustível na região delimitada pelo usuário.

## Orientações

Antes de se deslocar até o estabelecimento, alerta a Sefaz-BA, é importante confirmar se o preço continua válido e se eventual desconto concedido é aplicável a todos os clientes. Segundo o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt, os preços apresentados pelo app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em uma promoção, venda para clientes fiéis, descontos por pagamento à vista, entre outras condições. Muitos postos concedem descontos exclusivos para motoristas de aplicativos, por exemplo.

“O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido, por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para o posto e confirmar se o desconto apresentado é aplicável. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, explica o diretor.

Com o Preço da Hora Bahia, é possível pesquisar os preços de todos os produtos à venda no varejo em toda a Bahia, que atualmente somam mais de 500 mil itens, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-BA. O aplicativo oferece ainda a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

---

---





**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## Uma ajuda muito além do imaginado

União repassou R\$ 31 bilhões acima das perdas estaduais

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O apoio financeiro aos Estados para o enfrentamento da pandemia do coronavírus ficou muito acima do que se poderia imaginar. Os dados preliminares do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) indicam que a receita acumulada de janeiro a setembro do ICMS, o principal tributo estadual, caiu cerca de R\$ 3 bilhões, na comparação com igual período de 2019. Para compensar a perda, os governadores receberam R\$ 37 bilhões, considerando apenas a lei complementar 173/2020.

Mas a ajuda federal não ficou só nisso. A arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), que é dividida com Estados e municípios, também caiu durante os meses iniciais da pandemia. Por isso, a medida provisória 938/2020, que foi convertida na lei 14.041/2020, autorizou a União a manter os repasses aos fundos de participação de Estados e municípios (FPE e FPM), de março a novembro, em valores equivalentes aos repassados nos mesmos meses de 2019. Com essa medida, os Estados já receberam R\$ 7,359 bilhões, de acordo com o Tesouro Nacional.

### União repassou R\$ 31 bi acima das perdas estaduais



O Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais, editado pelo Confaz, estima que a receita de todos os tributos estaduais - além do ICMS, o IPVA, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e todas as taxas cobradas - ficou em R\$ 437,4 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro.

Este dado, no entanto, ainda não inclui a arrecadação do Distrito Federal e do Pará no mês passado. Se essas duas unidades da federação tiverem registrado a mesma receita de setembro de 2019, a arrecadação total subiria para R\$ 439,52 bilhões. É provável que a receita fique maior do que esse valor, pois, em setembro, a arrecadação de todos os Estados superou aquela obtida no mesmo mês do ano passado.

Como a arrecadação acumulada de janeiro a setembro do ano passado do conjunto dos Estados ficou em R\$ 445,14 bilhões, a perda de receita por causa da pandemia foi de, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões.

Para compensar essa perda, os Estados receberam da União (LC 173 e MP 938) nada menos que R\$ 44,359 bilhões (R\$ 37 bilhões mais R\$ 7,359 bilhões). Considerando que os recursos da União autorizados pela MP 938 foram apenas para manter constantes os valores dos repasses do FPM e do FPE, na comparação com 2019, os Estados tiveram cerca de R\$ 31,4 bilhões a mais, de janeiro a setembro deste ano, do que em igual período de 2019 (R\$ 37 bilhões menos R\$ 5,6 bilhões).

O aumento nominal da arrecadação total dos Estados nos primeiros nove meses deste ano está em torno de 7% (considerando apenas o repasse de R\$ 37 bilhões), o que é um dado significativo, tendo em vista que o país está em recessão, com a previsão de queda em torno de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo nessa situação, as receitas estaduais apresentarão aumento real, uma vez que a inflação deste ano está estimada em torno de 3%.

Ainda não há informações sobre como os governadores estão gastando os recursos transferidos pela União. A LC 173 diz apenas que, dos R\$ 37 bilhões repassados aos Estados, R\$ 7 bilhões terão que ser utilizados em ações de saúde e assistência social.

Os demais R\$ 30 bilhões serão utilizados livremente pelos governadores, pois cairão diretamente no caixa de cada Estado e não estão carimbados, ou seja, não têm destinação definida em lei. Os recursos poderão, portanto, ser utilizados no pagamento de despesa com pessoal.

É importante que o contribuinte saiba que a União foi obrigada a emitir títulos públicos para arrecadar os recursos que transferiu, na forma de ajuda financeira aos Estados e aos municípios. Assim, a receita maior dos Estados neste ano resultou de aumento do endividamento do Tesouro Nacional.

O impacto da pandemia nas receitas estaduais foi desigual. Na verdade, os Estados do Centro-Oeste e do Norte apresentaram ganho de arrecadação, provavelmente porque são grandes produtores de commodities agrícolas e suas economias não foram muito afetadas pela pandemia. As perdas ficaram com os Estados de Nordeste, Sul e Sudeste.

A arrecadação total de tributos de Mato Grosso, o maior produtor de grãos do país, por exemplo, aumentou 16,18% de janeiro a setembro, na comparação com igual período de 2019, de acordo com os dados do Confaz. Mesmo assim, o Estado recebeu um auxílio de R\$ 1,485 bilhão da União (só com a LC 173). Com a ajuda, a receita total de Mato Grosso nos primeiros nove meses deste ano ficou em R\$ 15,19 bilhões, um aumento de 28,8%, na comparação com a arrecadação do mesmo período de 2019.

Na região Norte, os maiores ganhos de arrecadação ficaram com Amazonas e Pará. O primeiro registrou aumento de 6,6% de janeiro a setembro, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com os dados do Confaz. O segundo ainda não divulgou os dados de setembro, mas a receita estava crescendo 6,62% até agosto.



Na região Nordeste, as maiores perdas ficaram com o Ceará (queda de 8,82%), Bahia (queda de 5,03%) e Rio Grande do Norte (menos 5,17%). No Sudeste, a receita total de Minas Gerais caiu 2,73%, a do Rio de Janeiro, 3,94%, e a de São Paulo, 2,76%. No Sul, a maior queda de receita foi de Santa Catarina, com menos 3,09%, de acordo com os dados do Confaz.

Todos os Estados que perderam receita foram mais do que compensados com o auxílio dado pela União, de tal forma que nenhum terá em seu caixa, neste ano, uma receita menor do que a obtida no ano passado, embora alguns tenham sido mais beneficiados do que outros pela ajuda federal.

Em conversa com o **Valor**, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, chamou atenção para o fato de que o pagamento das dívidas estaduais, que foi suspenso neste ano por causa da pandemia, será retomado em janeiro de 2021. "Isso vai acontecer em um quadro ainda de dificuldades", observou. Para ele, embora a economia esteja em recuperação, está retomando em um nível mais baixo, o que impactará negativamente as receitas.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE

### LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

FERNANDO VALVERDE

O governador Rui Costa anunciou, na manhã de ontem, a existência de estudos de viabilidade para a implantação do Hospital do Planserv, que atenderá os servidores públicos do estado, na área do antigo Hospital Espanhol, no bairro da Barra. De acordo com o governador, o estado irá contratar empresa especializada para conduzir o estudo via processo licitatório, e, após a entrega, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) irá tomar as medidas para desapropriar o imóvel.

“Vamos fazer um hospital de referência, de alta qualidade e de alta performance para atender o servidor. Contratamos os estudos e a referência que definimos é o Hospital Espanhol. A Procuradoria do Estado irá tomar as medidas para contratar esse estudo de definição do perfil e do processo legal da conclusão para a desapropriação da área”, afirmou.

Em função do aproveitamento da estrutura do Hospital Espanhol, serão estudadas as adaptações que serão necessárias para a acomodação dos pacientes na unidade. Neste ano, o hospital foi cedido temporariamente para a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) para a implantação de unidade exclusiva para tratamento da Covid-19.

**Hospital Espanhol**

O impasse sobre o imóvel do Hospital Espanhol já passou por variadas fases, com a Jus-

**SAÚDE** Governador da Bahia anuncia estudos de viabilidade para implantação de centro médico de excelência para os servidores públicos do estado na Barra

## Rui planeja criar Hospital do Planserv no antigo Espanhol



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 6.5.2020

O prédio do Hospital Espanhol, na Barra, está fechado desde 2014 e acumula uma dívida de R\$ 480 milhões

**“Vamos fazer um hospital de referência [...] para atender o servidor”**

RUI COSTA, governador

tiça tendo determinado a venda da unidade, leilões marcados e remarcados e o pedido de desapropriação feito pelo governo do estado. O prédio, que está fechado desde 2014, acumula uma dívida de R\$ 480 milhões com R\$ 179 milhões na área trabalhista. O déficit é de responsabilidade da Real Be-

necidência Espanhola.

No início de outubro, o governo estadual havia divulgado que faria um novo chamamento público para selecionar a empresa que administraria o imóvel. “É um patrimônio da Bahia, uma referência de saúde privada e infelizmente, com os problemas de gestão, veio a fe-

char”, falou o governador.

Um pedido de desapropriação do imóvel já havia sido feito pelo governo estadual em 2019, mas esbarrou no entendimento da Justiça de que o valor de R\$ 82 milhões estaria abaixo do montante do ativo imobiliário do equipamento, avaliando em R\$ 195 milhões.

COVID-19

## ‘A pandemia está sob controle’, diz secretário

**ISSO É BAHIA**

VICTOR ROSA

Pacientes que não fizeram acompanhamento de outras doenças durante a pandemia. Aglomerações em festas de paredão e em algumas praias de Salvador. As autoridades têm alertado para que as medidas de prevenção continuem, o que pode evitar ou, pelo menos, diminuir a possibilidade de uma segunda onda de infecção em massa do novo coronavírus (Covid-19), como, de acordo com a Fiocruz, está acontecendo em Manaus.

De acordo com o secretário da Saúde de Salvador, Leo

**“Temos um dos melhores programas do mundo de imunização”**

LEO PRATES, secretário da Saúde

Prates, em entrevista na manhã de ontem para o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, a pandemia pode ser considerada controlada na capital baiana, e o risco de uma segunda onda ainda é baixo.

“Porenquanto, eu diria que a pandemia está sob controle. A palavra que rege este mo-

mento é equilíbrio, pois estamos há sete meses em uma pandemia, em uma cidade pobre, em um país pobre. Claro que governar é escolher prioridade, e nossa prioridade é a vida. Mas precisamos também não matar as empresas da nossa cidade. Por isso há necessidade da flexibilização”, diz Leo Prates.

O secretário também destacou a taxa de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da cidade, que se mantém em 50%, mesmo após a desativação de alguns leitos de atendimento para a Covid-19.

“Este valor é um índice excelente. Vale lembrar também que todas as medidas restri-

tivas são para que o sistema público de saúde comporte e dê atendimento para todas as pessoas, que possa atender bem as pessoas”, comenta.

**SUS**

Durante entrevista para o Isso é Bahia, o secretário da Saúde frisou a importância do Sistema Único de Saúde

NOVO CORONAVÍRUS

## Fake news distorcem a real necessidade do uso da máscara

TÁCIO CALDAS\*

Por causa da pandemia do novo coronavírus, o uso de acessórios de proteção, como a máscara, tornou-se obrigatório em locais públicos e privados nos municípios da Bahia. Apesar disso, uma parcela da população segue descrente na proteção que este item pode trazer para si e pessoas que estão a sua volta. Isto é um efeito claro das fake news que ainda circulam livremente pelas redes sociais, pois nelas é possível observar que, em cada discussão sobre este assunto, seis em cada dez pessoas envolvidas são contra o uso da máscara.

Numa discussão em junho deste ano no Facebook, usuários divergiram sobre o as-

sunto devido a uma ocorrência dentro de um supermercado. No caso, uma pessoa sem máscara e armada com uma faca ameaçou clientes e outras pessoas. “O que era para ser uma recomendação de saúde vira um crime contra a saúde pública. Várias pessoas sendo agredidas em ônibus, mercados por causa de um pedaço de pano que não tem proteção efetiva contra o risco biológico”, comentou uma internauta. Outro usuário divergiu sobre o assunto: “O cara entra num supermercado com faca e já sabe que está desrespeitando um decreto, está esperando encontrar alguém para esfaquear”.

Nesta terça-feira, o Senado Federal publicou, na Agência Senado, um vídeo

**Desinformada, parte da população questiona uso do dispositivo de proteção**

tratando deste assunto. O material falava da importância do uso do acessório e sobre a lei 14.019/2020, que segue em vigor. No mesmo conteúdo ainda há a afirmação de que os boatos que circulam na internet afirmando que a referida lei não está em vigor é falsa.

Para a professora de bio-



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 15.5.2020

logia Regina Lúcia Oliveira Sá, as fake news “não deveriam existir, porque elas só vieram para acabar com as pessoas, já que elas vivem do que foi dito nas redes sociais e na internet”, comentou.

De acordo com a médica Clarissa Cerqueira, infectologista do Hospital Córdio Pulmonar, do ponto de vista mé-

dico, não há por que as pessoas não usem a máscara. “Eu não vejo nenhum motivo, do ponto de vista até técnico, do porquê das pessoas não quererem usar máscara. Tem todo um fator por detrás, mas, além de uma conceitualização da Covid-19, algumas pessoas ficam com receio da falta de ar. Mas, em si, ela não faz

PANDEMIA

**Bahia registra 27 mortes e 1.990 novos casos em 24h**

VITOR CASTRO\*

A Bahia registrou nas últimas 24 horas 1.990 novos casos de Covid-19, um crescimento de 0,6%, além de 27 óbitos e 1.714 diagnósticos de cura. Com a inclusão dos dados de ontem, o estado soma agora um total de 7.546 mortes e 349.711 pessoas infectadas desde o início da pandemia. Deste total, 334.760 já foram curados e outros 7.405 encontram-se ativos.

Em toda a Bahia, o número de pessoas ainda doentes representa 2,12% do total de contaminados desde o início da pandemia no estado. A maioria dos casos ativos, aqueles que ainda apresentam sintomas da Covid-19, está em isolamento domiciliar. Do total de doentes, 6.457 estão tratando a doença em casa e os outros 948 precisaram ser internados, estando 496 pacientes em leitos de UTI e os outros 452 em leitos clínicos.

Todas as cidades do estado registraram casos da doença, no entanto Salvador é a localidade com o maior número de contaminados. São 90.711 casos confirmados e 2.648 óbitos registrados.

\* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

**Secretário da Saúde Leo Prates participou do Isso é Bahia**

(SUS) no Brasil e como ele mostrou sua necessidade diante de uma pandemia.

Leo Prates também lembrou que um dos pilares da campanha do candidato Biden para as eleições nos EUA é a vacinação gratuita contra a Covid-19. “Veja que nos Estados Unidos, que não têm sistema público de saúde, quem não tem dinheiro está morrendo. Aqui temos um dos melhores programas do mundo de imunização coletiva”, pontua o secretário da Saúde.

Que finaliza: “Houve problemas do SUS em alguns locais, como Manaus, com cenas tristes, mas muito mais por não ter uma ação rápida e urgente do que por uma fragilidade do Sistema Único de Saúde”.

**População está dividida sobre o uso de máscara como proteção**

isso. A máscara não faz isso, ela não reduz o oxigênio”, afirmou a infectologista.

A secretária e estudante de administração Laís Nascimento de Menezes acredita que a população deve seguir os conhecimentos técnicos e médicos sobre o assunto. “Eu acho que os estudos já comprovaram que o uso da máscara é importante para conter o avanço do coronavírus”, comentou. Ainda segundo ela, o uso do item de proteção é fundamental para todos. “Acho que é essencial para a nossa proteção”, afirmou. Vale lembrar que os decretos municipal e estadual, nº 32.357 e nº 19.636 respectivamente, seguem em vigor.

\* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

# OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

## Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

### Cafeicultura recebe apoio contra estiagem

Mais de R\$ 150 milhões de financiamento para recuperação de cafezais atingidos pela estiagem vão reverter parte dos efeitos de incêndios nos plantios, como as que atingiram a Chapada Diamantina e parte do sudoeste baiano.

O Comitê Técnico do Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC) atendeu à demanda encaminhada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e aprovou a liberação.

O sinal de positivo definitivo só depende agora do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o recurso como uma suplementação da linha para a Recuperação de Cafezais Danificados.

O financiamento é destinado às lavouras atingidas por intempéries climáticas e prevista no Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé), criado para socorrer os produtores em situações adversas.

Segundo o presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Breno Mesquita, o setor produtivo está otimista que a medida possa entrar em vigor em breve.

— O comitê aprovou essa sugestão nossa e acreditamos que seja analisada rapidamente — disse Mesquita.

### SAC no feriadão

Com a transferência do feriado pelo Dia do Servidor Público (28/10) para amanhã, o SAC alterou o funcionamento das suas unidades. Haverá atendimento amanhã apenas nos postos SAC Pau da Lima, Pernambuco, Liberdade e Servidor, na capital; Camaçari, na região metropolitana (RMS); e Itabuna, no interior. Segunda-feira, Dia de Finados, todos os postos ficam fechados. O atendimento precisa ser agendado pelo SAC Digital por meio do [www.sacdigital.ba.gov.br](http://www.sacdigital.ba.gov.br).

*“Ter mais mulheres na vida pública agrega valor à sociedade. Os países que se saíram melhor no enfrentamento da pandemia de Covid-19, por exemplo, eram liderados por mulheres”*

**LUÍS ROBERTO BARROSO**, ministro do STF e presidente do TSE, durante debate promovido pela corte eleitoral sobre a importância do aumento da participação das mulheres nos espaços de poder



Uendel Galter / Ag. A TARDE

**INFÂNCIA** | *A infância de cada um de nós guarda os mais enraizados aprendizados. O que vivemos nela nos conforma, ou aponta caminhos, para o resto da vida. Se podemos sonhar quando pequenos, podemos lutar quando adultos.*

## O novo normal vencerá a intolerância religiosa?

### Diane Kuperman

Membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa-CCIR, do Programa de Estudos e Pesquisas da Religião (PROEPER-UERJ) onde representa a Associação Religiosa Israelita-ARI

Este ano não será igual àquele que passou. Não haverá trio elétrico, nem bateria do Olodum, cânticos de Krishna, atabaques, crucifixos ou estrelas de David. A 13ª Caminhada pela Liberdade Religiosa não coloriu a Praia de Copacabana com as representações que confraternizavam anualmente, mostrando ao mundo que o diálogo inter-religioso é possível e que elementos comuns unem os mais diversos credos. Mas uma coisa, este ano, está igual àquele que passou... a intolerância que se perpetua, exacerbada por radicalismos que não aceitam o

diferente e pela ignorância que alimenta medos e provoca rejeição.

A agressão mais recente foi a invasão de uma Casa de Santo para apreensão arbitrária de adolescente no seu rito de iniciação, a pedido da avó evangélica que reivindicou (e obteve) sua guarda. A decisão judicial foi revertida graças à rápida ação de advogados ligados à causa do combate à intolerância religiosa, asober-

*Não são apenas as religiões de matrizes africanas alvo de perseguições. O antisemitismo se manifesta no País*

bados pela quantidade de ataques a Pais e Mães de Santo obrigados a abandonar seus terreiros e a destruir seus objetos de devoção, muitas vezes sob a mira de fuzis.

Não são apenas as religiões de matrizes africanas alvo de perseguições. O antisemitismo se manifesta de Norte a Sul do País. Suásticas são grafitadas nas paredes de sinagogas, neonazistas agridem judeus de kipá, hackeiam reuniões para proferir ofensas e semeiam ódio pelas redes sociais. Muçulmanos se queixam de violências contra mulheres de hijab. Wicanos denunciam acusações absurdas de ritos demoníacos. Ciganos delatam insinuações que roubam crianças. Preconceitos milenares que afloram em tempos de fanatismo, fruto do desconhecimento dos ritos de religiões que odeiam a priori, e da cegueira que sedimenta a certeza de que apenas a própria crença é verdadeira. Há

até grupos que pregam desobediência civil com o slogan — Constituição Não, Bíblia Sim!

Este ano já é diferente! Por conta do distanciamento social, pela necessidade de reinvenção para sobreviver. As lives, que tomaram conta do universo cibernético e de nossas agendas, são fontes inesgotáveis de informações. Sacerdotes e leigos se uniram em conversas sobre os mais diversos temas — o lugar das mulheres; idosos, fardo ou porto seguro?; terra, útero ou santuário?; intolerância e racismo religioso.

Lições de vida transmitidas sem dogmatismo nem proselitismo, numa troca rica que oferece novos horizontes a quem até então só conhece uma única verdade a sua própria. É desafiador aprender a respeitar o espaço do outro, numa busca coletiva de um mundo melhor. Não será este o novo normal?

## ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

### Propostas mirabolantes

Os postulantes ao Palácio Thomé de Souza navegam em águas calmas, porém desconhecidas, quando se arvoram a ganhar o voto do eleitor ainda indeciso, para tentar sentar na cadeira mais cobiçada da cidade. São propostas mirabolantes e esquisitas que saltam aos nossos olhos, sem nos causarem mais surpresas ou espanto. Da passarela da Moqueca ao perdão da dívida fiscal, não falta imaginação aos nossos prefeituráveis para fisgarem o incauto e desatento eleitor, como se fosse fácil enganar a todos os munícipes ao mesmo tempo. **MOACYR RODRIGUES NOGUEIRA FILHO, MOACA14@HOTMAIL.COM**

### A sonhada vacina

É claro que estamos torcendo pela aprovação e chegada da vacina contra a Covid-19 para alívio geral. No entanto, o uso obrigatório do procedimento trará complicações de ordem jurídica, aí sim, pois como sabemos surgirão logo os grupos políticos do contra para tumultuar e discordar da obrigatoriedade imposta e eles mesmos recorrerem, provocando uma enxurrada de processos na justiça. Ainda bem que o povo já está consciente da importância da imunização e tenho convicção que 99% dos brasileiros irão tomar a vacina sem precisar ser

obrigatória. O Presidente está certo. **LUIZ GONZAGA MELO FARIAS, LUIZGONZAGAFARIAS2106@GMAIL.COM**

### Incomparável Ceíça

Licongrande prazer e atenção o excelente artigo publicado na edição de A TARDE de 25/10 da colaboradora deste importante jornal, onde faz com muita propriedade e justeza o correr do tempo que escorre pela existência do ser humano, comparando com o saborear de um apetitoso bolo caseiro. Que leitura leve e agradável para os dias que estão todos vivendo; para mim, foi um verdadeiro bálsamo e, suponho,

*Ainda bem que o povo já está consciente da importância da imunização e tenho convicção que 99% dos brasileiros irão tomar a vacina sem precisar ser obrigatória*

para todos que leram a irreparável peça literária. É por essa razão que passo a dizer: feliz do jornal que tem uma colaboradora como a incomparável Ceíça Schettini. **FRANCISCO CELSO, FRANCISCOCELSO022@GMAIL.COM**

### Luta e resistência

Ao completar trinta e sete anos neste vinte e oito de outubro, o Projeto Cultural Cantina da Lua que surge em 1983, com a finalidade de criar a Festa da Bênção e reunir as diversas entidades, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, entidade centenária, o Montepio dos Artistas, além da Associação dos Moradores do Centro Histórico, com a aguerrida Elvira Souza, que se orgulhava de dizer que não tinha papas na língua, a Congregação Mariana de São Luis, Pastoral da Mulher Marginalizada, Projeto Axé, as diversas irmãs da área, Filhos de Gandhy, que tinha na presidência Djalma Passos, mas só se reunia no carnaval e conseguimos criar a seresta do Gandhy. Os ensaios do Olodum, que aconteciam aos domingos na área aberta do Teatro Miguel Santana, depois de muitos papos com Petu, que levou a ideia para a diretoria, a entrada do Olodum na Terça da Bênção foi uma verdadeira bênção! Olodum e Jorge Amado, que é

Amado até no nome, para mim são os maiores embaixadores do Brasil de todos os tempos. São Tantas lutas, tantas vitórias, tantos debates com políticos e com a sociedade, que o espaço que penso poder ocupar neste jovem jornal com mais de 100 anos é pouco. Mas ainda que seja pouco, quero dizer muito do que tem feito o Projeto Cultural Cantina da Lua, com a ousadia de ter feito mais de 800 shows de 1983 a 1991, editado livros, como “A Mulher de Aleduma”, de Aline França, “Pássaro Azul e Manhã Celeste” de Léa Fonseca... Trouxemos quatro ministros de cultura, para denunciarmos a degradação do nosso centro histórico! Entre tantas coisas, entregamos uma carta ao papa João Paulo II. Se o leitor me permitir, em outros momentos poderei falar um pouco mais dessa nossa trincheira de luta e resistência do Pelô. Estamos juntos e convictos de que o Pelourinho, mais especificamente o Terreiro de Jesus não é totalmente viável sem estacionamento para idosos e pessoas com deficiência, mas acreditamos em um consenso que nos traga de volta a zona azul. Viva o Pelô! Pelô vivo! O povo que não preserva o passado, não vive o presente e jamais poderá construir um grande futuro. **CLARINDO SILVA, CLARINDOLUA@BOL.COM.BR**

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupopostar.com.br

# Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena  
armandoavena@grupopostar.com.br

## O jardim de veredas que se bifurcam

Indagam-me novamente sobre como será o futuro pós-pandemia no mercado de trabalho e na economia. A princípio fico com Victor Hugo: “O futuro é um fantasma de mãos vazias, que tudo promete e nada tem”. Gosto de especular sobre o futuro quando ele já é passado. Como a teoria que diz que a peste negra, que devastou Florença e a Europa no século XIV, foi a responsável pelo Renascimento. Há quem diga que a familiaridade com a morte fez o homem voltar-se para a vida, mas não se pode esquecer que o temor dela (da morte) nos legou obras religiosas maravilhosa, e elas estão na gênese da Renascença. De concreto mesmo foi a peste negra ter vindo da China, através da Rota da Seda. Será que todas as pestes veem da China?, perguntaria um adepto das teorias da conspiração. Não sei, sei apenas que é cedo para dizer que o homem não

será o mesmo após a pandemia, que dará menos valor às coisas materiais, que o home office será entronizado como a nova forma de trabalho e que a recessão vai estruturar as economias sob novos moldes. Tampouco que o distanciamento entre as pessoas será beatificado e que elas só estarão juntas na epifania diária das redes sociais. Quando se fala em futuro, lembro sempre do conto “O jardim de veredas que se bifurcam”, do escritor Jorge Luís Borges. Nele, Borges nos faz ver que existem inumeráveis

futuros e que eles se bifurcam, se cortam, se interpõem e de tal maneira que se desdobram em várias possibilidades. Pois então, pode ser que o home office seja o futuro do trabalho, mas não vamos esquecer que ele só funciona quando existe o imperativo do confinamento, sem o qual a produtividade tende a cair. Chama atenção, por exemplo, que o Google tenha aproveitado o preço baixo dos imóveis em Nova York para comprar por US\$ 2,4 bilhões o famoso prédio do Chelsea Market para ali instalar sua sede.

E que o Facebook tenha comprado uma milionária sede na Av. Faria Lima em São Paulo. Ou seja, as big techs não parecem estar apostando no home office. E as reuniões, ora essa, serão substituídas por lives muito mais produtivas. Não sei, eu, pelo menos, fui tomado por uma verdadeira livefobia e sinto falta das plateias de minhas palestras e do olho no olho das reuniões presenciais. Quanto à economia, o futuro é o inferno dos economistas, e a recessão, que seria brutal, resultou em uma queda de apenas 4%, e as empresas, que quebrariam todas, estão aí, aos trancos e barrancos, mas já de portas abertas enfrentando a pandemia. Por isso, querido leitor, temo que o futuro não seja o home office, nem a livemania, tampouco uma nova economia. O mundo pós-pandemia será um jardim de veredas que se bifurcam e haverá vários futuros.

**É cedo para dizer que o homem não será o mesmo após a pandemia**

**Fui tomado por uma verdadeira livefobia e sinto falta das plateias**

## Impacto do auxílio emergencial

A Bahia foi o 2º estado do país que mais recebeu recursos do auxílio emergencial no Brasil, sendo superada apenas por São Paulo. No frígido dos ovos, a perda da massa de rendimentos causada pela pandemia foi mais que compensada com mais de R\$ 10 bilhões injetados na economia baiana. Esse montante representou 5,8% do PIB baiano e foi o que manteve a

economia funcionando. Na região Nordeste, o impacto do auxílio emergencial no PIB foi ainda maior de 6,5%, enquanto na média brasileira foi de 2,5%. Um programa como esse beneficia os mais pobres e eles estão destelados do país, por isso, se for confirmada sua supressão, a economia nordestina vai sofrer muito mais que o restante do Brasil.

## Boom da construção civil

O mercado imobiliário na Bahia vai de vento em popa, e isso já se reflete no mercado de trabalho. Tirando o setor industrial, em plena recuperação, a construção civil foi quem mais gerou emprego na Bahia no mês de agosto. E uma contagem inicial mostra que só nos bairros de classe média e alta de Salvador – Barra, Morro do Ipiranga, Stella Maris, Vitó-

ria, Graça, Pituba e Horto Florestal – são mais de 20 os novos lançamentos, incluindo alguns em construção. Juros baixos, disponibilidade de crédito, a poupança gerada na pandemia, a vontade de morar melhor, tudo está ajudando até o rendimento baixo da renda fixa. Mas há problemas, faltam insumos e o dólar está aumentando o custo de produção.

**TRABALHO** Índice de evolução do número de empregados na construção civil é o maior dos últimos oito anos, diz CNI

# Emprego na construção tem alta de 50,1 pontos

AGÊNCIA BRASIL

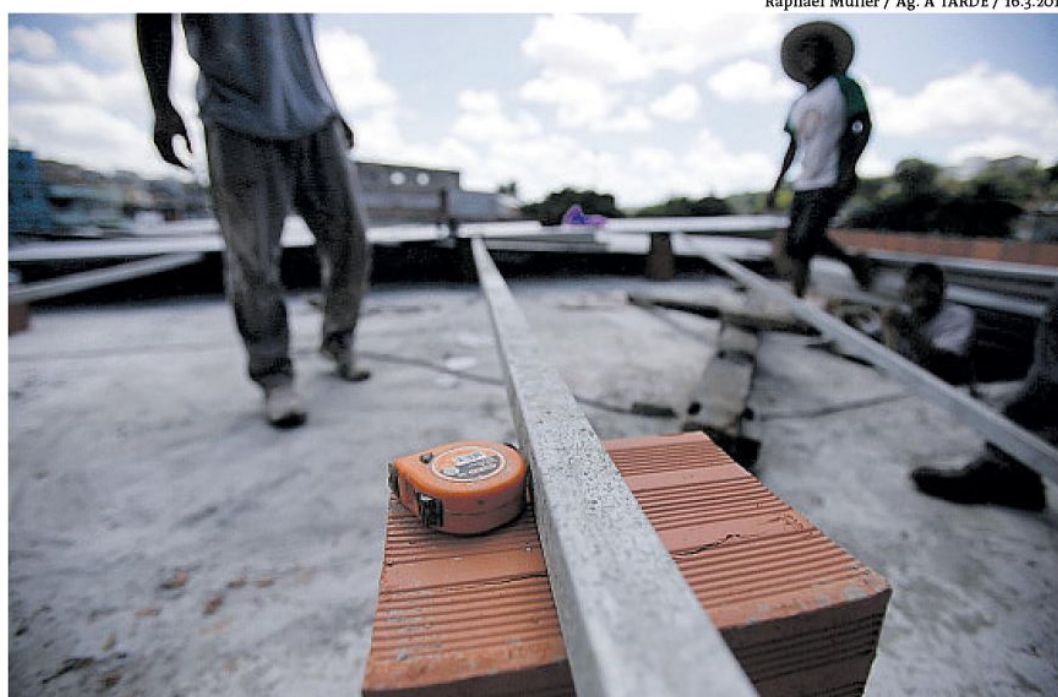
A indústria da construção civil segue em ritmo acelerado, com avanço na atividade e na utilização da capacidade operacional. A pesquisa Sonda-gem Indústria da Construção, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra a retomada da indústria de construção civil em setembro, com o índice de evolução do número de empregados chegando a 50,1 pontos no mês.

Essa é a quarta alta consecutiva do índice, que se afastou ainda mais da sua média histórica de 43,9 pontos. O índice é o maior desde abril de 2012 e, para a CNI, isso confirma o bom momento do emprego do setor, embora tenha sido precedido por fortes quedas, observadas em março e abril, em razão dos efeitos da Covid-19.

Os dados variam em uma escala que vai de zero a 100. Indicadores abaixo de 50 revelam perspectivas negativas e, acima de 50, expectativas de crescimento. E quanto mais distantes da linha divisória de 50 pontos mais forte e mais disseminado é esse crescimento. Pa-

**Entre os principais problemas da construção civil, a pesquisa destaca falta ou alto custo da matéria-prima**

**Essa é a 4ª alta consecutiva do índice da construção civil**



Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 16.3.2019

ra a pesquisa, foram entrevistadas 170 empresas de pequeno porte, 197 de médio porte e 94 grandes, entre 1º e 14 de outubro de 2020.

O índice de evolução do nível de atividade está em 51,2 pontos, queda de 0,2 ponto em relação a agosto. De acordo com a CNI, a ligeira queda é pouco significativa, pois o

índice está acima da linha divisória de 50 pontos pelo segundo mês consecutivo, o que indica aumento do nível de atividade da indústria da construção na comparação com o mês anterior.

A Utilização da Capacidade Operacional também cresceu em setembro pelo quinto mês consecutivo e fi-

cou em 62%, alta de 2 pontos percentuais ante agosto. O percentual é idêntico ao registrado em setembro de 2019 e supera os percentuais confirmados entre os anos de 2015 a 2018.

**Satisfação e confiança**

O indicador de satisfação com a situação financeira au-

mentou 6 pontos na comparação trimestral, alcançando 44,7 pontos no terceiro trimestre. O resultado supera a média de 44 pontos da série histórica, iniciada em 2009.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial se manteve estável entre setembro e outubro, em 56,7 pontos. A CNI destaca que a es-

tabilidade ocorre após cinco altas seguidas, se dá em patamar elevado e aponta “para um sentimento de confiança otimista e disseminado entre os empresários da indústria da construção”. Porém ela está em um nível inferior aos níveis pré-pandemia e aos observados nesse mesmo período do ano passado.

Os índices de expectativa também apresentaram queda em outubro, à exceção do índice de expectativas de números de empregados. Apesar das quedas, todos os índices permanecem acima da linha divisória de 50 pontos, indicando que os empresários da indústria da construção mantêm o sentimento de otimismo.

Entre os principais problemas da construção civil, a pesquisa destaca falta ou alto custo da matéria-prima. O problema se tornou o maior do setor no terceiro trimestre de 2020, apontado por 39,2% das empresas. No segundo trimestre, esse problema era apenas o 11º e foi assinalado por 9,5% das indústrias de construção. A elevada carga tributária aparece em segundo lugar.

CICLO 3

# Caixa paga auxílio emergencial

AGÊNCIA BRASIL

A Caixa Econômica Federal pagou ontem o auxílio emergencial para 3,6 milhões de brasileiros nascidos em outubro. Será liberado R\$ 1,6 bilhão para beneficiários que não fazem parte do Bolsa Família, no ciclo 3 de pagamentos do programa.

Do total, 1,3 milhão receberá R\$ 800 milhões referentes a parcela do auxílio emergencial regular, no valor de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães chefes de família). É o caso de trabalhadores que fizeram o

cadastro nas agências dos Correios entre 2 de junho e 8 de julho e trabalhadores que fizeram a contestação pelo site

**MOVIMENTAÇÃO**

**Saques para quem recebeu o crédito ontem serão liberados em 1º de dezembro. O beneficiário poderá retirar o auxílio no caixa eletrônico, nas agências da Caixa ou lotéricas ou usar o aplicativo Caixa Tem**

da Caixa ou aplicativo do Auxílio Emergencial de 3 de julho a 16 de agosto e foram considerados elegíveis para receber os recursos.

Os demais, 2,3 milhões beneficiários também foram contemplados ontem com a primeira parcela do auxílio emergencial extensão de R\$ 300 (R\$ 600 para mães chefes de família), num total de R\$ 800 milhões.

Os recursos estão disponíveis na poupança social digital e poderão ser movimentados pelo aplicativo Caixa Tem. Com ele é pos-

sível fazer compras na internet e nas maquininhas em diversos estabelecimentos comerciais, por meio do cartão de débito virtual e QR Code. O beneficiário também pode pagar boletos e contas, pelo próprio aplicativo ou nas casas lotéricas.

O calendário de pagamentos do auxílio emergencial é organizado em ciclos de crédito em conta poupança social digital e de saque em espécie. Os beneficiários recebem a parcela a que têm direito no período, de acordo com o mês de nascimento.

## CURTAS

**Montadoras terão incentivos fiscais**

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que prorroga os incentivos fiscais a montadoras de veículos ou fabricantes de autopeças instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A lei, decorrente da conversão da Medida Provisória 987/2020, aprovada no mês passado no Congresso, deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União. O prazo para apresentação dos projetos pelas empresas interessadas é 31 de outubro.

**Governo visa licitação única**

Pela primeira vez o governo federal unificará a contratação de empresas que prestam serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado para 50 órgãos públicos no Distrito Federal. Em vez de licitar os serviços órgão por órgão, a terceirização será totalmente centralizada, numa operação que pode resultar na economia de R\$ 97 milhões nos próximos 30 meses. O edital do pregão foi publicado antontem no Diário Oficial da União.

## Governo estadual anuncia criação do Hospital do Planserv para servidores

**ESTUDO** O governador Rui Costa anunciou ontem que vai começar os estudos para construir um hospital do Planserv, voltado para os servidores públicos estaduais da Bahia. O governo do estado considera realizar uma adequação do Hospital Espanhol, localizado na Barra.

O estudo vai analisar o perfil, quais serviços serão inclusos e todo o processo legal de conclusão da desapropriação do prédio do Hospital Espanhol, acrescentou o governador. A unidade de saúde vinha sendo usada como hospital de campanha no combate à covid-19, durante a pandemia.

“Sei que era um pleito antigo dos servidores, que é ter um hospital de referência, de alta qualidade e que possa atender os servidores públicos”, disse Rui. O uso do Hospital Espanhol ainda é avaliado, afirmou a Secretaria Estadual de Administração (Saeb). O prédio da unidade é visto como uma opção por já ter uma estrutura montada.

Mas o advogado Washington Pimentel, que representa a Real Sociedade Espanhola de



**A intenção do governo é usar o prédio do Hospital Espanhol, na Barra, por já ter uma estrutura montada**

Beneficência, razão social do Hospital Espanhol, diz que o hospital não pode ser disponibilizado até que exista uma solução para o pagamento dos credores em razão do processo de insolvência civil. Desde setembro de 2019,

um pedido de desapropriação por parte do Estado da Bahia corre na Justiça Federal, entretanto, segundo o advogado, a ação para desapropriar não explicita a destinação do prédio - o que deveria ocorrer.

## Universidades liberadas para aulas a partir do dia 3

**PRESENCIAIS** Depois de sete meses sem aulas presenciais na Bahia, as instituições de ensino superior podem voltar a realizar atividades presenciais a partir da próxima terça-feira (3), informou o secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues. De acordo com o gestor, as faculdades e universidades terão autonomia para definir quando e como será a retomada. O decreto que permite a volta para as salas de aula será publicado amanhã.

“O decreto apenas libera as atividades acadêmicas do ensino superior com base em

protocolos de saúde. Cada instituição, pública ou privada, tem autonomia de calendário e pode definir o que fazer a partir de 3 de novembro. Não precisa ser logo no dia 3. O que elas são obrigadas é a cumprir o protocolo”, explica Rodrigues. As regras para a retomada serão publicadas em uma portaria também nessa sexta (30).

Sem detalhar o protocolo, o secretário citou algumas medidas que deverão ser observadas, como a retirada de catracas e sistemas de identificação por biometria das entradas das instituições, uso

de máscara obrigatório, distanciamento mínimo de 1,5 m entre as pessoas e uso de EPIs e de álcool em gel. As salas das atividades práticas e teóricas só poderão ter 50% da capacidade. Deverá ocorrer a medição da temperatura,

**Não existe uma definição sobre a volta das atividades na educação básica, que está com aulas suspensas por decreto até o dia 15 de novembro**

e as cantinas terão que seguir as regras específicas para esses estabelecimentos.

As instituições privadas de ensino superior ainda não devem retomar as aulas teóricas, informou o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior da Bahia (Semesb) e reitor do Centro Universitário Unirb, Carlos Joel Pereira. De acordo com ele, o posicionamento atual é que apenas as aulas práticas devem voltar nesse primeiro momento.

“Também fomos pegos de surpresa com a data. A logística para o retorno não é tão

simples e já montamos uma estratégia de aulas mediadas pela internet. Não devemos retornar de imediato. Tudo aponta que as aulas presenciais na totalidade só ocorreram em 2021”, afirmou.

Na Universidade Federal da Bahia (Ufba), as atividades presenciais estão suspensas em 2020, ressaltou o reitor João Carlos Salles. Para o ano que vem, as possibilidades ainda são debatidas. O semestre letivo suplementar, on-line, vai até o dia 18 deste mês. “Nossa decisão é por não retomar as atividades presenciais este ano”, disse o reitor.

Veículo: Correio*	
Data: 29/10/2019	Caderno: Economia



## **SALVADOR TERÁ VOOS PARA TODAS AS REGIÕES NO VERÃO**

**ROTAS INÉDITAS** Salvador terá ligações diretas para todas as regiões do país durante o verão. A partir de 18 de dezembro, a capital baiana terá voos para todas as capitais do Nordeste e do Sudeste, para duas capitais do Sul, duas do Centro-Oeste e uma do Norte. O destaque desses voos para a alta estação é a rota inédita SSA-Palmas, na região Norte, com quatro viagens semanais. Os dados são referentes à malha da GOL Linhas Aéreas. As informações são da assessoria da Vinci, concessionária do Aeroporto Internacional de Salvador.

Até o momento, a cidade é a única do Nordeste a ter voos diários para duas capitais da Região Sul. As viagens sem escala para Porto Alegre e Curitiba serão diárias. Facilitando a conexão com outras cidades brasileiras, a companhia aérea também disponibilizou mais um voo diário para Guarulhos, com saída às 4h.

Também ficará mais fácil para os baianos passar as férias no Nordeste, já que Salvador terá voo direto para todas as outras capitais da região durante o verão. A GOL colocou à venda as passagens para São Luís (3 partidas semanais) e Teresina (4 partidas semanais).

# Plataforma online vai gerar oportunidades para jovens

**ESFORÇO COLETIVO** Empresas, sociedade civil, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram ontem uma iniciativa chamada Um Milhão de Oportunidades. O foco reune adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, em especial os que estão em situação de vulnerabilidade – como negros e pardos, indígenas, moradores de periferias urbanas e áreas rurais e pessoas com deficiência.

A meta, segundo os idealizadores, é gerar, nos próximos dois anos, um milhão de oportunidades em quatro pilares: acesso à educação de qualidade; inclusão digital e conectividade; fomento ao empreendedorismo e protagonismo de adolescentes e jovens; e acesso ao mundo do trabalho em oportunidades de estágio, aprendiz e emprego formal. Por meio de uma plataforma digital, a iniciativa pretende

**1 MI**  
**de oportunidades é a meta da iniciativa, voltada para jovens de 14 a 24 anos e que vivem em situação de vulnerabilidade social**

auxiliar adolescentes e jovens a buscar informações, por regiões, de qualidade sobre oportunidades e formação para o mundo do trabalho.

Todas as oportunidades poderão ser acessadas no site e no aplicativo, que terão um monitoramento sobre o preenchimento efetivo de cada oportunidade pelas empresas participantes por meio de um acordo de adesão.

“Devemos cuidar, incentivar e apoiar o ensino de todos os jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade, pois neles creditamos a esperança de um Brasil mais justo e igualitário. Temos que trabalhar para garantir mais oportunidades para todos”, disse Juliana Azevedo, executiva da P&G Brasil.

Com uma população de 48 milhões de pessoas entre 10 e 24 anos de idade, o Brasil tem hoje a maior geração de adolescentes e jovens de sua história, segundo o Unicef. Um dado preocupante é que

um em cada quatro adolescentes e jovens não estuda, nem trabalha. O ensino médio é a etapa com maiores índices de evasão escolar. Em 2018, mais de 458 mil adolescentes deixaram a escola.

“Diante da pandemia da covid-19, esses números podem aumentar ainda mais. É essencial investir agora nos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, criando oportunidades para que se mantenham aprendendo e consigam ingressar no mundo de trabalho. Só assim será possível quebrar o ciclo de pobreza que afeta tantas famílias”, explicou Florence Bauer, representante do Unicef no Brasil.

Ainda na avaliação dos especialistas, a velocidade dos avanços tecnológicos pode aumentar ainda mais as desigualdades no Brasil, excluindo adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e sem formação profissional.

## Melhora nas vendas no comércio eleva confiança

**INCREMENTO** Puxado pelas condições atuais das vendas, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) subiu 18,5% em outubro, no comparativo a setembro. O indicador da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo chegou aos 98,5 pontos, melhor cenário desde de maio. A alta deste mês acompanha a evolução de setembro, quando houve avanço de 20,8% frente a agosto. Segundo o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, os empresários de Salvador estão pessimistas em relação ao quadro atual, porém vem melhorando rapidamente as suas avaliações. Desde junho, pior momento durante a pandemia, o Icec subiu 61,7%, porém ainda está 21% abaixo do patamar do início da pandemia, em março, de 124,8 pontos. “As vendas têm melhorado, como mostrou o levantamento de agosto, cujo faturamento do setor no estado registrou 10% na comparação anual”, esclarece Dietze. O ICEC apontou aumento de 13,9% em outubro e atinge os 84 pontos.

## INCENTIVOS A MONTADORAS É PRORROGADO

**INDÚSTRIA** O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira a lei que prorroga até 2025 incentivos fiscais para fabricantes de veículos e autopeças nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A sanção decorre da conversão em lei de uma MP editada no fim de junho e aprovada no começo deste mês pelo Congresso. O texto aprovado pelos parlamentares prevê que as empresas instaladas nas três regiões terão até 31 deste mês deste ano para apresentar projetos para novos investimentos, pesquisas e desenvolvimento de produtos. O texto contempla a possibilidade de prorrogação do aproveitamento dos créditos presumidos do IPI.

## PEGOS NA MALHA-FINA RECEBERÃO CARTAS

**PENDÊNCIAS** A Receita Federal vai começar nesta quinta-feira a enviar cartas a contribuintes de todo o país que tiveram a declaração do IR 2020 retida em malha fiscal, para que eles possam se regularizar. A ação pretende estimular os contribuintes a verificarem o processamento de suas declarações e, caso constatem erro nas informações declaradas ao Fisco, providenciarem correção. Serão enviadas 334 mil cartas até o dia 1º de novembro, mas somente para contribuintes que podem se regularizar, isto é, aqueles que não foram intimados nem notificados pela Receita Federal. Quem receber a correspondência não precisa comparecer à Receita.



## ECONOMIA

# Temor com segunda onda derruba bolsas mundiais

**MERCADOS** Uma nova onda de avanço da covid na Europa e nos Estados Unidos provocou um forte estrago ontem nos mercados globais. As Bolsas de Valores americanas e europeias fecharam em quedas que passaram de 4%, a cotação do petróleo recuou 5% e até o ouro teve queda, de 1,71%.

O Brasil não escapou à onda mundial de pessimismo. O índice Ibovespa, da B3, fechou o dia com queda de 4,25%, aos 95.368 pontos, a maior baixa porcentual desde 24 de abril (-5,45%). O dólar chegou a ser cotado a R\$ 5,79, recuou após uma intervenção do Banco Central, mas acabou voltando a subir e fechou em R\$ 5,76 - alta de 1,39%. É o maior nível desde 15 de maio. O CDS brasileiro (credit default swap) de 5 anos,

**“A expectativa é de que a volatilidade continue e, caso a pior combinação se concretize, o Ibovespa pode tomar o caminho dos 80 mil pontos”**  
**Renato Chain**  
 economista

um termômetro do risco país, subiu de 212 para 223 pontos.

Os mercados já vinham mostrando uma certa desconfiança com o ritmo de recuperação da atividade econômica global, por conta de uma segunda onda da covid na Europa. Isso ontem ficou mais claro com anúncios de novos bloqueios na Alemanha e na França e cresceu o temor de que a atividade econômica fique enfraquecida por mais tempo. “Estamos imersos na aceleração da pandemia”, declarou o presidente da França, Emmanuel Macron.

O chefe de gestão e especialista em câmbio e moedas da Galapagos Capital, Sérgio Zanini, avalia que, com a proximidade da eleição presidencial nos Estados Unidos, na próxima terça-feira, a expectativa já era de que esta semana

houvesse uma redução da exposição a ativos de risco no mercado internacional. Mas a aceleração de casos de covid na Europa acabou antecipando esse movimento.

“A expectativa é de que a volatilidade continue e, caso a pior combinação se concretize, o Ibovespa pode tomar o caminho dos 80 mil pontos”, diz Renato Chain, economista da Parallaxis Economia. Na B3, nenhuma ação do Ibovespa fechou o dia em alta.

No mercado de câmbio, além do cenário externo, a pressão para desvalorização do real vai permanecer nos próximos meses, em meio ao aumento do risco fiscal do Brasil, a falta de reformas estruturais e o juro real negativo, avalia o banco Société Générale. A previsão é de que o dólar deve fechar 2020 em R\$ 5,80.

**BC mantém Selic, a taxa básica de juro, em 2% ao ano**

**PREOCUPAÇÃO FISCAL** Com a economia brasileira apenas no início de uma recuperação, o Banco Central decidiu na noite de ontem manter a Selic (a taxa básica de juros) em 2% ao ano, pela segunda vez consecutiva. Com isso, a taxa permaneceu no menor nível da série histórica do BC, iniciada em junho de

1996. Para os próximos meses, a autarquia indicou que o espaço para mais cortes é pequeno e, ao mesmo tempo, que ainda não é necessário elevar a Selic. No entanto, a instituição reiterou suas preocupações com a área fiscal.

Com a Selic a 2% ao ano, o Brasil segue com juro real

(descontada a inflação) negativo. Cálculos do site MoneyYou e da Infinity Asset Management indicam que o juro real brasileiro está em -0,75% ao ano. O País possui o 12º juro real mais alto do mundo, considerando as 40 economias mais relevantes. No topo do ranking está a Turquia (4%).

## INDICADORES

## CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,76	R\$ 5,762
Dólar Turismo	R\$ 5,73	R\$ 5,903
Euro Turismo	R\$ 6,735	R\$ 6,736

## BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	95.371,094	-4,25%

## POUPANÇA

29/10/2020 0,0584%

## SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

## INFLAÇÃO

	Setembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,64%	1,34%	3,14%
INPC/IBGE	0,87%	2,04%	3,89%
IGP-M/FGV	4,34%	14,4%	3,37%

## EDUCAÇÃO

## 40BI

**é o que podem perder as redes de ensino municipais e estaduais. A estimativa é de um estudo feito pelo Instituto Unibanco e pelo Todos Pela Educação. Com a pandemia, houve redução de arrecadação tributária e, assim, menor disponibilidade fiscal para investimento na área.**

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Qual é o pior momento para se juntar a palavra "privado" com a expressão "saúde básica"? Resposta: no meio de uma pandemia, em que temos um ministro da Saúde convencido de que sua única função é obedecer ao presidente, sendo o presidente a pessoa que diariamente atormenta a área com péssimas ideias: ora um remédio sem comprovação científica, ora a negação da ciência, ora a campanha contra a vacina. O governo Bolsonaro conseguiu. Ele vai entrar no livro "Guinness" como o governo mais capaz de ter ideias ruins e na hora errada. Como, por exemplo, quando quis cobrar imposto de desempregado numa escalada de desemprego.

No final, o decreto que o governo havia baixado incluindo as Unidades Básicas de Saúde no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) foi revogado. Esta pandemia nos mostrou o valor de se ter o Sistema Único de Saúde (SUS). Público. É conquista da Constituição que o líder do governo Ricardo Barros diz que tornou o país ingovernável. O que dificulta é uma administração sem rumo, atirando a esmo, e agravando as aflições do país no meio de uma pandemia.

## Governo perdido e decreto sem dono

Essa ideia de incluir a porta de entrada do SUS num programa que pode levar à privatização é ruim em qualquer momento, mas no meio da maior crise da saúde do mundo é ainda pior. Imediatamente políticos e especialistas se mobilizaram contra o decreto. Diante da reação, o Planalto lavou as mãos e mandou o Ministério da Economia se explicar. Lígia Bahia, professora de economia da saúde da UFRJ e colunista deste jornal, disse que o ministro Paulo Guedes deveria se preocupar com o desemprego, as empresas quebradas e a redução da renda, e completou: o "Brasil precisa de paz". E paz é o que não temos tido em nenhuma área, notadamente na saúde.

A lista dos afazeres do ministro Guedes é grande. Inclui a resposta que precisa ser dada con-

tra a crise fiscal que o país enfrenta. Os sinais são cada vez mais preocupantes. Ontem, o dólar encostou em R\$ 5,80 e obrigou o Banco Central a vender US\$ 1 bilhão à vista. O mercado financeiro, que havia comemorado a volta da bolsa brasileira acima dos 100 mil pontos, viu novamente o índice ter uma forte queda diária, voltando aos 95 mil. O investidor pessoa física que saiu da renda fixa para a bolsa precisa ter nervos de aço diante da oscilação dos últimos meses. Quem entrou no início do ano está vendo seu patrimônio reduzido. O país está sem horizonte na economia. Não há um plano para sair da crise. Há apenas ruídos ocupando o lugar de decisões de governo que deveriam ter sido tomadas. Como essa sandice criada pelo decreto

das UBS.

Para o Banco Central, contudo, tudo está bem. No dia em que a bolsa caiu 4,5% ele escreveu no comunicado de ontem que "a moderação na volatilidade dos ativos financeiros segue resultando em um ambiente relativamente favorável para economias emergentes". A propósito, uma comparação feita pela economista Fernanda Consorte entre moedas de países emergentes mostra que o real brasileiro é, como ela disse, o patinho feio. Desvalorizou-se 42%, enquanto a média em outras 15 moedas foi de 12%.

O BC fez o que todos esperavam. Manteve os juros em 2%. Mas foi otimista ao descrever o ambiente econômico. No dia em que a França e a Alemanha decretam novo lockdown ele diz

que "no cenário externo, a forte retomada em alguns setores produtivos parecem sofrer alguma desaceleração". Admite que "algumas leituras de inflação foram acima do esperado", mas disse que as diversas medidas estão "compatíveis com o cumprimento da meta no horizonte relevante". O Banco Central admite que o risco fiscal é elevado, mas avisa que não pretende subir os juros — "reduzir o grau de estímulo monetário" — desde que "condições sejam satisfeitas". E o comunicado diz que estão satisfeitas essas condições: a inflação está abaixo da meta, "o regime fiscal não foi alterado", e "as expectativas de inflação permanecem ancoradas".

Por falar em regime fiscal inalterado, a cada dia o governo concede uma vantagem para um setor. Ontem foi sancionada lei que prorroga incentivos à indústria automobilística até 2025, dias atrás foi reduzido o imposto do setor de games, e na semana passada virou permanente um benefício para multinacionais de bebidas na Zona Franca. Cada um, isoladamente, pode parecer pouco, mas o caminho devia ser exatamente o oposto.



isolamento social

PÁGINA 11



**Carla e Xanddy** renovam votos de casamento em cerimônia havaiana **PÁGINA 11**

# Tribuna da Bahia

SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2020 ANO LII-N16017

CAPITAL R\$2,00 [f /tribunadabahia](https://www.facebook.com/tribunadabahia) [@trbn\\_oficial](https://www.instagram.com/trbn_oficial) [trbn.com.br](http://trbn.com.br)

## Rui anuncia o Hospital do Planserv em Salvador

No dia do servidor público, o governador Rui Costa realizou um velho sonho da categoria. "Hoje, atendemos um pleito antigo dos servidores. Vamos fazer um hospital de referência, de alta qualidade e de alta performance para atender a categoria. Para isso, definimos como referência o Hospital Espanhol". O próximo passo será o processo legal de conclusão da desapropriação. **PÁG 9**

Foto: Reginaldo Ipê



### Novo hospital

O governador da Bahia, Rui Costa, informou que vai implantar, em Salvador, o Hospital do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv). O anúncio foi feito ontem, quando é comemorado o Dia do Servidor Público. Segundo o governador, uma das opções que será avaliada para implantação da nova unidade é a adequação do Hospital Espanhol, localizado no bairro da Barra, que hoje é hospital de campanha da Covid-19. Uma empresa será contratada para estudo de viabilização da unidade de saúde.

# Espanhol vai se tornar hospital do servidor estadual

YURI ABREU  
REPORTER

**U**m pleito antigo dos servidores do Estado está mais próximo de tornar realidade. Ontem, em uma transmissão pela internet, o governador da Bahia, Rui Costa, anunciou construção do Hospital do Planserv em Salvador. De acordo com ele, a gestão vai contratar, por processo licitatório, empresa especializada para estudo de viabilização da unidade de saúde. E o favorito para ser sediar toda essa estrutura é o Hospital Espanhol, localizado no bairro da Barra, e que está sendo utilizado como unidade exclusiva de atendimento a pacientes com o novo coronavírus.

“É um pleito antigo dos servidores. Vamos fazer um hospital de referência, de alta qualidade e de alta performance para atender o servidor. Para isso, definimos como referência o Hospital Espanhol. O estudo vai determinar o perfil, quais serviços serão incluídos e todo o processo legal de conclusão da desapropriação”, detalhou o governador, que discutiu detalhes da iniciativa com representantes de sindicatos ligados à área da saúde e ao funcionalismo público.

Ainda conforme a administração estadual, serão estudadas as adaptações que serão necessárias para a acomodação dos pacientes na unidade, em função do aproveitamento da estrutura. O estudo técnico vai avaliar a infraestrutura necessária à implantação, em aspectos como recursos necessários, localização, adequação de equipamentos, serviços e especialidades a serem oferecidos, número de leitos e modelo de gestão, levando-se em consideração o perfil da cartei-



Foto: Ramildo de Jesus

## SAÚDE

Fechado em 2014, o Hospital Espanhol foi reaberto em abril para se tornar centro de referência na Covid-19

ra da Assistência, hoje com mais de 510 mil beneficiários. A conclusão será um plano de ação a ser avaliado pelo Governo da Bahia.

## APRIMORAMENTO

Segundo a administração, o projeto do Hospital do Planserv está incluso “num contexto estratégico de políticas públicas direcionadas ao serviço médico-hospitalar, em consonância com as diretrizes de constante aperfeiçoamento e aprimoramento, direcionado aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e agregados, beneficiários da Assistência”.

Com a implementação da unidade, a expectativa é a de que o Planserv não apenas amplie os serviços presen-

tados aos beneficiários, como também otimize a qualidade da assistência oferecida à carteira. A meta, de acordo com o governo, é criar um modelo referencial de atendimento, com a prestação efetiva e aderente a protocolos e linhas de cuidado padronizadas, adotando custos mais eficientes e responsáveis.

“Por ser um plano solidário e sem fins lucrativos, em que a participação financeira dos servidores estaduais baseia-se na sua remuneração e não nas regras dos planos privados, estes com reajustes regulares fundamentados em índices de mercado, o Planserv necessita cada vez mais gerenciar com austeridade seus recursos

orçamentários, visando a sustentabilidade do plano no longo prazo. A saúde, hoje em constante aumento de demanda e, ao mesmo tempo, aprimoramento de tecnologia, impõe evitar desperdícios e padronizar procedimentos, o que será possível com a criação de uma unidade própria”, explica o governo estadual.

Espera-se que, mesmo sendo instalado na capital baiana, o hospital seja um equipamento de saúde que abranja toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS), não restringindo o acesso apenas aos beneficiários dessas localidades, mas a todos aqueles que necessitem dessa prestação de serviço hospitalar, no limite de sua capacidade

operacional, em todo o estado.

## OCUPAÇÃO

Em março, poucos dias após o anúncio do estado de calamidade pública em toda a Bahia, o governo baiano demonstrou o interesse em ocupar, ainda que de forma temporária, o Hospital Espanhol, para acolher os pacientes infectados com a covid-19. A unidade de saúde estava fechada, à época, há mais de cinco anos, devido a problemas administrativos e com dívidas junto a trabalhadores e fornecedores. O processo até hoje corre na Justiça baiana, ainda sem uma resolução.

No dia 17 daquele mesmo mês, o juiz federal Iran Esmeraldo Leite deferiu um

pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de ocupação temporária do imóvel, para a utilização no tratamento de pacientes contaminados pela covid-19. No pedido, a Procuradoria solicitou a autorização para ingresso dos agentes públicos de saúde no imóvel, a fim de que fosse implantado, nas instalações, um hospital de campanha para atendimento especializado de saúde para os pacientes com o Covid-19.

No dia 30 de março, foi anunciado que o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) era a organização social responsável pelo gerenciamento do Hospital Espanhol, escolhida após uma licitação realizada pelo Governo da Bahia. No local, foram disponibilizados 160 leitos para a Covid-19, sendo 80 de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e outros 80 de internamento.

## FECHAMENTO

Fundado há 129 anos e situado em uma das valorizadas áreas de Salvador, o Hospital Espanhol fechou as portas em setembro de 2014, após enfrentar uma grave crise financeira iniciada três anos antes. À época, a unidade era gerida pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência, entidade sem fins lucrativos ligada à comunidade de descendentes de espanhóis da capital baiana.

Além disso, possuía uma dívida de R\$ 200 milhões com bancos, fornecedores, médicos e funcionários. Com o fechamento da estrutura, foram embora também os cerca de 300 leitos existentes. Em média, eram feitos 120 atendimentos de emergência, 40 cirurgias e 600 exames diagnósticos por dia no local. Ainda em 2014, para evitar a chamada especulação imobiliária, o governador Jaques Wagner chegou a decretar o imóvel como sendo de utilidade pública.

# Rui garante que contrato da ponte será assinado no dia 12 de novembro

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPORTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), garantiu que o contrato para a construção da ponte Salvador-Itaparica será assinado no dia 12 de novembro, entre o governo e um consórcio chinês. "Dia de 12 novembro, estamos assinando a ponte Salvador-Itaparica, e assinando o contrato inicia a contagem regressiva para que as obras tenham início. Então, infelizmente, tivemos a pandemia que comprometeu um pouco o prazo de assinatura, mas agora em diante o cronômetro vai ser ligado para a contagem regres-

siva do início das obras", declarou o chefe do Palácio de Ondina, durante o programa "Papo Correria", que é transmitido pelas redes sociais dele.

O consórcio chinês é formado pela CR20 (China Railway 20 Bureau Group Corporation) e pela CCCC (China Communications Construction). As empresas têm um ano para elaborar um projeto para a construção da ponte e outros quatro anos para entregar o equipamento.

"Infelizmente, eu não vou estar como governador para poder inaugurar, mas pretendo deixar os pilares com certeza sendo edificadas. A ponte vai marcar a história econômica da Bahia, a história econômica do Baixo

Sul, da Ilha e da integração com a nossa capital. Será um efeito extraordinária", pontuou.

Orçada em R\$ 5,3 bilhões, a ponte terá recurso de R\$ 3,8 bilhões dos empresários, já o governo baiano com R\$ 1,5 bilhão, que necessariamente será pago no quarto e quinto ano do contrato. Quando concluída, a ponte, que é uma antiga promessa dos governos petistas desde Jaques Wagner, será a segunda maior do Brasil atrás apenas da Rio-Niterói.

Candidato do DEM à prefeitura de Salvador, Bruno Reis disse, nesta semana, que o governador Rui Costa quer vender terrenos na capital baiana para pagar parte da Ponte Salvador-



**O GOVERNADOR** da Bahia, Rui Costa (PT), garantiu que o contrato para a construção da ponte Salvador-Itaparica será assinado no dia 12 de novembro

Itaparica.

"Salvador não pode abrir mão de ter um Parque de Exposições. Salvador precisa ter um Parque de Exposições. Diferente do governo do Estado, a prefeitura quando vende algum ativo, algum terreno, é para transformar em outro equipamento público. Foi assim com o Centro de Convenções e do Hospital Municipal. O estado quer vender aquele terre-

no (do Parque de Exposições). Dizem que é para colocar no fundo para garantir a contrapartida que o estado precisa fazer para a ponte-Salvador-Itaparica. E aí teria (no pacote de venda) o Centro de Convenções antigo, o terreno do Detran, o terreno da rodoviária, que vai sair do local (Av. ACM), e o terreno do Parque de Exposições", declarou Bruno Reis, em uma sabatina

promovida pela rádio Sociedade.

O governo da Bahia tem dito que o pedágio da ponte custará entre R\$ 22 e R\$ 110, sendo R\$ 44 para veículos de passeio em dias de semana. Segundo a gestão estadual, o valor é semelhante ao que se paga atualmente para atravessar um carro no atual sistema de ferryboat – R\$ 45,70 para veículos de passeio.

Veículo: Tribuna da Bahia	
Data 29/10/2020	Caderno:



## PREVENÇÃO

# Teste de Covid-19 é disponibilizado em escolas do bairro da Liberdade e região

Mais 19 mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários de 18 escolas estaduais de Salvador, foram convocadas para fazer o teste para a Covid-19. Nesta quarta-feira (28), os técnicos da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) se apresentaram no Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão Severino Vieira, no bairro da Liberdade, para coletar as amostras e enviar ao Laboratório Central de Saú-

de Pública Prof<sup>o</sup> Gonçalo Moniz (Lacen/BA). Nesta etapa, foram atendidos também colégios localizados na Caixa D'Água, Queimadinho, IAPI, Pero Vaz, Pau Miúdo, Cidade Nova, Curuzu, Soledade, Barbalho e Nazaré. Ao todo, em seis etapas de testes, já foram atendidos cerca de 27 mil baianos, em Salvador e no interior, com taxa de testes positivos entre 4,5 e 5%.

"Já foram três no interi-

or e essa é a terceira em Salvador, onde já atendemos também o Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras. Agora, estamos trabalhando na região da Liberdade. O próximo polo a ser testado ainda será definido. A definição dos polos passa por uma avaliação do comitê", explicou o superintendente de Articulação dos Núcleos Territoriais da Secretaria de Educação do Estado (SEC), Helder Amorim.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/10/20	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## BAHIA RECEBERÁ US\$ 12 BILHÕES DE INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO



admin 29 Outubro, 2020

Quarto maior produtor nacional de bens minerais, a Bahia lidera a exploração de 11 tipos de minérios e metais preciosos, como quartzo, magnesita, diamante. O estado é também rico em ouro, com 36% do total produzido, em cobre (19%) e níquel (13%) – a maior parte dessas jazidas localizada em Jacobina, Juazeiro e Itagibá, respectivamente. E o único a fabricar vanádio (Maracás) e urânio (Caetité).

Segundo o jornal A Tarde, somente em agosto, a atividade gerou aos cofres desses municípios uma arrecadação da ordem de R\$ 9,4 milhões, com a cobrança da chamada compensação financeira pela exploração mineral (CFEM) – ou royalties. Já toda a produção comercializada no estado alcançou R\$ 564 milhões. A expectativa é que a mineração baiana receba, nos próximos anos, até US\$ 12,8 bilhões em investimentos. Os projetos são relacionados à produção de zinco, bauxita, ferro, calcário, entre outros.

Os dados são do informe executivo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), com informações da Agência Nacional de Mineração (ANM) – e dão a dimensão da importância do setor, responsável por quase 2% do PIB (Produto Interno Bruto) do estado, mas ainda pouco conhecido da maioria.

Conforme a SDE, no subsolo baiano existem 45 substâncias minerais com potencial econômico já identificadas. Os recursos vão desde água (Alagoinhas) e cromita (Andorinha), passando por

talco (Brumado) e rocha ornamental (Belmonte). Destaque para a produção de commodities singulares, como granito “azul-bahia” (Potiraguá) ou mármore “bege-bahia” (Ourolândia) – ambos uma exclusividade local.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), no terceiro trimestre do ano a produção nacional de minérios cresceu, em comparação com o segundo, 29,3%, com faturamento da ordem de R\$ 50,7 bilhões. A Bahia, quarta colocada, ficou com R\$ 1,6 bi, ou 3,2%. O total com royalties arrecadados pelo estado no mesmo período foi de R\$ 28,3 milhões (1,9%).

O diretor-presidente do Ibram, Flávio Ottoni Penido, afirma que o desempenho da indústria aponta para a melhoria em diversos indicadores, tais como aumento das exportações, redução das importações e geração de empregos. Penido destaca ainda que as empresas vêm se esforçando para promover uma “mineração de reputação”, cada vez mais próxima da comunidade, e em que a sociedade possa confiar.

“O Brasil pode confiar na mineração brasileira, estamos saindo de uma crise que atingiu vários setores, e a gente contribuindo para o saldo da balança (comercial). É lógico que quem está na capital está preocupado com os impactos (ambientais), mas, para a comunidade do interior (mineração), é sinônimo de emprego, renda. É geração de impostos, investimentos em capacitação, qualificação profissional. A mineração é a indústria das indústrias”, afirma.

### **Confira alguns investimentos previstos**

**Yamana Gold** – Possui uma mina subterrânea na cidade de Jacobina e é responsável por cerca de 1,4 mil empregos diretos e mais 700 indiretos no estado. Anunciou a fase dois do seu projeto de expansão, com investimentos na ordem de R\$ 300 milhões e conclusão prevista para o início de 2023, com previsão de elevar a produção da operação para 230 mil onças anuais

**RHI Magnesita** – Anunciou investimentos de R\$ 180 milhões na unidade de Brumado. Os aportes devem aumentar a produção de matéria-prima para refratários em até 40%, passando de 100 mil toneladas por ano para 140 mil toneladas de capacidade instalada. Os recursos serão aplicados na construção de um forno rotativo em sua unidade de mineração

**Largo** – Vai investir US\$ 10 milhões em planta de processamento de vanádio na Bahia. O conselho de administração da empresa aprovou a construção de uma fábrica para processar trióxido de vanádio em sua mina Maracás Menchen. O início da obra está previsto para o primeiro trimestre de 2021. O investimento previsto na estrutura é de US\$ 10 milhões

**Equinox** – Vai reativar mina de ouro C1 em Santaluz, norte da Bahia. Durante a etapa de reativação, devem ser gerados 1.500 empregos. Segundo a empresa, serão investidos, inicialmente, R\$ 400 milhões na reativação, e a produção estimada é de 100 mil onças de ouro por ano



**Colomi Iron Mineração** – A anglo-australiana vai investir R\$ 11 bilhões no projeto de produção e exportação de minério de ferro no norte da Bahia. O valor compreende a construção e operação da mina e de melhorias na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e no Porto Aratu-Candeias

Foto: Joene Imgem/ Bamin

Veículo: Bahia Econômica	Coluna: Bahia Invest
Data: 29/10/20	



## EMPRESA VAI INVESTIR R\$ 6,5 BILHÕES NA BAHIA E GERAR 6 MIL EMPREGOS



admin 28 Outubro, 2020

Pelo segundo mês consecutivo, a Casa dos Ventos firma protocolo de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A empresa vai investir R\$ 6,5 bilhões na construção do parque Ventos de Santo Adão, no município de Casa Nova. O investimento foi anunciado durante assinatura do documento, nessa terça-feira (27). No mês passado, a empresa anunciou investimento de R\$ 9,1 bilhões na implantação de outros quatro complexos eólicos no estado nos municípios de Jacobina, Ibitiara, Mirangaba e Campo Formoso.

“A Bahia vai mudar, mas para muito melhor. Estou encantado com isso que está acontecendo com nosso estado. A Casa dos Ventos vai implantar o maior projeto de energia eólica da Bahia, em Casa Nova, que está de parabéns. O município já tem a Miolo, diversas empresas de vinhos e agora chegamos com mais uma eólica. É o Vale do São Francisco em transformação”, declara o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

O empreendimento em Casa Nova terá capacidade instalada de 6,6 Terawatt hora/ano e vai gerar 15 empregos diretos na operação e 6 mil indiretos durante a fase de construção. “Esse projeto será um dos maiores da Casa dos Ventos na Bahia e no Brasil. Nós temos vários outros projetos em desenvolvimento no estado, que tem o maior potencial eólico do país e esperamos cada vez mais desenvolver outros projetos”, diz Sérgio Armando Benevides Filho, gerente de Georreferenciamento da Casa dos Ventos.

A Bahia tem 176 complexos eólicos implantados em 20 municípios baianos, onde estão instalados mais de 1,3 mil aerogeradores, com capacidade instalada de 4,3 GW. Os parques em atividades investiram aproximadamente R\$ 17 bilhões e geraram mais de 48 mil empregos diretos na fase de construção dos parques. Os 119 parques em construção e com construção prestes a iniciar vão adicionar 3,3 GW na capacidade instalada do estado. A previsão é que, juntos, injetem R\$ 12,5 bilhões em investimentos na Bahia e gerem 50,3 mil empregos diretos e indiretos.

Foto: Divulgação/ SDE

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 29 de Outubro de 2020 - 09:27

## ***Trens do subúrbio serão desativados nos próximos dias, confirma Rui Costa***

**por Lucas Arraz / Ailma Teixeira**

Com a construção do VLT do Subúrbio prestes a começar, os trens que fazem o transporte da região não demorarão a ser desativados. A data exata não foi anunciada, mas o governador Rui Costa (PT) confirmou que a medida será adotada em pouco tempo.

"Do VLT, a gente já começou o canteiro de obras. Nos próximos dias, a gente deve estar paralisando o trem pra iniciar a obra. É por isso que a gente antecipou, pra colocar ônibus alternativos pra poder atender a população", disse o petista ao ser questionado pela imprensa na manhã desta quinta-feira (29).

Ele se refere aos ônibus elétricos, entregues hoje para operar na região. De acordo com o governador, serão cinco veículos que seguirão de Ilha de São João até a Estação Pirajá, de modo que os passageiros possam acessar o metrô.

A tarifa será de R\$ 4,20, mesmo valor dos ônibus comuns, porém R\$ 3,70 a mais do que a passagem de trem, que custa R\$ 0,50. Rui ressalta que os passageiros poderão fazer integração normalmente.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 29 de Outubro de 2020 - 00:00

## ***Contrária a venda do Prq. de Exposições, Faeb pede diálogo e melhoria na gestão do espaço***

por Mari Leal



A decisão do governo da Bahia pela alienação da área do Parque de Exposições em Salvador gerou manifestação negativa junto ao setor agropecuário. Contrárias à decisão, instituições ligadas à cadeia de produção no estado, no geral, pedem diálogo e propostas de dinamização do espaço, conforme reporta Humberto Miranda, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb), que representa cerca de 750 mil produtores rurais baianos.

Por meio da Secretaria de Administração, o governo da Bahia publicou, no Diário Oficial desta quarta-feira (28), um aviso de chamamento público a empresas interessadas em estabelecer empreendimentos em algumas áreas na capital baiana, a exemplo do terreno do Parque de Exposições. Ao comentar a publicação nesta terça-feira (27) durante o programa online Papo Correria, o governador Rui Costa (PT) utilizou como argumento para a venda a "necessidade de gerar empregos", afirmando que uma área próxima à estação do metrô e ao aeroporto não poderia ficar "parada" ([reveja](#)).

"Somos completamente contra a venda do Parque de Exposições sem que seja criada outra alternativa. Somos um setor que representa 50% das exportações do estado, o setor representa mais de 20% do PIB. A gente emprega, e o governo falou muito sobre essa questão, mais de duas milhões de pessoas e aquele é um espaço que representa como esses empregos lá no campo refletem aqui em Salvador", avalia.

Humberto concorda com a necessidade de um melhor aproveitamento da área, mas destaca que a gestão é feita pelo governo da Bahia, logo, o "ônus da má gestão" não pode ser direcionado ao setor. "Ali é uma área nobre, em uma região nobre da cidade. A gente reconhece isso. Precisa ser melhor utilizado e nós também estamos de acordo nisso, mas uma

coisa importante de lembrar é que a gestão é do governo, não é do setor. Se está havendo uma má gestão, é responsabilidade do governo. Se não tem mais eventos nem é utilizado para outras atividades, o problema não é do setor. É o governo que não está sendo eficiente na gestão”, enfatiza.

“A gente não pode pegar o patrimônio público que está sendo mal gerido e achar que a saída é vender. Temos é que melhorar a gestão. Fazer daquele espaço uma área multifuncional, que funcione todo o ano para atender não apenas as atividades diretas do setor agropecuário, mas outras atividades correlatas como agricultura, culinária, eventos de música. Ali tem a possibilidade de fazer muitas outras coisas associadas aos eventos do parque”, acrescenta.

Ainda sobre a máxima da geração de empregos, a avaliação do presidente da Faeb é a de que a produção do setor primário reflete na implementação de renda também em atividades de outros setores.

“Os produtos de setor primário refletem a geração de emprego em outras atividades, como o comércio. Tudo que é produzido no interior do estado, a fruta, a verdura, o leite, o iogurte vem gerar emprego na capital, nos supermercados, nas feirinhas dos bairros, no mercado informal, até na indústria dos maquinários, dos insumos. O campo acaba gerando emprego na capital e ao redor das grandes cidades”, reflete Humberto ao ponderar o critério apontado pelo governo do Estado para a decisão de venda da área.

“O que a gente prega é diálogo. Pegar aquele espaço e utilizar de forma que atenda ao setor e a outros setores”, completou, mostrando-se favorável até a uma proposta de venda de uma parcela do terreno, “desde que seja preservada a parte do setor e revitalize, faça uma gestão mais eficiente”.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/10/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 28 de Outubro de 2020 - 21:40

## ***Com crise da Covid-19 na Europa, dólar sobe e fecha cotado a R\$ 5,76; turismo chega a R\$ 6***

Com alta de 1,31%, dólar encerrou a quarta-feira (28) negociado a R\$ 5,7599. Já o câmbio turismo chegou a R\$ 6,0186.

A alta se deve, principalmente, por conta das notícias de alta no contágio da Covid-19 na Europa. França e Alemanha anunciaram medidas mais duras para conter o avanço do vírus.

De acordo com o portal G1, o valor da moeda americana chegou a R\$ 5,7900, maior valor na mesma sessão desde 18 de maio – à época, bateu R\$ 5,8025. A mínima nesta quarta foi de R\$ 5,7025.

Na parcial do mês, o dólar tem alta de 2,52%, enquanto, no ano, a valorização é de 43,65%.

## ECONOMIA

---

Publicado em 27/10/2020 às 16h33.

# Dívida Pública Federal sobe 2,59% em setembro

### Mesmo com piora no mercado, Tesouro emitiu mais papéis

Agência Brasil



Foto: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

*Por Wellton Máximo*

A necessidade de recursos em caixa para cobrir os gastos extras com a pandemia de covid-19 continuou a pressionar a dívida pública em setembro, com o Tesouro Nacional emitindo títulos acima da média histórica. A Dívida Pública Federal (DPF) subiu, em termos nominais, 2,59%, passando de R\$ 4,412 trilhões para R\$ 4,527 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, subiu 1,35% em setembro, passando de R\$ 4,118 trilhões para R\$ 4,174 trilhões.

A alta deve-se, segundo o Tesouro, à emissão líquida de R\$ 80,55 bilhões na DPMFi. Além disso, houve a apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R\$ 26,2 bilhões.



volume de títulos resgatados (embolsado pelos investidores), que somou R\$ 74,97 bilhões. De acordo com o Tesouro Nacional, tanto as emissões totais como as emissões líquidas registraram o segundo maior volume da história em setembro, só perdendo para julho de 2020.

## **Mercado externo**

A alta de 3,09% do dólar no mês passado fez o estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional, subir 3,21%, de R\$ 238,25 bilhões em agosto para R\$ 245,89 bilhões em setembro.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões, segundo a versão revisada do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentada em agosto.

## **Detentores**

As instituições financeiras foram as principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 27,4% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 26,4%, e os fundos de pensão, com 23,4%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

A participação dos não residentes (estrangeiros) continua em 9,4%. Em julho, o indicador chegou a cair para 9%, o nível mais baixo desde meados de 2009. Nos últimos meses, os investidores internacionais tinham se desfeito de títulos da dívida interna brasileira, por causa da pandemia de covid-19 e da crise econômica global. Os demais grupos somam 13% de participação, segundo os dados apurados no mês.

## **Composição**

Quanto à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, a fatia dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) caiu, de 39,17% para 36,77% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, cuja participação aumentou de 30,14% para 32,66%, devido principalmente à elevada emissão líquida no mês.

Em setembro, o Tesouro emitiu R\$ 135,65 bilhões de papéis prefixados a mais do que resgatou. No mesmo mês, o governo resgatou R\$ 66,49 bilhões em títulos corrigidos pela Selic. Segundo o Tesouro, a alta da inflação dos alimentos explica em parte a migração de títulos corrigidos pela Selic para os papéis prefixados.

Com os juros básicos em 2% ao ano, no menor nível da história, o Brasil corre risco de encerrar o ano com juros reais (diferença entre juro e inflação) negativos caso a inflação feche 2020 em torno de 3%. Dessa forma, quem aplica em títulos atrelados à Selic corre o risco de perder dinheiro pela primeira vez na história.



cambial, que sofre variação com base na taxa de câmbio, tiveram sua participação aumentada de 5,72% para 5,76% do montante total da DPF, principalmente por causa da alta do dólar no mês passado.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos. Em troca, compromete-se a devolver o dinheiro com alguma correção. A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta.



## MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 09h18 de 28/10/2020



Veículo: Estadão	
Data: 29.10.2020	Caderno: Economia



# Estados apostam em parcerias com o setor privado para a retomada em 2021

Carteira de projetos vai de rodovias e aeroportos até concessões florestais, parques nacionais e ginásio de esportes; privatização também é considerada pelos governadores

**Renée Pereira, O Estado de S.Paulo**

29 de outubro de 2020 | 05h00

Em meio à pandemia e à grave situação fiscal de muitos Estados, governadores apostam nas **Parcerias Público-Privadas (PPPs)**, concessões e privatizações para retomar o nível da atividade econômica em 2021. A carteira de projetos ofertados vai de rodovias, aeroportos e serviços de saneamento até concessões florestais, parques nacionais e ginásio de esportes.

Durante a conferência **Infraestrutura, PPPs e Concessões**, realizada pelo **Estadão** e **Hiria**, ontem em **São Paulo**, líderes e representantes de 11 Estados brasileiros destacaram os principais

projetos em andamento e falaram sobre a importância da participação da iniciativa privada, sobretudo, em projetos de infraestrutura.

“A privatização continua sendo a pauta do meu governo. Não tem outra solução”, diz o governador de **Minas Gerais, Romeu Zema**. Segundo ele, apesar da resistência por parte da população (55% são contra a privatização de empresas), sem novos aportes de investidores não há como colocar de pé os investimentos necessários para o crescimento.

Ele cita como exemplo **Cemig, Copasa e Gasmig**, que não têm recursos suficientes para investir na expansão dos serviços. Além das privatizações, Zema afirma que há seis lotes de rodovias para serem concedidos, cujos editais devem sair em breve. “A pandemia atrasou o cronograma em sete ou oito meses por causa das medições (de tráfego)”, explica ele.

Em São Paulo, o vice-governador, **Rodrigo Garcia**, afirmou que, apesar da **covid-19**, os trabalhos continuaram e o Estado deve lançar ainda este ano seis editais de licitação no mercado. “Temos tradição com PPP, experiência e uma carteira robusta de projetos”, disse ele, destacando a licitação das linhas 8 e 9 da **CPTM** e do **Caminhos do Mar** – área dentro do **Parque Estadual Serra do Mar** com vasto patrimônio ambiental.

No **Espírito Santo**, o governador **Renato Casagrande**, que acaba de transferir para a **Aegea** os **serviços de esgotamento sanitário de Cariacica**, diz que o Estado também estuda alguma participação privada na companhia de saneamento, mas que ainda não definiu o modelo. Ele também confirmou que vai vender a distribuidora de gás e que tem outras parcerias com a iniciativa privada para construção de usinas fotovoltaicas e para gestão de centro de eventos.

**‘Vocação’**

Na **Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina** também têm planos para novas parcerias com investidores privados. O governador do Paraná, **Ratinho Junior**, afirmou que a sua gestão iniciou um processo de privatizações e concessões dentro do que ele chama de “vocação” para o Estado se tornar uma central logística de toda a **América do Sul**. Ele argumentou que, geograficamente, o Paraná estaria no centro da produção de 70% do **Produto Interno Bruto** do continente. Faz, ainda, a ligação no **Brasil** da **Região Sul** com o **Sudeste** e o **Centro-Oeste**. Ele lembrou ainda que dia 9 de novembro fará o leilão de privatização da **Copel Telecom**, estatal paranaense de telecomunicações. Na lista do governador, há ainda a concessão de 4 mil km em rodovias no Paraná, que devem ser leiloados entre junho e agosto de 2021, em uma combinação de estradas federais e estaduais para a qual ele prevê investimentos de R\$ 70 bilhões em 30 anos.

“Já sabemos que, diante das dificuldades, as PPPs e as privatizações são importante solução de caixa e de viabilidade de investimentos”, afirmou o governador do Rio Grande do Sul, **Eduardo Leite**. Ele afirmou que, além da venda da empresa de energia e de gás, deve promover leilão de rodovias e de quatro lotes da **Corsan**, empresa de saneamento do Estado. “As parcerias agilizam os investimentos e trazem para o curto prazo o que o Estado demoraria anos para fazer.” No **Norte e Nordeste**, o caminho rumo à retomada deve seguir a mesma fórmula. O governador da **Paraíba, João Azevedo Lins Filho**, diz que tem 20 projetos de PPPs em carteira e o de **Pernambuco, Paulo Câmara**, R\$ 10 bilhões em projetos em andamento e em estudo. No **Pará**, o governador **Helder Barbalho** afirmou que uma das apostas é a concessão da **Ferrovias do Pará**, entre **Vila do Conde e Marabá**. “Estamos com o projeto,

temos um protocolo com uma empresa chinesa e vamos iniciar o processo de licenciamento este ano.”

No **Amazonas**, uma das apostas são as concessões florestais, para exploração produtiva da floresta de forma sustentável, e também os parques estaduais. “Mas temos na carteira projetos de aeródromos, rodoviárias, rodovias, pronto atendimento (para documentos), concessão de água, esgoto e luz”, diz o governador, **Wilson Lima**.

**/ COLABORARAM NICHOLAS SHORES e EDUARDO GAYER**

## cotidiano

## A encruzilhada

Escolha entre Trump e Biden é um momento histórico dos grandes

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Driblé" e "Viva a Língua Brasileira"

Dizer que a humanidade chega a uma encruzilhada na próxima terça-feira (3) é um clichê. No entanto, é verdade. Não se devia abusar tanto da ideia de encruzilhada. Quando mais precisamos dela, está gasta.

A palavra é antiga, do século 10, quando se chamava "in-cruzilhata" no baixo-latim da região ocidental da Península Ibérica, dialeto arresvada do que logo se transformaria no galego-português.

A encruzilhada sempre foi espacial e moral. Depois do cruzamento literal, a sua pri-

meira acepção no dicionário é a figurada "ponto crítico, em que uma decisão deve ser tomada" (Houaiss).

A associação entre as duas ideias é óbvia, mas vale explicar um traço peculiar da encruzilhada. Embora seja uma cruz, a interseção de duas retas, é comum que ela nos ofereça duas opções de caminho e não três.

Isso ocorre quando a reta de nosso traçado atual termina na reta em que duas opções se impõem —uma à esquerda, outra à direita. Seguir em

frente e simplesmente ignorar a reta que nos interpela não é uma possibilidade. A lógica binária se instala, incontestável.

Eis a encruzilhada em sua plenitude metafórica —a que exige do viajante uma decisão ativa que ele não pode ignorar. E que tem o poder de redefinir seu caráter, dando sentido tanto a seu futuro quanto a seu passado.

Além dos espaços, os tempos também se encontram na encruzilhada: o passado que nos conduziu a ela, o presente em que uma escolha se

impõe, o futuro que essa escolha vai parir (bem como o futuro que ela vai abortar).

Com tanto em jogo, a espiritualidade não poderia ficar de fora da brincadeira. O símbolo do cristianismo é uma cruz. As religiões afro-brasileiras têm a encruzilhada como lugar sagrado, soto de oferendas aos orixás.

Dramático demais? Tudo bem, o gênio humorístico de Woody Allen comparece com aquele alívio cômico que ajuda a desmontar clichês.

"Mais do que em qualquer

outro momento da história, a humanidade está numa encruzilhada", escreve ele. "Um caminho conduz ao desespero e ao mais profundo desalento. O outro, à extinção total. Rezemos para ter a sabedoria de escolher corretamente."

A piada é boa, mas a encruzilhada em que estamos hoje, quando os eleitores dos EUA decidem entre Donald Trump e Joe Biden, é um daqueles momentos históricos grandiosos em que o desfecho faz toda a diferença.

É até possível —como desconfiam os menos otimistas— que seja tarde demais para deter o processo de colapso ambiental e deterioração político-social em que a humanidade está embicada. Com Trump ou com Biden, alegam, já era.

Não sei. Mas tenho certeza que, ainda que venham tempos bicudíssimos, fará uma diferença avassaladora qual

caminho terá escolhido na encruzilhada de 2020 a (ainda) maior potência econômica militar do planeta.

Se o caminho da misoginia, do machismo, da homofobia, do racismo, da supremacia branca —ou o outro. Se o do obscurantismo, do irracionalismo, da campanha contra a ciência, do negacionismo climático, da mentira —ou o outro.

Se o da paranoia, do culto às armas, do fechamento de fronteiras geográficas, culturais e mentais, do ódio a imigrantes ou a diferente —ou o outro. Se o da canalhice pura, da cafajestagem, do banditismo, da sociopatia, do narcisismo, da vaidade doentia, do egocentrismo —ou o outro.

Para resumir, o de toda espécie de sujeira sebenta na alma, cafoneice, tosseira, desumanidade, trumpice, bozolinice —ou o outro.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

## Educação pode perder até R\$ 40 bilhões nos estados e municípios

Relatório divulgado nesta quarta estima impacto da queda de arrecadação provocada pela pandemia de Covid-19

Paulo Saldanha

BRASÍLIA Os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 provocarão uma redução entre R\$ 13 bilhões e R\$ 40 bilhões nos orçamentos vinculados à educação de estados e municípios. Os cálculos estão em relatório divulgado nesta quarta-feira (28) por Movimento Todos pela Educação, Instituto Unibanco e Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação).

O corte pode agravar o impacto do novo coronavírus no ensino, considerando as ações tímidas do MEC (Ministério da Educação) para o enfrentamento dos reflexos da pandemia.

O estudo traça três cenários de queda de arrecadação em 2020, dependendo da dimensão da crise econômica, com retrações da carga tributária estadual e municipal de 5%, 10% e 15%.

As reduções dos orçamentos da Educação seriam de R\$ 13 bilhões no primeiro cenário, de R\$ 26 bilhões no segundo, de R\$ 40 bilhões no cenário mais pessimista — os valores seriam subtraídos de um cenário atual da ordem de R\$ 265 bilhões.

"Tomando o total de 38,3 milhões de estudantes nessas redes, isso significaria uma redução média do investimento anual por estudante de R\$ 345 no cenário A, R\$ 692 no cenário B e R\$ 1.238 no cenário C", afirmam as entidades no estudo.

Estados e municípios têm obrigação de investir 25% das receitas em educação. As reduções da carga tributária impactam na disponibilidade mínima para investimento nos itens da chamada manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os cenários foram traçados com base em diferentes projeções da Câmara dos Deputados, da Frente Nacional de Prefeitos e da instituição de pesquisa em educação D3e. O estudo também analisou os dados mais atuais do Tesouro Nacional sobre o dispêndio do setor, o que indica um panorama mais consolidado.

"É seguro afirmar que, de

modo geral, as finanças das redes estaduais e municipais de educação estão sendo severamente impactadas pela pandemia", diz o estudo. "Final, nos estados e nos municípios o financiamento educacional é fundamentalmente caracterizado por ter como fonte principal um conjunto de tributos com vinculação constitucional".

O relatório atualiza outras projeções realizadas ao longo de 2020. No meio do ano, estudo das mesmas entidades indicava uma possível perda, por causa da pandemia, de R\$ 9 bilhões a R\$ 28 bilhões nos estados e entre R\$ 15 bilhões e R\$ 31 bilhões nas redes municipais.

Com os dados mais atuais, o estudo apurou que 18 estados e o Distrito Federal tiveram perdas de arrecadação de tributos que, em sua maioria, estão vinculados à educação — as mais expressivas ocorreram em Ceará, Acre, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe. Oito estados tiveram variação positiva, com destaque para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas.

O MEC tem tido atuação tímida no apoio ao enfrentamento dos reflexos da pandemia, o que tem sido alvo de críticas de secretários de Educação.

Somente em outubro, ou seja, oito meses depois da chegada do coronavírus no Brasil, a pasta anunciou uma rubrica orçamentária específica relacionada à Covid-19, com previsão de R\$ 25 milhões para serem enviados diretamente às escolas no apoio ao retorno presencial das aulas.

Também é precária a execução do orçamento do MEC. A maioria dos gastos de 2020 não são de empenhos de 2019 não realizados sob a gestão do ex-ministro Abraham Weintraub, e o ministério não tem executado o orçamento deste ano para levar internet às escolas.

Sem uma linha de apoio emergencial para a educação básica na pandemia, o governo Bolsonaro ainda tirou R\$ 1,4 bilhão do orçamento do MEC deste ano em um remanejamento para outras

áreas. O impacto desse corte é maior na educação básica e na profissional.

O novo estudo estima que o gasto total somente das secretarias estaduais de Educação com ações extraordinárias de enfrentamento à pandemia no exercício de 2020 será de no mínimo R\$ 2 bilhões, mas pode chegar a R\$ 5,3 bilhões. Entram no cálculo medidas de ensino a distância e manutenção da alimentação escolar, entre outros.

O orçamento para o ano que vem, em análise no Congresso, prevê para o MEC uma redução de 21% nos recursos dos programas de educação profissional e tecnológica e de 7% nas rubricas inscritas como educação básica de qualidade.

Com o novo Fundeb, está previsto um aumento na complementação da União já em 2021 da ordem de R\$ 3 bilhões. O relatório indica que isso não será suficiente.

"Salvo socorro fiscal para a educação básica já em 2020, os ganhos previstos com o novo Fundeb em 2021 não serão suficientes para equilibrar o resultado precário da arrecadação tributária, mesmo no cenário mais otimista", diz o texto.

Principal mecanismo de financiamento da educação básica, o Fundeb retine impostos estaduais e municipais e é acrescido de uma complementação da União. Esse complemento federal é atualmente de 10%, passa a 12% em 2021 e chegará, de forma escalonada, a 23% em 2026.

O Fundeb representa R\$ 4 a cada R\$ 10 gastos totais em educação básica no país. Com relação aos recursos vinculados à educação, 63% saem do fundo.

O MEC foi procurado para se posicionar sobre o relatório mas não respondeu até a conclusão desta edição.

Ainda neste mês, ao ser questionado pela Folha sobre como manter a prioridade na educação básica com a redução de recursos, o ministério disse que, além da questão financeira, a pasta tem o papel de prestar assistência técnica.

## Processo de cassação do mandato de Flordelis avança ao Conselho de Ética

Danielle Brant

BRASÍLIA A mesa diretora da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade nesta quarta-feira (28) o parecer do corregedor parlamentar Paulo Bengtson (PTB-BA), que recomendava o encaminhamento ao Conselho de Ética do processo que pode levar à cassação da deputada Flordelis (PSD-RJ).

Foram cinco votos a favor do parecer. A mesa diretora é composta pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e tem como primeiro vice-presidente Marcos Pereira (Republicanos-SP) e como segundo vice-presidente o deputado Luciano Bivar (PSL-PE).

Além deles, há quatro titulares: a primeira secretária é Soraya Santos (PL-RJ), o segundo secretário, Mário Heringer (PDT-MG), o terceiro, Expedito Netto (PSD-RO), e o quarto, André Fufuca (PP-MA).

Pereira e Netto, do partido

da deputada, não votaram.

O caso então será encaminhado para o conselho, que deve ser retomado na próxima semana. Os líderes tentam chegar a um acordo para votar um projeto de resolução que permita que as comissões permanentes funcionem de forma remota.

Segundo Bengtson, Maia disse que na próxima semana o projeto deve ser votado. "Foi uma decisão unânime. A deputada não apresentou as provas contrárias aquilo que ela está sendo acusada, e nós julgamos a quebra de decoro", afirmou.

No conselho, será sorteado um relator, que terá tempo para apresentar seu parecer sobre o caso. A seguir, se for recomendada a cassação, o caso é decidido pelo plenário — são necessários ao menos 257 votos favoráveis ao parecer.

"Acho que a Câmara está dando a resposta de forma rápida. Fizemos nossa aná-

lise do processo e conclusão pela corregedoria um mês antes do prazo", disse Bengtson.

Flordelis foi formalmente notificada sobre a denúncia no dia 9 de setembro. Ela alega ser inocente. O pastor Anderson do Carmo, 42, marido da deputada, foi assassinado com mais de 30 tiros dentro da própria casa, em Niterói (RJ). De acordo com a Polícia Civil, o plano para matar o pastor começou em maio de 2018.

A deputada foi indiciada por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio, falsidade ideológica, uso de documento falso e organização criminosa majorada. Para a polícia, a motivação do crime foi a insatisfação com a administração a vida financeira da família por Anderson.

Flordelis não foi presa por causa da imunidade parlamentar. Nesse caso, apenas os flagrantes de crimes inafiançáveis são passíveis de prisão.



O candidato a prefeito Arthur do Val fala a manifestantes nesta quarta. Mathilde Missionero/Folhapress

## Empresas de ônibus por aplicativo protestam em SP

SÃO PAULO

Motoristas de empresas de fretamento cadastradas no aplicativo de viagens Buser fizeram protesto nesta quarta-feira (28), na região do Morumbi, na zona oeste de São Paulo, contra novas regras propostas em uma consulta pública da Artesp (agência reguladora de serviços transporte do estado).

A principal queixa das empresas é da Buser, plataforma de fretamento colaborativo de ônibus, que as viagens devam ser feitas em circuito fechado, ou seja, a ida e a volta devem ter o mesmo grupo de passageiros. "É uma medida cirúrgica para inviabilizar a operação da nossa plataforma e das empresas pequenas de fretamento", afirma o CEO da Buser, Marcelo Abrisita.

O grupo, formado por dezenas de motoristas e alguns deputados estaduais, se concentrou ao lado do estádio do Morumbi. No início da tarde, representantes da Artesp receberam Abrisita e parte dos manifestantes para uma reunião.

A Artesp lançou no sábado (24) consulta pública para formulação na nova regulamentação de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, no regime de fretamento eventual e contínuo.

Os manifestantes ainda reclamam de outros dois pontos, a obrigatoriedade do envio da lista de passageiros à Artesp 48 horas antes da vi-

agem, permitindo a troca de apenas 5% dos nomes até a saída do coletivo, e da proibição do uso de qualquer logomarca no coletivo que não o da empresa dona do veículo — os veículos que operam pela Buser são adesivados com o nome do aplicativo.

Segundo a Buser, 120 empresas estão cadastradas no aplicativo, reunindo uma frota de cerca de mil veículos.

A Artesp informou, por meio de nota, que "tem obrigação de garantir a segurança e acesso regular e contínuo dos usuários do transporte intermunicipal". A agência afirma ainda que o serviço precisa ser eficiente e com regularidade de rotas e horário de saída.

## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Pé na estrada

Depois de quase um ano parado por causa da pandemia, o governador de São Paulo, João Dória, vai recomeçar em janeiro a rodada de viagens internacionais para tentar atrair investimentos ao estado. A rotina da sequência de reuniões com investidores, que Dória vem tratando como uma marca de suas gestões desde a prefeitura, ainda está sujeita às restrições que podem resultar da segunda onda do coronavírus. Os primeiros destinos na agenda são os EUA e o Canadá.

**FASE AZUL** Alemanha, Inglaterra, França, países da Ásia e Oriente Médio também estão nos planos do governador. Para junho, está prevista a inauguração do escritório comercial da Investe SP em Munique, como os pontos já abertos em Xangai e Dubai.

**TRABALHO REMOTO** A retomada da rodada de atração de recursos começa de modo virtual nesta quinta-feira (29), inicialmente com fundos e bancos brasileiros. Depois segue com cronograma semanal até o dia 15 de dezembro já com investidores estrangeiros em conferências pela internet.

**CONTRAPONTO** Na argumentação para convencer os estrangeiros a colocarem dinheiro nos polos de desenvolvimento industrial e no programa de desestatização de São Paulo, Dória vai defender que o estado fez uma boa gestão da crise do coronavírus e tem agenda ambiental sustentável.

**NA GARRAFA** Supermercados de Mato Grosso também relatam falta de algumas marcas de cerveja, como já vinha sendo registrado em São Paulo e na região Norte do país.

**SAIDEIRA** Segundo a Asmat, associação dos supermercados do estado, na semana passada, faltaram garrafas long neck da Heineken e algumas bebidas em lata, mas a situação vem se normalizando nos últimos dias. O indicador de ruptura, que aponta a falta de algum produto nas prateleiras, atingiu o pior nível em dois anos para as cervejas.

**SEDE** A Heineken atribuiu a ruptura à paralisação das indústrias de vidro e alumínio no início da pandemia, somada ao aumento do consumo. A empresa diz que chegou à alta temporada com estoque mais baixo do que em outros anos, o que contribuiu para a falta de determinados produtos em algumas regiões, mas que está ajustando os planos.

**CELADÉIRA** De acordo com o Sindicerv (sindicato das cervejarias), a pandemia afetou o fornecimento de insumos para o setor, mas o problema é pontual e as empresas buscam soluções para minimizar os impactos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência outubro\*

**Autônomo, empregador e facultativo**  
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209  
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

**Assalariado**

Valor	Aliquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

\*O prazo da competência de outubro vence em 20 nov para empresas, para pessoas físicas, vence em 16 nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04 a 14%	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

\*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6 nov. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

# BC mantém taxa Selic a 2% ao ano, mas reforça pressão inflacionária

Comitê de Política Monetária aumenta projeções para inflação no país nos dois cenários divulgados em comunicado

Larissa Garcia  
e Eduardo Cuculo

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** Mesmo diante de pressão inflacionária, o Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) a 2% ao ano nesta quarta-feira (28).

No comunicado da decisão, a autoridade monetária citou o choque de inflação recente, mas reforçou que é temporário: "Apesar da pressão inflacionária mais forte a curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que esse choque é temporário, mas monitora sua evolução com atenção".

O BC, no entanto, destacou que os últimos índices de preços divulgados vieram acima do esperado. Com isso, a autarquia aumentou as projeções para a inflação nos dois cenários divulgados. Para 2020, a expectativa foi elevada em 1 ponto percentual.

Segundo o comunicado, no cenário básico, com a taxa de juros a 2% a.a. em 2020, 2,75% a.a. em 2021 e 4,50% a.a. em 2022, e o dólar a R\$ 5,60, as projeções do Copom para a inflação são de 3,4% para 2020, 3,1% para 2021 e 3,3% para 2022.

Já no cenário com taxa de juros constante a 2% a.a. e taxa de câmbio a R\$ 5,60, as projeções para a inflação são de 3,1% para 2020, 3,2% para 2021 e 3,8% para 2022.

"Contribuímos para essa revisão à continuidade da alta nos preços dos alimentos e de bens industriais, consequência da depreciação persistente do real, da elevação de preço das commodities e dos programas de transferência de renda", explicou o colegiado.

A decisão de manter a taxa a 2% ao ano está em linha com a expectativa do mercado. A sinalização do comitê é de manter a Selic no patamar atual nas próximas decisões.

"O Copom entende que a conjuntura econômica continua a preservar estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno", avaliou o texto.

A economista-chefe da Claritas Investimentos, Marcela Rocha, disse concordar com o BC com relação ao choque de preços de alimentos, que não deverá ser permanente. "Não acreditamos que a alta será persistente e de forma generalizada, deve ficar no curto prazo", disse.

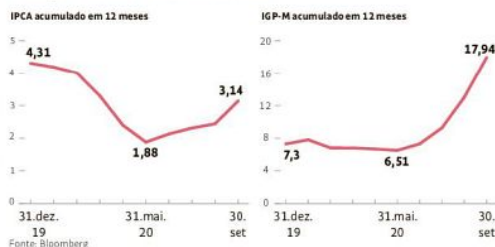
Rocha ponderou que o principal fator de risco, de acordo com o comunicado do Copom, é a política fiscal.

Economista-chefe da Messer Investimentos, Gustavo Bertotti, concorda que a alta da inflação não deve se estender. "É um choque temporário, um desequilíbrio entre oferta e demanda que foi causado pela pandemia", afirmou.

Além disso, segundo o comunicado, o BC não pretende subir juros a menos que as expectativas de inflação se tornem elevadas acima da meta ou que o regime fiscal seja alterado. A indicação é de um instrumento secundário de política monetária, chamado de "forward guidance".

Como o comitê avalia que a taxa Selic está próxima do seu limite mínimo, o BC teve que recorrer ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de ju-

## Inflação acelerou nos últimos meses



## INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CAIU NO BRASIL

O investimento estrangeiro direto caiu praticamente pela metade no Brasil no primeiro semestre de 2020, segundo a Unctad (ligada à ONU).

Os aportes internacionais somaram US\$ 18 bilhões (R\$ 103 bilhões) na primeira metade do ano, recuo de 48% em relação a igual período de 2019, impactados pela pandemia e pela paralisação do programa de privatizações do governo.

A queda do investimento estrangeiro direto no Brasil foi superior à registrada na América Latina e Caribe como um todo (25%) — na região, Chile (6%) e México (5%) tiveram aumento da entrada de recursos.

No mundo, os fluxos de investimento direto somaram US\$ 399 bilhões no primeiro semestre, queda de 49% em comparação com os mesmos meses de 2019, com recuo maior nos países desenvolvidos (75%) do que naqueles em desenvolvimento (16%).

ros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros.

Para Bertotti, as revisões do BC para as taxas de juros e inflação estão compatíveis com o cenário atual.

Maurício Oreg, superintendente de Pesquisa Macroeconômica do Santander Brasil, afirma que o fator determinante para o futuro da taxa básica será a questão das contas públicas.

"Não tem como falar de Selic sem falar de fiscal. No cenário em que você consegue manter o teto, passar reformas, poder ter outros programas de transferências de renda, mas cortando outros gastos obrigatórios, esse cenário é um ambiente desinflationário".

Para ele, os demais fatores que vão prevalecer são uma demanda ainda se recuperando de maneira fraca, com desemprego em alta e massa salarial caindo. "O BC não vai ter de subir juros [em 2021]", diz.

O economista-chefe do Asa Investments, Gustavo Ribeiro, afirma que o comunicado o surpreendeu pelo lado "dovish", tanto pela avaliação sobre a alta recente de preços como pelas projeções de inflação ainda abaixo do centro da meta neste e no próximo ano, além de ter não ter descartado completamente um novo corte de juros.

No comunicado, o comitê repetiu que a inflação permanece com fatos de risco em duas direções. A baixa atividade econômica pode pressionar para baixo, mas a piora nas contas públicas com o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia podem puxar os preços para cima.

No cenário externo, o Copom analisou que a retomada de alguns setores desaqueceu em parte por conta da segunda onda do novo coronavírus em alguns países.

Em relação à atividade econômica brasileira, o BC reafirmou que indicadores sugerem retomada desigual entre os setores e os mais afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar do auxílio emergencial.

A Selic é um dos instrumentos usados pelo BC para controlar a inflação. Quando o índice está alto, a autoridade monetária sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

O mercado aumentou a expectativa de inflação para 2020. Segundo o relatório Focus do BC desta semana, os economistas esperam que os preços subam 2,99% no ano. Há um mês, a projeção era de 2,05%. A projeção atual, porém, ainda está abaixo da meta de 4%, com tolerância de 1,5 ponto para baixo ou para cima.

## Auxílio e oferta vão definir inflação, dizem economistas

**SÃO PAULO** O Brasil vive hoje um movimento generalizado de alta de preços de alimentos e insumos para diversos setores que poderá ser contido caso sejam resolvidas três questões que pressionam a inflação: a falta de alguns produtos, as medidas de estímulo adotadas durante a pandemia e a taxa de câmbio.

Para economistas ouvidos pela Folha, a inflação deve ficar em torno de 3% neste e no próximo ano, abaixo do centro da meta fixada pelo governo de, respectivamente, 4% e 3,75%.

Para que isso ocorra, contam com o fim do desequilíbrio entre oferta e demanda de produtos que afeta empresas em vários países. Também esperam que governo e Congresso mantenham o compromisso de preservar o teto de gastos e retomar o ajuste fiscal.

Na semana passada, o IBGE divulgou o IPCA-15, espécie de recuo do índice oficial de inflação, que registrou em setembro sua maior alta desde 2012, de 0,45%. Enquanto o índice, que representa uma cesta de consumo, sobe 2,65% em 12 meses, o preço de alguns alimentos acumula alta superior a 3%. O IGP-M, índice no qual pesam mais os preços ao produtor, acumula alta de 18%.

André Braz, coordenador de índices de preços do FGV Ibre, afirma que há setores muito pressionados pelo aumento das matérias-primas, como automobilístico, alimentação e construção civil.

Segundo Braz, parte disso são efeitos cambiais. "Há um espalhanço da inflação ao produtor. Toda a cadeia de derivados dessas matérias-primas também sobe, e isso está diminuindo a margem de vários segmentos industriais", afirma o economista.

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, afirma que outro fator que pressiona a alta das matérias-primas é a interrupção de algumas cadeias produtivas por causa das paralisações durante a pandemia, mas avalia que demanda e oferta devem se equilibrar em pouco tempo. "A gente não vê muito espaço para repasses. A gente está saindo de uma crise forte, com nível de renda ainda muito deprimido", afirma.

O economista-chefe do BNP Paribas Brasil, Gustavo Arruda, afirma que a retomada do ajuste fiscal e o fim do auxílio são importantes para o controle da inflação em 2021.

"A resposta vai depender do fiscal. Se o governo optar por seguir com teto de gastos e não seguir com o auxílio no ano que vem, a gente pode esperar o câmbio mudando de direção", afirma. EC



# Taxa de desemprego deve aumentar em 2021, diz secretário de Guedes

Sachsida afirma que aumento de preços não preocupa e chama inflação de localizada

Fábio Pupo

BRASÍLIA O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou nesta quarta-feira (28) que os dados de desemprego devem mostrar elevação em 2021 refletindo a maior busca por trabalho com a reabertura de atividades.

Segundo ele, os números devem aumentar mesmo que haja mais contratações. O motivo, disse, estaria na metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera como desempregado somente quem está, de fato, procurando trabalho.

"Muitas pessoas perderam emprego e não estavam procurando porque a cidade estava fechada. Então estavam desempregadas, mas não apareciam na pesquisa", afirmou em encontro virtual com representantes do banco Safra.

"No ano que vem vai acontecer o oposto, o desemprego real vai cair mas as variáveis vão subir", disse. "A economia reabre, as pessoas passam a procurar emprego, algumas vão encontrar e, por isso, o desemprego real cai. Mas, como tem mais gente procurando, a variável taxa de desemprego vai aumentar", afirmou.

A busca por vagas já se vê nos dados. A taxa de desemprego foi de 13,6% em agosto a 14% em setembro, maior da série histórica da Pnad Covid, pesquisa criada pelo IBGE para mensurar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho e na saúde dos brasileiros.

Para os técnicos do IBGE, o crescimento se dá em função tanto das pessoas que perderam suas ocupações, quanto das que começam a sair do distanciamento social e voltam a pressionar o mercado.

Sachsida lembrou que uma das estratégias do governo para evitar demissões foi o programa que permitiu cortes de jornada e salário ou suspensão de contratos de trabalho.

O governo quer que o programa sirva de respiro para as empresas quando as atividades forem retomadas após os efeitos mais severos da pandemia do coronavírus no país.

O secretário afirmou que é preciso rever regras do trabalho. E que uma redução de 10% no custo de contratação poderia levar a aumento de 3% no emprego formal. Se a redução se der na baixa qualificação, a alta seria de 8%.

Ele comentou ainda a pressão inflacionária vista durante a pandemia. Afirma que o aumento de preços não preocupa e chamou o movimento de localizado e transitório.

"Quando você olha expectativas para este ano e os próximos, a inflação está totalmente sob controle. Inflação não é um problema", completou ele, avaliando o trabalho do Banco Central como excepcional. Pelas contas do secretário,

ainda há R\$ 138 bilhões para entrar na economia até o final de 2020 devido a medidas como o saque emergencial do FGTS e as parcelas restantes do auxílio emergencial.

"Quando olhamos dados de distanciamento social, nossas projeções indicam que em meses de dezembro vamos re-

tomar o padrão de distanciamento social de fevereiro".

Ele afirmou que sua equipe encontrou uma correlação histórica entre um clima mais quente e a maior circulação de pessoas. Além disso, ele afirma que diferentes estados estariam próximos a uma inundação de rebanho caso seja

considerada uma taxa de infecção de 20% da população.

Os dados levantados pela pasta, segundo ele, não servem para traçar políticas de saúde, mas indicam que poderia haver um retorno seguro ao trabalho no fim do ano.

No entanto, Sachsida não comentou (e não foi questionado) sobre a possibilidade de novas ondas de Covid-19, a exemplo do que ocorre atualmente em países da Europa.

Sachsida ainda disse que o governo trabalha para desenvolver o mercado de crédito de carbono e para impulsionar o mercado de crédito e seguro privado para o agronegócio.

## RJ pede ajuda a Bolsonaro e avalia ir à Justiça contra dívida

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PSC), foi ao Palácio do Planalto nesta quarta-feira (28) pedir ajuda ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na aprovação da prorrogação do regime de recuperação fiscal.

Se não encontrar solução, Castro disse ter informado a Bolsonaro que recorrerá à Justiça para suspender o pagamento da dívida do estado com a União.

"Falamos da dificuldade deste regime que está hoje. Apesar dele ter ajudado muito o Rio, a próxima etapa é uma fase que o Rio ainda não está preparado para seguir", disse Castro após o encontro com Bolsonaro, referindo-se a uma prorrogação do regime até 2023.

O regime de recuperação fiscal, assinado em 2017, no governo Michel Temer (MDB), previa medidas para que o governo economizasse bilhões e suspendeu o pagamento da dívida do estado com a União.

Em setembro, Castro entregou a Paulo Guedes (Economia) um pedido de prorrogação do regime. À época, disse que enquanto durasse a análise do pedido, de quatro a seis meses, o acordo permaneceria em vigor.

Castro disse ter pedido a Bolsonaro empenho na aprovação de um projeto que está na Câmara que amplia para 10 anos o prazo do regime de recuperação fiscal. "O Rio não sobrevive sem auxílio do governo", disse.

Ele afirmou que a aprovação do projeto é a pauta prioritária, mas que a tramitação não é fácil.

"Agentes sabe que tem muita briga, muita negociação, mas os estados precisam disso urgente, fechado até o fim do ano. A gente sabe a força que o governo federal tem quando entra para aprovar um projeto".

Caso a aprovação não ocorra, ele afirmou ter dito a Bolsonaro que iria à Justiça. "Outra possibilidade é a judicialização, para que a gente entre, como outros estados, na questão da suspensão do pagamento das dívidas. Vários estados hoje estão suspensos pelo STF", disse Castro.

Nenhum representante do governo federal se manifestou sobre a reunião. Segundo o governador em exercício, Bolsonaro afirmou que "vai ajudar".

Castro afirmou também ter discutido com Bolsonaro sobre a vacina contra Covid-19. Segundo o governador em exercício, a posição do estado é a favor de qualquer imunizante que seja aprovado pela Anvisa.

Castro assumiu o lugar de Wilson Witzel (PSC), afastado pela Assembleia.

ANTECIPE-SE AO LANÇAMENTO



CONS  
TAN  
TINO

CAMPO BELO

More no charme  
do Campo Belo com todas  
as facilidades de Moema

STUDIOS,  
2 E 3 DORMS.  
(C/ 1 SUÍTE)

STUDIOS  
A PARTIR DE

R\$266 MIL

COM MENOS DE R\$10 MIL DE  
R\$890,00  
\*COM INCLUIR CONDOMÍNIO



Foto do apartamento decorado 2 dorms.



ESTILO E BEM-ESTAR

Lazer maravilhoso numa única torre em um terreno de esquina.



MOBILIDADE

Estrutura e conveniência para uma vida urbana plena e confortável, a 700 m do metrô Eucaliptos e do Shopping Ibirapuera.



TRANQUILIDADE

Ruas largas e arborizadas, a atmosfera residencial perfeita.

CONHEÇA OS MARAVILHOSOS  
DECORADOS ASSINADOS PELA DESIGNER  
DE INTERIORES CLAUDIA ALBERTINI.

(11) 55 42-1837 | Rua Constantino de Sousa, 200

Futuro Lançamento:



Futuro Lançamento: Construção e Realização:



Incorporação registrada no 1º Ofício de São Paulo/SP sob n. Av. 1, na matrícula 273.838, em 09 de julho de 2020. \*Todos os trajetos são fornecidos pelo Google Maps para deslocamento feito a pé. \*\*Valor referente à unidade studio. Data base da tabela para incidência de correção monetária 07/10/2020. Unidade sujeita a disponibilidade. Tiberio Crec: 10.696-J. Futuro lançamento: LPS São Paulo Consultoria de Imóveis Ltda. CRECI/SP 24.073-J.

## Bolsonaro prorroga incentivos para montadoras

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou nesta quarta-feira (28) a lei que prorroga até 2025 incentivos fiscais para fabricantes de veículos e autopças nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A sanção decorre da conversão em lei de medida provisória editada em junho e aprovada no começo deste mês pelo Congresso.

O texto prevê que as empresas instaladas nas três regiões terão até o próximo dia 31 de outubro para apresentar projetos para novos investimentos, pesquisas e desenvolvimento de produtos.

Contempla ainda a possibilidade de prorrogação do aproveitamento dos créditos presumidos do IPI de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2025 para as empresas nessas regiões.

O benefício ocorre pelo uso de crédito presumido do IPI como ressarcimento das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins.

Na tramitação no Congresso, parlamentares incluíram no texto a extensão do incentivo às empresas no Centro-Oeste. O benefício para as montadoras e demais indústrias do setor na região se en-

cerraria no final deste ano.

Segundo o governo, a sanção da norma é uma iniciativa para amenizar os efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 na economia.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), afirmou que a sanção permite ao estado disputar investimentos com outras regiões.

"Infelizmente no final do governo [Michel] Temer excluíram o Centro-Oeste dos incentivos fiscais, e hoje o presidente resgata as condições para a região poder ter um tratamento igualitário", Fábio Pupo e Ricardo Della Coletta

## cresce preocupação com matéria-prima, diz CNI

SÃO PAULO Os empresários da construção civil no Brasil continuam confiantes na retomada do setor, mas o otimismo agora está estável, após uma sequência de altas desde o mês de maio. O patamar ainda é inferior ao observado antes da pandemia.

Entre os fatores positivos para o segmento, sondagem da CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulgada nesta quarta (28) aponta para a alta da utilização da capacidade instalada, o avanço no nível de atividade e o índice de evolução do emprego, que em setembro teve

a maior alta em oito anos.

Do lado oposto, cresceu a importância de problemas como escassez ou alto custo de matéria-prima. No terceiro trimestre, a dificuldade com prazos e preços passou a ser o maior problema do setor para 39,2% das empresas — no trimestre anterior, a questão aparecia em 11º lugar entre as preocupações.

Após insumos, o problema mais apontado por empresários no terceiro trimestre foi a carga tributária, indicada por 28,2% das empresas.

Na comparação entre os dois trimestres, além das

dificuldades com os insumos, cresceu o número de companhias do setor que relatam falta ou alto custo de trabalhador qualificado: de 6%, subiu para 10,1%.

A sondagem da CNI considera que o nível de atividade e o número de empregados apontam para a manutenção do ritmo de recuperação da construção civil em setembro.

Setembro também foi bom para a redução da ociosidade. A utilização média da capacidade instalada cresceu dois pontos ante agosto e chegou a 62%. **Fernanda Brigatti**

mercado

# Bolsas globais derretem com medo de 2ª onda da Covid-19

Ibovespa tem maior queda desde abril; dólar sobe a R\$ 5,765, maior valor desde maio

Julia Moura

**SÃO PAULO** A Bolsa brasileira caiu 4,25% nesta quarta-feira (28), a 95,371 pontos, com a segunda onda de coronavírus na Europa e as incertezas nas eleições dos Estados Unidos. É a maior queda diária do Ibovespa desde abril.

O dólar subiu 1,44%, a R\$ 5,765, maior valor desde maio, no recorde de R\$ 5,90. O turismo está a R\$ 5,90. A moeda americana chegou a R\$ 5,7930, mas perdeu força quando o Banco Central vendeu US\$ 1,04 bilhões à vista.

O petróleo também afundou. O barril de Brent (referência internacional) recuou 5%, a US\$ 39,12 (R\$ 225,52).

Em Londres, a Bolsa caiu 3,5% e em Paris, 3,4%. Na Alemanha, a queda foi de 4,2%.

A Alemanha anunciou "lockdown" emergencial de um mês que incluiu fechamento de restaurantes, academias e teatros, na tentativa de reverter um pico de casos de Covid que pode sobrecarregar os hospitais.

Para tornar as medidas mais palatáveis, o país oferecerá ajuda financeira aos mais prejudicados pelas novas restrições.

A França também anunciou novo "lockdown" nacional, que começa na sexta (30) e durará até 1º de dezembro.

Para Joelson Sampaio, professor da FGV, a volta dos "lockdowns" causou as quedas, por representar possível contração da economia europeia. "Um resultado negativo na Europa afeta o Brasil, mas não é o mesmo cenário de março. As pessoas já sabem o que pode acontecer".

Nos EUA, as eleições são outro fator de risco. As pesquisas mostram o democrata Joe Biden à frente do republicano Donald Trump, o oposto do que investidores previam no início do ano.

"A vitória de Biden deixa o mercado mais volátil, porque o seu governo ainda é uma incógnita", diz Sampaio.

Segundo Chris Zaccarelli, diretor de investimentos da Independent Advisor Alliance em Charlotte (EUA), os investidores estão preocupados com três possíveis cenários: contestação do resultado da eleição, eventual controle de democrata do Congresso e a reeleição de Trump. "Enquanto isso, não há uma boa resposta a curto prazo", afirma.

O coronavírus também preocupa o cenário dos EUA, onde 12 estados registraram recordes de pacientes com a Covid-19 hospitalizados na última terça-feira (27).

"Obviamente, o vírus está fora de controle. O conceito de que vai desaparecer é uma suposição errada", diz Eric Kuby, diretor de investimentos da North Star Investment Management Corp, em Chicago.

Nesta quarta, ações de hotéis, companhias aéreas e outras empresas sensíveis às incertezas relacionadas à Covid-19 afundaram no pregão na Europa e nos EUA.

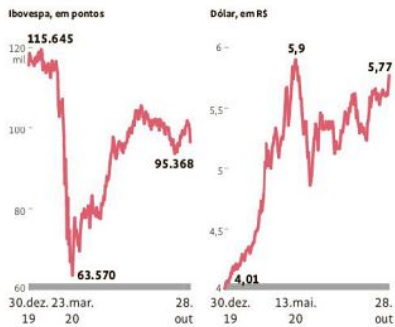
O VIX, índice do medo de Wall Street, atingiu sua máxima desde 15 de junho. Dow Jones caiu 3,4%, para o menor nível desde julho, S&P 500 recuou 3,5% e a Nasdaq caiu 3,7%.

Entre os destaques do pregão brasileiro está a Cielo, que teve a maior queda do Ibovespa, com tombo de 11,66% e fechou na menor cotação desde maio — com o balanço do terceiro trimestre mostrando uma redução de 71,5% no lucro líquido.

A Azul recuou 9,58% e a Gol, 9,03%. As ações preferenciais e ordinárias da Petrobras caíram 6,09%, e 6,14%, respectivamente, em meio ao tombo do petróleo no exterior e

**Brasil em 2020**

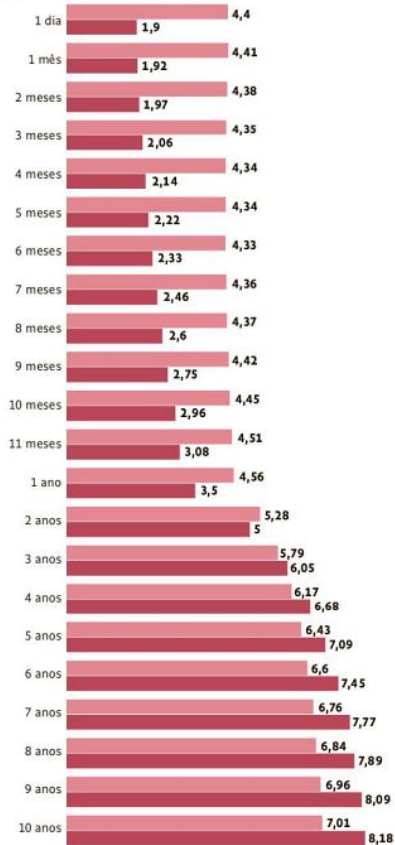
Bolsa acumula queda de 18% Dólar sobe 44% no ano



Juros de curto prazo ficaram mais baratos e de longo prazo, mais caros

**Prazo (dia, meses ou anos)**

■ Curva de juros DI em 30.dez.2019  
■ Curva de juros DI em 28.out.2020



Bolsas globais têm forte queda com volta de lockdowns na Europa



Fontes: Bloomberg e CMA

o balanço do terceiro trimestre, divulgado após o fechamento do mercado. Vale, que apresentou seu balanço após o fim do pregão, cedeu 3,63%.

Alexandre Espírito Santo, economista da Órama, explica que não se espera um tombo da economia brasileira tão grande quanto o do segundo trimestre, marcado por "lockdowns" e restrições, mas que a nova onda de infecções pode gerar uma desaceleração global novamente. "Isso mostra que sem vacina não vai adiantar, e o mercado volta a ficar dependente disso", diz.

Segundo ele, uma das explicações para a alta do dólar e a queda da Bolsa brasileira é a saída de estrangeiros do país. Só neste ano, os estrangeiros já retiraram R\$ 84,6 bilhões da Bolsa brasileira, um recorde.

Além da pandemia, o Brasil enfrenta problemas locais específicos, como o atraso na agenda de reformas e o aumento do risco fiscal.

Investidores veem risco de quebra do teto fiscal e aguardam definição do Orçamento para 2021, que pode ser aprovado só no ano que vem.

"Risco fiscal para sobrenó há muito tempo e, em momentos de incerteza, o investidor coloca o lucro no bolso", diz Espírito Santo.

Um reflexo do risco fiscal é a alta dos juros futuros. Eles são a principal referência para os juros de empréstimos liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

Nesta semana, o juro para janeiro de 2025 foi de 6,62% na última sexta para 6,66% nesta quarta. O risco-país brasileiro medido pelo CDS de 5 anos subiu 3% nesta quarta, acumulando alta de 3,8% na semana, a 220 pontos.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias. Se ele sobe, é sinal de que investidores temem o futuro financeiro do país; se cai, o recado é inverso.

O Ibovespa acumula perdas de 5,8% nesta semana. No mês, há alta de 0,81%.

## Risco fiscal pesa mais sobre dólar, dizem analistas

**SÃO PAULO** A volta da pandemia às principais economias mundiais tende a contribuir para uma queda da inflação no Brasil, se o governo mantiver o compromisso com a política fiscal de modo a levar a taxa de câmbio a um patamar mais baixo. O descontrole das contas públicas, por outro lado, pode levar a moeda nacional a um patamar acima de R\$ 6,00 e aumentar o repasse cambial para os preços.

O dólar acumula alta de 43,6% no ano frente ao real. Entre os emergentes, é a moeda que tem o pior desempenho. Apesar do movimento desta quarta-feira, analistas avaliam que o real pode seguir abaixo de R\$ 6, com sinalização do governo de compromisso com o ajuste fiscal.

"Estamos vendo decisões de governos europeus de voltar com medidas de distanciamento e a divulgação de alguns indicadores que mostra piora na atividade econômica por conta da Covid. Com isso, os mercados optam por investimentos mais seguros e isso acaba reforçando o dólar no cenário internacional", afirma Victor Beyruti, da Guide.

"Nesta semana, o real foi um pouco mais em linha com os pares, mas, no acumulado do ano, a gente está com desempenho pior".

## Argentina vive semana tensa por oscilação da moeda ante o dólar

Sylvia Colombo

**BUENOS AIRES** A Argentina vive uma semana tensa em relação ao dólar e a uma possível desvalorização do peso. Na última terça-feira (27), o valor do dólar paralelo (conhecido como "blue") chegou a 195 pesos, enquanto o oficial está em 83,5 pesos.

A desvalorização da moeda local causou uma reação política e uma fricção entre o presidente, Alberto Fernández, e sua vice, Cristina Kirchner. Enquanto esta defende uma troca de ministros, o mandatário respaldou sua equipe econômica.

O ministro da economia, Martín Guzmán, tentou duas estratégias para conter a disparada da moeda norte-americana. Primeiro, colocou em licitação bônus em pesos ajustáveis à variação do dólar oficial, tentando levantar a maior quantidade de pesos argentinos do mercado. Com menos moeda local em circulação, a expectativa é que ela se valorize.

Em segundo lugar, Guzmán anunciou que a licitação será nos dias 9 e 10 de novembro, dando tempo para que grandes fundos de investimento que estejam atados ao peso possam mudar de moeda, diminuindo a pressão sobre ela.

Com essas medidas, Guzmán conseguiu fazer com que o "blue" fechasse a 187 pesos na terça e a 181 pesos nesta quarta. Ainda assim, a grande distância que há entre os dólares oficial e paralelo, de mais de 130%, causa grande preocupação no governo e na sociedade.

Para conter o valor do dólar, o Banco Central argentino também vendeu cerca de US\$ 80 milhões. Só neste mês, as vendas da moeda americana pelo BC local somam US\$ 1,2 bilhão.

A inflação continua subindo, pois o comércio acaba se guiando pelo "blue". E a corrida pelos dólares só está contida porque a compra da moeda está limitada a US\$ 200

FACULDADE  
FIEPECAFI

por pessoa por mês.

Em entrevista a uma rádio local na terça, Guzmán afirmou que não haverá uma desvalorização do peso argentino e que "ainda há alternativas para acalmar o mercado".

Uma das dificuldades que o país vive é o fato de ter havido, durante a fase mais dura da quarentena, um aumento da emissão monetária de mais de 85% com relação a todo o ano de 2019. Isso exerce ainda mais pressão na inflação e no valor da moeda.

Nesta quarta (28), Guzmán apresentou o projeto de orçamento para 2021, prevendo cobrir déficit fiscal previsto para 2021 (de 4,5% do PIB) em 60% com novas emissões de moeda e 40% com financiamento do mercado.

Ao mesmo tempo, Guzmán iniciou conversas para reestruturar a dívida tomada pelo país com o FMI em 2018 e busca a liberação de US\$ 5,4 bilhões que eram parte deste acordo para reforçar as reservas do Banco Central.

Outra medida que vem causando polêmica é a decisão do presidente de reabrir as fronteiras para o turismo com relação aos países fronteiriços. Essa reabertura é limitada. Os turistas poderão vir apenas para Buenos Aires, uma vez que há restrições internas de circulação dentro do território argentino.

Ao ser questionado por jornalistas sobre a razão desta abertura quando a Argentina enfrenta uma alta no número de contaminações e de mortes diárias pela doença, Fernández referiu-se à necessidade de entrada de dólares no país.

Os turistas somente poderão entrar na Argentina com um exame de coronavírus (PCR) negativo realizado 48h antes do embarque e com a apresentação de um seguro médico. A abertura será para turistas de Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile.



Presidente da Argentina, Alberto Fernández, acena a apoiadores na Casa Rosada. Juan Mabromata - 27.out.20/AFP

# Serviço público precisa ser estatal?

Estado deve pensar em resultado na ponta, não nos interesses de corporações no meio

**Fernando Schüler**

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

Como de hábito, a desinformação toma conta do debate público quando se trata de temas complexos de gestão pública. Não foi diferente com a discussão sobre a suposta "privatização do SUS", provocada pelo anúncio (mal feito e depois revisto) de que o governo estudaria a gestão de unidades básicas de saúde em parceria com o setor privado.

O curioso é que este debate é antigo, e o país há muito conta com uma sofisticada legislação regulando a gestão em parceria com o setor privado. Apenas no município de São Paulo, mais de 60% das unidades básicas de saúde são gerenciadas por organizações sociais privadas.

A pergunta a ser feita é: com os cuidados devidos, isto é, bons contratos e boa supervisão, os modelos de parceria podem funcionar melhor para as pessoas, em regra os mais pobres, que irão efetivamente utilizar os serviços?

Há muita pesquisa sobre o tema. Uma delas é de Marcelle Gaiguer, da Fucape Business School, no Espírito Santo. Ela comparou a gestão de um hospital público tradicional com a de um hospital gerenciado por uma organização social privada, na capital capixaba, e os resultados foram bastante claros.

No modelo de gestão privada, a estrutura é mais enxuta, as taxas de infecção são significativamente mais baixas e tempo médio de permanência do paciente é menor.

O estudo conclui que "quando abordamos o custo total em relação ao volume de produção (...) encontramos maior eficiência" no hospital sob gestão privada, e que "os indicadores de qualidade (taxa de infecção hospitalar) registram que na OS a gestão mais eficiente dos custos não penaliza a qualidade".

Vão na mesma direção pesquisas muito mais abrangentes. É o caso do estudo realizado por Daniel Corrêa, da Universidade do Porto, a partir de dados do Ministério da Saúde e considerando 808 hospitais públicos brasileiros.

Os hospitais públicos de gestão privada registraram eficiência 8,4% superior aos da administração direta. Daniel conclui que "a maior autonomia gerencial, regras de recursos humanos, legislação trabalhista e mecanismos de contratação mais ágeis aumentam a eficiência dos hospitais públicos".

Alguém poderia perguntar: mas e as PPPs? Quando a gestão é feita via organizações sociais a entidade não visa lucro. O mesmo não ocorre no modelo das parcerias público-privadas. A questão relevante se repete: é um modelo capaz de produzir melhores serviços para as pessoas?

Um indicativo vem da área da educação, a partir da pesquisa feita por Bruno Rodriguez, da FGV (Fundação Ge-

tulio Vargas), junto à rede de escolas públicas de Belo Horizonte, construídas e gerenciadas na forma de PPP. O modelo de gestão é híbrido. O parceiro privado faz a gestão operacional e os pro-

fessores da rede municipal o trabalho pedagógico.

Os resultados são claríssimos. A avaliação dos serviços é superior, e os diretores das escolas contratualizadas têm 25% mais de

tempo para as atividades educacionais, ao invés de cuidar da administração e "apagar incêndios". Um dado em particular chama a atenção: o tempo de construção das unidades. Máxi-

mo de 13 meses, ou 45% inferior ao tempo médio gasto nas unidades feitas diretamente pelo governo.

Isso poderia acontecer na saúde, não? Médicos e enfermeiros focados em suas atividades em um ambiente de baixa burocracia. As pesquisas apontam caminhos. É preciso tirar a raiva política do debate. Defender que o governo possa estabelecer parcerias não significa que o Estado abrirá mão de prestar serviços ou garantir direitos.

Ao contrário: significa que o governo estará focado na

qualidade que chega na ponta e não nos interesses das corporações que estão no meio. Visão de Estado, não de máquina pública. No Brasil se confunde, historicamente, o que é público e o que é estatal. Está na hora de desfazer essa confusão.

Para quem quiser clarear as ideias sugiro assistir a um concerto da Osesp, na Sala São Paulo. Observe a arquitetura, a acústica impecável, a qualidade da música. Aquilo tudo é bastante complexo, 100% público e 100% gestão privada. E funciona. Talvez sirva de inspiração.

**FELIPE MELO**  
JOGADOR DE FUTEBOL

#NÃOSECALE

**DISQUE DIRETOS HUMANOS 100**

**DENUNCIE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL. DISQUE 100. MESMO DE MÁSCARA SUA VOZ PODE SER OUVIDA**

ACESSE:  
**LIBERTA.ORG.BR**  
f @ INSTITUTOLIBERTA

**LIBERTA**

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari, Conrado H. Mendes | QUI. Fernando Schüler | SEX. Reinaldo Azevedo, Sílvia Almeida, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Veículo: O Globo	Online
Data: 29/10/2020	Coluna: Economia

**O GLOBO**

## Bolsonaro sanciona lei que prorroga incentivos fiscais a montadoras

**VICTOR FARIAS**  
[victor.farias@hsh.oglobo.com.br](mailto:victor.farias@hsh.oglobo.com.br)  
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem, sem vetos, a lei que prorroga incentivos fiscais para montadoras de

veículos e fabricantes de autopeças nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até o fim de 2025. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), participou da assinatura, no Palácio do Planalto.

Originalmente, a proposta encaminhada pelo Executivo não incluía as montadoras do Centro-Oeste, mas a alteração foi feita pelos deputados federais. O impacto do não recolhimento da receita

na região é estimado em R\$ 450 milhões por ano.

Em setembro, os deputados aprovaram o texto com a inclusão da cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) em transações realizadas com o

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O fundo está previsto na Constituição e é voltado para financiamentos de empresas na região com prazos de pagamento maiores e taxas de

juros menores.

— Hoje é um dia para se comemorar, porque, diante de tantos problemas, nós tínhamos uma situação que até então a previsão era ir só até dia 31 de dezembro, depois não teríamos mais isso, e agora temos mais cinco anos em igualdade de condições — afirmou Caiado, após a reunião.

## **BNDES deve injetar recursos na Codemig antes da venda**

Processo de privatização da companhia deve ter duas etapas e a primeira dela é o socorro do banco de desenvolvimento

**Por Marcos de Moura e Souza** — De São Paulo

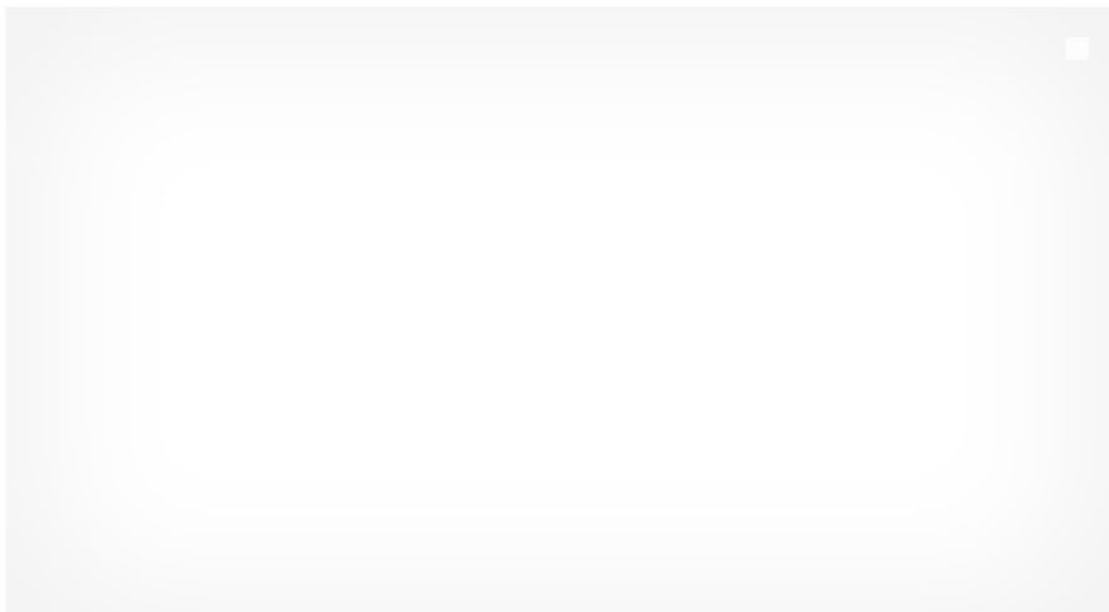
29/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A primeira estatal que o governo Romeu Zema (Novo) pretende privatizar deve ser parcialmente adquirida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

É a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), cujo principal ativo é uma mina de nióbio na cidade de Araxá, oeste do Estado.

PUBLICIDADE



O governo Zema estima que a Codemig possa ser avaliada em dezenas de bilhões de reais.

A futura participação da União no negócio foi tema das reuniões que Zema teve na segunda-feira em Brasília com o presidente Jair Bolsonaro e com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Zema afirmou que Bolsonaro insistiu que a jazida deve permanecer como propriedade brasileira.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário de Governo de Minas, Mateus Simões, disse que privatização está sendo desenhada para ter duas fases. Na primeira, o BNDES injetaria recursos para ficar com uma fatia minoritária da Codemig.

O tamanho da fatia ainda não foi definido, mas o secretário cita como possibilidade a participação inicial de 25%. Depois, a segunda fase seria a venda da companhia.

“Se o banco vai comprar tudo, se vai ficar só com essa parte ou se vai vender a parte dele, depende um pouco do processo”, disse Simões. “Mas, conhecendo um pouco as regras do BNDESPar para a compra de participações, não teria por que se expor demais agora em um ativo que ele vai participar de uma segunda rodada [de privatização].”

O governo Zema vê como chave essa injeção inicial do BNDES, porque seria uma tábua de salvação para um Estado que há anos está com as finanças no vermelho.

“Desde o começo está sendo conversado dessa forma: que eles vão entrar para resolver o nosso problema, mas que o objetivo deles é nos ajudar a viabilizar a segunda fase”, afirmou Simões.

“São dois movimentos simultâneos importantes: o governo federal reconhece a necessidade de ajudar Minas Gerais neste momento, dada a situação financeira terrível que nós estamos vivendo, e o governo federal vê nesse ativo uma importância estratégica e está decidido a nos ajudar a vender o ativo e está avaliando que participação deseja ter nele”, afirmou ele.

O BNDES e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) têm trabalhado

bilhões de reais”, disse o secretário.

Para ocorrer, no entanto, além do apoio financeiro do BNDES, a privatização da Codemig precisa ainda ser aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas.

Em outubro de 2019, Zema enviou para a Assembleia projeto que prevê a venda da companhia. O texto ainda não foi votado. O que há por ora é uma autorização legislativa para a venda de 49% da empresa - autorização obtida pelo ex-governador Fernando Pimentel (PT), que também tentou se desfazer da empresa para fazer caixa.

O direito minerário pertencente à Codemig é contíguo ao direito minerário pertencente à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior player mundial de nióbio. O nióbio é um insumo siderúrgico usado para fabricar aços mais leves e resistentes. A CBMM tem sócios asiáticos.

A empresa extrai nióbio da sua jazida e da jazida estatal que Zema quer vender. E a CBMM remunera o Estado com 25% de seu lucro líquido, o que tem resultado em uma receita anual de cerca de R\$ 1 bilhão a Minas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

---

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres

DESAFIOMUNDIAL

## Congresso precisa ouvir com atenção advertência do tribunal

Embora o aviso tenha sido direcionado ao Executivo, são os deputados e senadores que decidirão o assunto

Por **Fabio Graner** — Brasília

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O alerta feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o desenho da meta fiscal para 2021 precisa ser ouvido e analisado com atenção, principalmente pelo Congresso. Embora o aviso tenha sido direcionado ao Executivo, que propôs uma meta que na prática não existe, são os deputados e senadores que decidirão o assunto.

Os parlamentares ainda não se deram ao trabalho de colocar para funcionar a Comissão Mista de Orçamento e até agora não votaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as regras para a execução do Orçamento do próximo ano. Se de um lado essa postura mostra pouco cuidado do Legislativo com a previsibilidade fiscal, esse atraso acaba vindo a calhar, permitindo que suas excelências avaliem um eventual “conserto” no modelo proposto pelo Executivo que, é importante ressaltar, tem caráter excepcional.

A ideia de uma “meta variável” não era consenso nem mesmo na equipe econômica. O argumento da elevada incerteza no momento de envio da LDO não pode ser desprezado. Faz todo sentido. O modelo proposto pelo time do ministro Paulo Guedes, porém, é bastante discricionário, abrindo espaço, em tese, para uma série de ações fiscais contraditórias com a âncora do teto de gastos, como



desonerações e até gastos maiores em rubricas não alcançadas pelo limite constitucional de despesas.

Uma fonte do governo aponta que esse desenho proposto pouco difere de outras formas de meta, como aquelas que previam desconto de investimentos e desonerações no resultado final. E que, diante da forte incerteza que ainda há na economia, se o Congresso resolver modificar o desenho a partir do alerta do TCU, é pouco provável que adote uma meta fixa em nível que seja restritivo, pois isso contrariaria os próprios interesses políticos. Para essa fonte, portanto, o movimento do TCU é inócuo.

Outro interlocutor, contudo, avalia que o alerta é correto e precisa ser levado em consideração. Na visão dessa fonte, o horizonte para 2021 já está bem mais claro que em abril. Dessa forma, seria possível trabalhar de maneira mais alinhada com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e definir uma meta fixa, que seja também exequível.

Seja como for, a advertência do TCU precisa ser vista em um contexto mais amplo. O Brasil tem muitas regras fiscais (o teto, o resultado primário, a “regra de ouro”), mas todos esses instrumentos têm problemas a serem resolvidos. O teto não tem paredes e gatilhos. O resultado primário não tem sido capaz de impedir a explosão de endividamento e a ancoragem de expectativas. E a “regra de ouro” não atingiu o objetivo de produzir uma situação fiscal que preserve os investimentos públicos, contendo outros gastos. De puxadinho em puxadinho, o país segue sem uma boa arquitetura fiscal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

SLEEPMAGIC

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse  
THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO

Um jeito natural deixar sua próstata do tamanho de uma noz.  
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Soluções para garantir a melhor experiência para o consumidor digital  
ATENTO

## Conteúdo Publicitário

---

VALOR INVESTE

Vale terá 3º trimestre melhor que o de 2019 devido à alta do preço do minério, dizem analistas

VALOR INVESTE

Petz lucra mais no 3º trimestre, impulsionada pelas vendas on-line

VALOR INVESTE

Qualicorp é suspeita de ter pago propina para obter redução de tributos, diz PF

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **BC concede autorização de funcionamento para Fênix DTVM**

O BC também autorizou um aumento de capital na Intrader DTVM

29/10/2020 10:49 — Em Finanças

---

# Governadores fazem aliança de combate à crise do clima

Líderes de pelos menos 12 Estados assinarão carta, preocupados em especial com imagem do país no exterior

Por **Daniela Chiaretti** — De São Paulo

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

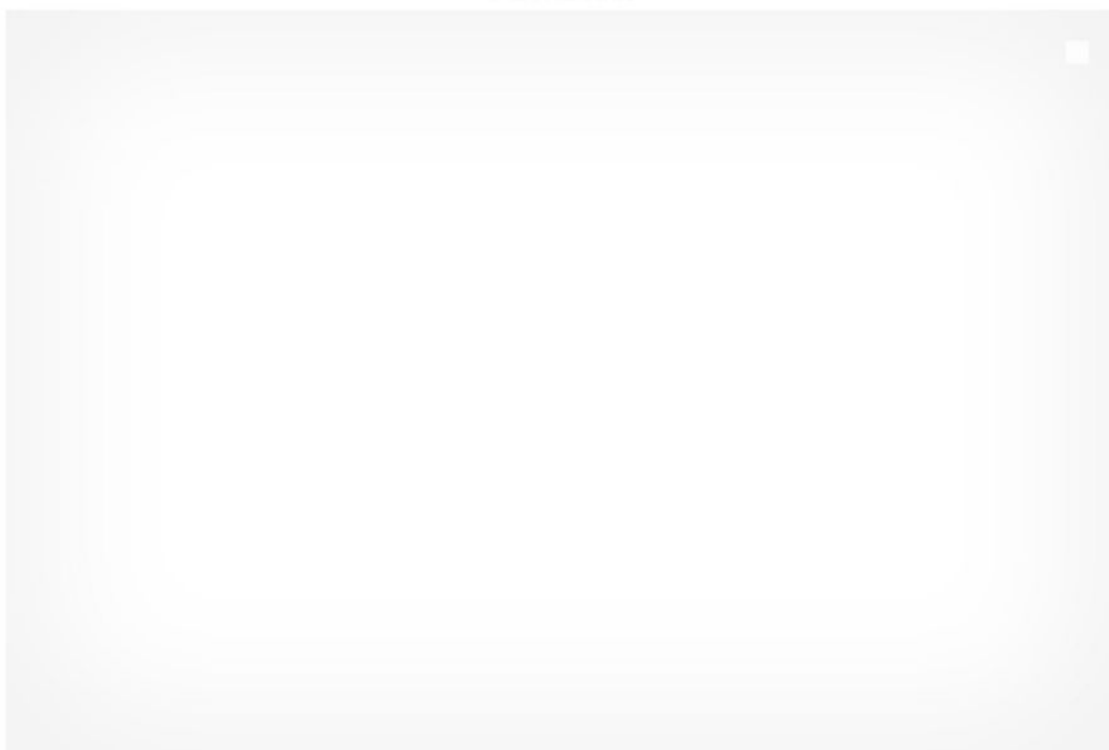
---



Chegou a vez dos governadores. Depois do movimento dos investidores europeus, dos CEOs de grandes empresas no Brasil, dos ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central, dos três maiores bancos privados e de lideranças empresariais, acadêmicas, ambientalistas e militares se unirem pelo combate ao desmatamento na Amazônia e a favor da transição verde da economia, agora a iniciativa é dos governos locais. Hoje pelo menos 12 governadores brasileiros vão assinar uma carta-compromisso nessa direção e formar uma aliança de enfrentamento à crise climática.

Trata-se de movimento inédito. É uma versão brasileira do "We Are Still In" que surgiu nos Estados Unidos em 2017, com a eleição do presidente Donald Trump e sua imediata declaração que retiraria o país do Acordo de Paris. Governadores e políticos democratas reagiram e a eles se juntaram mais de 3.900 CEOs, prefeitos, líderes indígenas, religiosos, executivos do setor de saúde, acadêmicos e muitos outros, representando a maior e mais diversa coalizão de atores que têm em comum insistir na ação climática a despeito do retrocesso do governo federal.

PUBLICIDADE



No caso brasileiro, a adesão é muito mais modesta e não há enfrentamento direto com o governo federal. A sinalização é mais sutil e fala muito com o público externo. Os governadores, preocupados com a má imagem que o Brasil tem atualmente no exterior, principalmente na Europa, e atentos às oportunidades que a transição verde pode trazer, aderiram à iniciativa. O movimento continua crescendo.

A formalização acontece hoje, às 14h, em evento virtual promovido pelo Centro Brasil no Clima (CBC), think tank apartidário sobre mudança climática que foi fundado em 2012 por Alfredo Sirkis. Um dos maiores ambientalistas do país, Sirkis morreu em acidente de carro em julho.

Uma dessas oportunidades, por exemplo, é a grande aposta europeia no hidrogênio como energia que pode ajudar a descarbonizar setores industriais que emitem muito carbono, como a siderurgia e o cimento. A Europa pavimenta sua estratégia de descarbonização da economia em 2050 com o “Green Deal”.

O hidrogênio tem que ser produzido a partir de energias renováveis e não combustíveis fósseis. “É o ‘hidrogênio verde’, como está sendo chamado. Estados do Nordeste têm grande potencial solar e eólico e esta pode ser uma oportunidade”, diz Sérgio Xavier, articulador político do CBC. “A maioria das alternativas da economia verde pode ser uma grande solução para o Brasil, especialmente para as regiões mais pobres”, continua. “Podemos combater a pobreza e atacar o aquecimento global simultaneamente.”

Na carta, os governadores reafirmam o compromisso com o Acordo de Paris e dizem que avanços no Brasil só serão obtidos com o combate ao desmatamento e às queimadas. Falam na necessidade de promoção de energias limpas, da agricultura de baixo carbono e no aumento no uso de biocombustíveis.

“O Brasil poderia saltar da oitava economia convencional do planeta, medida pelo velho PIB poluidor, para a primeira economia verde da Terra, medida por indicadores de inclusão, biodiversidade e sustentabilidade”, diz Guilherme Sirkis, diretor-executivo do CBC. “Com o Acordo de Paris exigindo uma nova civilização de baixo carbono para atenuar a já evidente mudança climática, florestas,

agroindústria ecoeficiente e energias renováveis, abundantes no Brasil, estarão em alta no século 21.”

O Encontro Internacional Governadores pelo Clima sinaliza que os governos locais têm cada vez mais protagonismo na agenda climática e na tomada de ações concretas. O evento tem a intenção de inspirar com experiências de outras regiões. Participam do encontro, que será aberto pelo compositor Gilberto Gil, o embaixador da União Europeia Ignacio Ybañez Rubio e Jerry Brown, ex-governador da Califórnia, entre outros.

Entre os governadores confirmados, estão Renan Filho (AL), Waldez Góes (AP), Renato Casagrande (ES) Flávio Dino (MA), Helder Barbalho (PA), Paulo Câmara (PE), Wellington Dias (PI), Fátima Bezerra (RN), Eduardo Leite (RS), João Doria (SP) e os vices Marcus Vinicius de Albuquerque Dias (DF) e Wanderlei Castro (TO). A transmissão ao vivo em português e inglês será pelo canal do YouTube do CBC e pelo site do **Valor**.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Soluções para garantir a melhor experiência para o consumidor digital

ATENTO

## Iluminação e saneamento são as áreas de maior destaque

Estados e municípios devem estruturar mais projetos no ano que vem

**Por Roberto Rockmann** — Para o Valor de São Paulo

29/10/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

---



Serpa, da Engie Soluções: vamos buscar oportunidades em cidades de médio e de grande portes — Foto: Divulgação

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) de iluminação pública e saneamento movimentaram este ano mais de R\$ 5 bilhões em investimentos. Além de serem itens de primeira necessidade, ainda contêm particularidades financeiras e regulatórias que farão os Estados estruturarem mais projetos nas duas áreas em 2021. A área de saúde, com a pandemia, é outra que pode começar a ter novos investimentos em PPPs.

Os negócios em iluminação pública atraem o interesse de gigantes da área de energia elétrica, como Enel e Engie, e médias empreiteiras, como a Engeform. Além de haver uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que confere às prefeituras a manutenção da infraestrutura de iluminação pública, a cobrança da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP) nas contas de luz traz a segurança para os investidores de que serão gerados recursos para pagar o processo de modernização dos sistemas de iluminação pública. O pagamento da contraprestação da prefeitura fica assegurado, o que fez com que os projetos continuassem indo a mercado, mesmo com o cenário de incertezas da pandemia.

De acordo com dados da Radar PPP, até a primeira quinzena de outubro, foram lançados 30 editais de licitações de PPP de iluminação pública neste ano, sendo que foram assinados 14 contratos de PPP em 2020, não necessariamente de licitações publicadas no mesmo ano. “É possível estimar que as 30 licitações publicadas em 2020 podem gerar algo da ordem de R\$ 6 bilhões em investimento privado no setor”, observa Guilherme Naves, sócio da consultoria.

Entre sete a dez licitações devem ocorrer até o fim do ano, segundo estimativas da Radar PPP. Há pelo menos 50 projetos em fase de modelagem, e que ainda não tiveram os respectivos editais publicados. São projetos que podem ser licitados e contratados em 2021. Entre as cidades com perspectiva de realização de PPPs estão Campinas, Belém (PA) e Curitiba (PR), em negócios que poderão superar R\$ 1 bilhão. “Esse é um segmento que nos interessa muito”, afirma o presidente da Engeform, André Abucham.

Para a maior geradora privada de energia elétrica no Brasil, a Engie a iluminação pública é vista como a espinha dorsal do que pode levar às cidades inteligentes, o que pode criar novos produtos para as empresas de energia elétrica, que vivem



A empresa opera atualmente a PPP de iluminação pública de Uberlândia (MG), com cerca de 90 mil pontos de iluminação. “É o nosso primeiro projeto no país, mas estamos atentos a diversas oportunidades em cidades de médio e grande porte”, diz Leonardo Serpa, diretor-presidente da Engie Soluções, que é concessionária, com cerca de 300 mil pontos de iluminação, em cidades como Santos (SP) e Florianópolis (SC).

Saneamento é outro segmento que tem conseguido driblar os percalços trazidos pela pandemia graças ao novo marco regulatório, que reforça a abertura do setor à iniciativa privada (ver reportagem na página 38). Em outros setores, as PPPs poderão ter um cenário mais difícil de sair do papel, já que dependem da contrapartida do Estado, sendo que União, Estados e municípios se encontram em uma delicada situação fiscal de aperto das contas públicas.

“Quem não possui um fundo garantidor terá dificuldades, o cenário deverá fazer com que Estados e prefeituras com boas condições financeiras possam continuar realizando PPPs, os outros terão grandes desafios”, afirma o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini.

O setor de mobilidade urbana, que na maioria dos projetos depende de recursos públicos pelo menos para uma parte das obras, terá de buscar novas soluções. Em São Paulo, por exemplo, a licitação do trem de passageiros intercidades, entre São Paulo e Campinas, fluxo que pode movimentar mais de 500 mil passageiros por dia, pode contemplar também no pacote a concessão de uma linha de trens sobre trilhos já operacional na região metropolitana.

É uma forma de o empreendedor já ter caixa para iniciar o projeto do trem intercidades do zero. O projeto pode envolver mais de US\$ 1,4 bilhão de investimentos. O governo paulista busca atrair empresas da China, que chegaram a analisar investimentos em mobilidade urbana no Estado.

A nova regulação para aperfeiçoar concessões e PPPs está na proposta de uma Lei Geral das Concessões, em tramitação no Congresso. No documento, que contou com contribuições de empresários e de oito ministérios, fica proibida que concessionárias de serviços públicos entrem em recuperação judicial, como

Outra inovação é a possibilidade de concessão simplificada para projetos com investimento total inferior a R\$ 200 milhões e receita anual média abaixo de R\$ 40 milhões. Nesses casos, as consultas públicas poderão ser virtuais e os estudos de viabilidade poderão ter um grau de complexidade menor.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Soluções para garantir a melhor experiência para o consumidor digital

ATENTO

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Bolsas digerem confirmação de favoritismo de Biden após debate e inflação no Brasil

### VALOR INVESTE

Polícia Federal apura fraudes de R\$ 980 milhões de servidores da Receita

# STF julga tributação por ICMS em comércio eletrônico

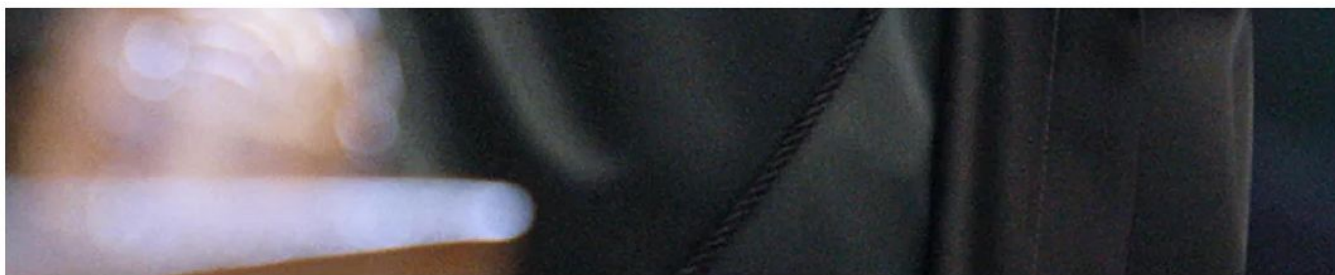
Análise foi suspensa por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

29/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



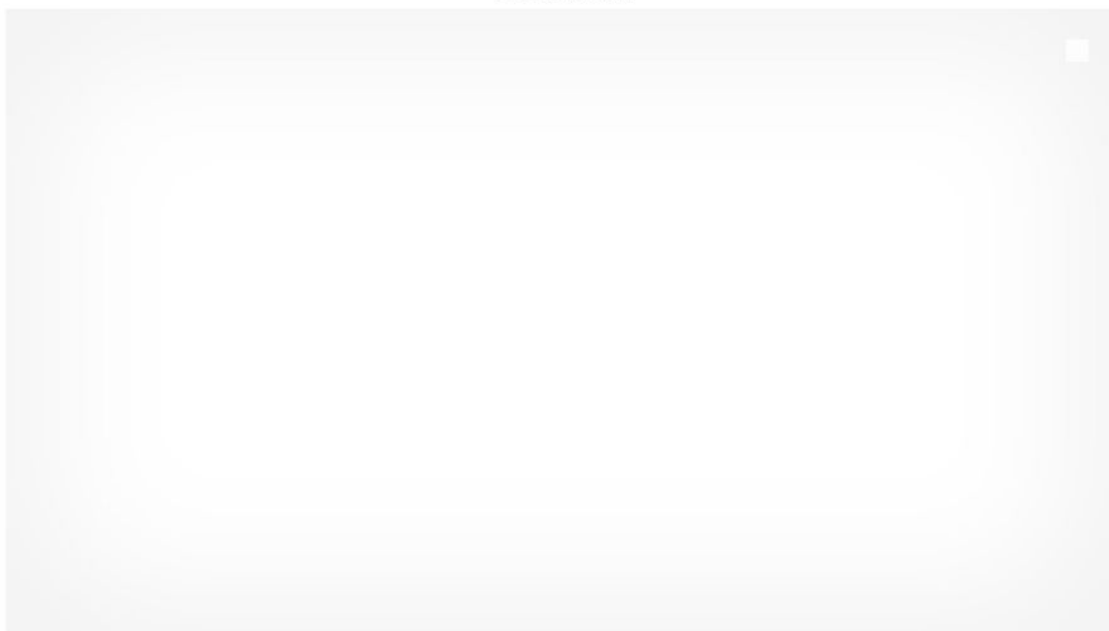


Marco Aurélio: lei complementar como condição para cobrança do ICMS — Foto: Divulgação

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem, pelo Plenário Virtual, se a cobrança de diferencial de alíquotas (Difal) de ICMS no comércio eletrônico é constitucional. O ministro relator, Marco Aurélio Mello, votou de modo favorável às empresas ao exigir lei complementar como condição para os Estados poderem cobrar esse adicional do imposto estadual. Logo após o voto, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

Como a decisão da Corte terá repercussão geral, os demais tribunais deverão aplicá-la. A discussão é relevante tanto para as empresas que vendem por meio do comércio eletrônico quanto para os Estados. Com a pandemia, o chamado e-commerce cresceu e, por outro lado, os Estados precisam arrecadar mais para compensar os gastos por causa da covid-19.

PUBLICIDADE



Em 2015, a Emenda Constitucional nº 87 estabeleceu que Estados do destino da

conforme o Estado de origem e de destino do produto. Na prática, uma varejista estabelecida em São Paulo, por exemplo, que vende um microondas para um consumidor residente no Ceará, precisa recolher o ICMS para o Fisco paulista e a Difal para a Fazenda cearense.

“A tese do ICMS/Difal pode trazer uma margem de lucro de 6% a 14%, variando conforme o Estado de destino e de origem do bem comercializado”, afirma o advogado Caio Malpighi, tributarista do escritório Ayres Ribeiro Advogados. Segundo ele, todos os grandes players de varejo que têm operação em vários Estados do Brasil e fazem venda on-line de bens para consumidores finais entraram ou têm entrado com ação judicial para não recolher esse imposto em razão de sua exigência não estar prevista em uma lei complementar.

Em seu voto, o ministro relator chegou a sugerir a tese: “A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe a edição de lei complementar veiculando normas gerais” (RE 1287019).

Marco Aurélio também criticou o Convênio do Confaz nº 93, de 2015, que foi base para os Estados editarem leis ordinárias exigindo a Difal. “A quadra indica que os Estados e o Distrito Federal teriam se antecipado, quando não poderiam fazê-lo, incorrendo em duplo vício formal: usurpação de competência da União, à qual cabe editar norma geral nacional sobre o tema, e inadequação do instrumento - convênio”, disse.

O advogado Eduardo Borges, sócio do escritório Andrade Maia Advogados que representa a MadeiraMadeira e a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm) no processo, aponta que o artigo 146 da Constituição Federal exige lei complementar para regulamentar impostos em geral. Além disso, destaca o artigo 155 da Constituição, que reforça a necessidade de lei complementar para a cobrança de ICMS.

Sócio de Borges, o tributarista Leonardo Andrade chama a atenção para o trecho do voto de Marco Aurélio que menciona a própria jurisprudência do STF.

“Recentemente, ao julgar o Tema 1094 sobre ICMS-Importação, os ministros

julgaram, por unanimidade, para afastar a cobrança estadual do tributo, enquanto não havia lei complementar”, diz.

Ainda não há data para o Supremo voltar a julgar a Difal. Mas no julgamento do ICMS-Importação, Borges lembra que para seis ministros bastava a edição de lei complementar para as leis ordinárias dos Estados produzirem efeitos, enquanto outros cinco diziam que deveriam ser editadas novas leis estaduais.

“Como o ministro aposentado Celso de Mello estava entre a maioria e o agora presidente da Corte, Luiz Fux, entre a minoria, mas agora com o poder do voto de minerva, isso pode mudar”, diz. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar nº 325, de 2016, para regulamentar a Difal.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal não retornou até ao fechamento da edição.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

# TCU faz alerta sobre falta de meta fiscal para 2021

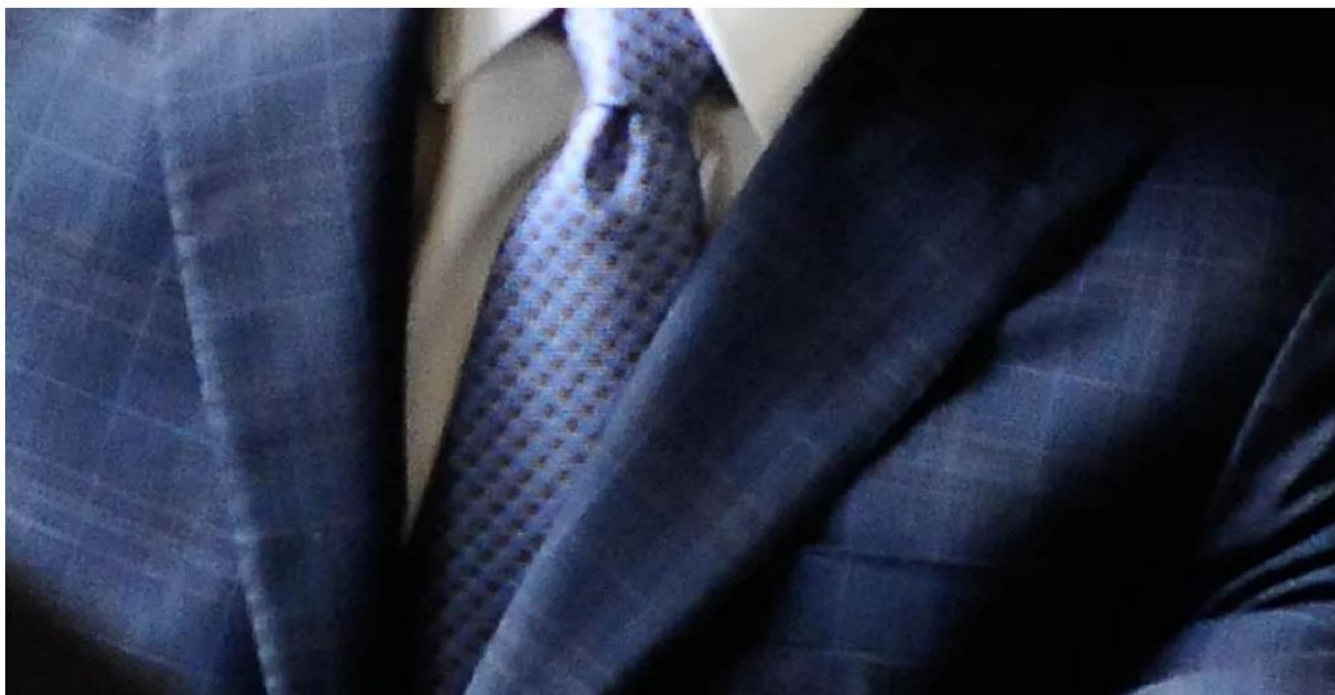
Na LDO, governo não definiu alvo fixo para o resultado primário

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Bruno Dantas: manobras podem trazer mais risco fiscal à economia já fragilizada — Foto: Ruy Baron/Valor

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) alertou ontem o Ministério da Economia sobre a ausência de meta fiscal para o ano que vem. De acordo com o órgão de controle, a metodologia prevista na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 está em desacordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diferentemente do que ocorre historicamente, o governo não estabeleceu uma meta fixa para o resultado primário (exclui gastos com juros em 2021). Apesar de ter mencionado na LDO uma previsão de déficit primário da ordem de pouco menos de R\$ 150 bilhões, a equipe econômica não associou esse valor a mecanismos que assegurem seu cumprimento, ou seja, trata-se tão somente de uma referência.

PUBLICIDADE



Para o TCU, essa sistemática não configura nenhum tipo de meta, mas apenas uma “conta de chegada”, resultante do saldo entre receitas primárias e as despesas primárias sujeitas e não sujeitas ao teto de gastos. “A meta passa a ser mera operação matemática entre esses três elementos”, diz o relatório do tribunal.

O entendimento do órgão de controle é de que a meta deve servir, entre outras coisas, para demonstrar a tendência da dívida pública, que já se aproxima de 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Pelas projeções atualizadas do governo federal, o país só voltará a apresentar superávit nas contas públicas em 2027.

Pelo modelo proposto na LDO, se as receitas primárias caírem ou se as despesas não sujeitas ao teto aumentarem, a meta é reduzida automaticamente. O único elemento que permanece fixo é o montante de despesas sujeitas ao teto, justamente devido às limitações impostas pela regra.

Para o tribunal, além de estar em desacordo com a LRF, a ausência de uma meta fiscal consistente afeta o planejamento fiscal e a credibilidade do governo perante os agentes econômicos.

“Ainda que o atingimento de superávits primários, sobretudo dada a conjuntura econômica decorrente da crise provocada pelo coronavírus, não se mostre factível na atualidade, o fato é que resultados positivos serão construídos progressivamente a partir do esforço fiscal acumulado ao longo dos anos e, espera-se, da recuperação do crescimento econômico de forma duradoura”, disse o relator do processo no TCU, ministro Bruno Dantas.

Durante o processo, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) argumentou que, em um contexto de severas limitações que comprometem a acurácia das estimativas de arrecadação, um valor de meta fiscal definido a priori tenderia a ensejar várias revisões ao longo do ano. Tais revisões, sustenta o órgão, também teriam efeitos sobre as incertezas por parte dos agentes econômicos.

Para o cientista político Luiz Felipe D'Ávila, presidente do Centro de Liderança Política, a pandemia não pode servir como subterfúgio para mudanças permanentes na disciplina fiscal.

“Economias do mundo inteiro também estão sentindo o impacto da covid em suas contas, mas nem por isso estão agindo com manobras que podem trazer mais risco fiscal justamente em um momento que a economia já está fragilizada e precisa de sinalizações claras do governo de responsabilidade”, afirmou D'Ávila.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Um jeito natural deixar sua próstata do tamanho de uma noz.

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Soluções para garantir a melhor experiência para o consumidor digital

ATENTO

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE



**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## Uma ajuda muito além do imaginado

União repassou R\$ 31 bilhões acima das perdas estaduais

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O apoio financeiro aos Estados para o enfrentamento da pandemia do coronavírus ficou muito acima do que se poderia imaginar. Os dados preliminares do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) indicam que a receita acumulada de janeiro a setembro do ICMS, o principal tributo estadual, caiu cerca de R\$ 3 bilhões, na comparação com igual período de 2019. Para compensar a perda, os governadores receberam R\$ 37 bilhões, considerando apenas a lei complementar 173/2020.

Mas a ajuda federal não ficou só nisso. A arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), que é dividida com Estados e municípios, também caiu durante os meses iniciais da pandemia. Por isso, a medida provisória 938/2020, que foi convertida na lei 14.041/2020, autorizou a União a manter os repasses aos fundos de participação de Estados e municípios (FPE e FPM), de março a novembro, em valores equivalentes aos repassados nos mesmos meses de 2019. Com essa medida, os Estados já receberam R\$ 7,359 bilhões, de acordo com o Tesouro Nacional.

### União repassou R\$ 31 bi acima das perdas estaduais



O Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais, editado pelo Confaz, estima que a receita de todos os tributos estaduais - além do ICMS, o IPVA, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e todas as taxas cobradas - ficou em R\$ 437,4 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro.

Este dado, no entanto, ainda não inclui a arrecadação do Distrito Federal e do Pará no mês passado. Se essas duas unidades da federação tiverem registrado a mesma receita de setembro de 2019, a arrecadação total subiria para R\$ 439,52 bilhões. É provável que a receita fique maior do que esse valor, pois, em setembro, a arrecadação de todos os Estados superou aquela obtida no mesmo mês do ano passado.

Como a arrecadação acumulada de janeiro a setembro do ano passado do conjunto dos Estados ficou em R\$ 445,14 bilhões, a perda de receita por causa da pandemia foi de, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões.

Para compensar essa perda, os Estados receberam da União (LC 173 e MP 938) nada menos que R\$ 44,359 bilhões (R\$ 37 bilhões mais R\$ 7,359 bilhões). Considerando que os recursos da União autorizados pela MP 938 foram apenas para manter constantes os valores dos repasses do FPM e do FPE, na comparação com 2019, os Estados tiveram cerca de R\$ 31,4 bilhões a mais, de janeiro a setembro deste ano, do que em igual período de 2019 (R\$ 37 bilhões menos R\$ 5,6 bilhões).

O aumento nominal da arrecadação total dos Estados nos primeiros nove meses deste ano está em torno de 7% (considerando apenas o repasse de R\$ 37 bilhões), o que é um dado significativo, tendo em vista que o país está em recessão, com a previsão de queda em torno de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo nessa situação, as receitas estaduais apresentarão aumento real, uma vez que a inflação deste ano está estimada em torno de 3%.

Ainda não há informações sobre como os governadores estão gastando os recursos transferidos pela União. A LC 173 diz apenas que, dos R\$ 37 bilhões repassados aos Estados, R\$ 7 bilhões terão que ser utilizados em ações de saúde e assistência social.

Os demais R\$ 30 bilhões serão utilizados livremente pelos governadores, pois cairão diretamente no caixa de cada Estado e não estão carimbados, ou seja, não têm destinação definida em lei. Os recursos poderão, portanto, ser utilizados no pagamento de despesa com pessoal.

É importante que o contribuinte saiba que a União foi obrigada a emitir títulos públicos para arrecadar os recursos que transferiu, na forma de ajuda financeira aos Estados e aos municípios. Assim, a receita maior dos Estados neste ano resultou de aumento do endividamento do Tesouro Nacional.

O impacto da pandemia nas receitas estaduais foi desigual. Na verdade, os Estados do Centro-Oeste e do Norte apresentaram ganho de arrecadação, provavelmente porque são grandes produtores de commodities agrícolas e suas economias não foram muito afetadas pela pandemia. As perdas ficaram com os Estados de Nordeste, Sul e Sudeste.

A arrecadação total de tributos de Mato Grosso, o maior produtor de grãos do país, por exemplo, aumentou 16,18% de janeiro a setembro, na comparação com igual período de 2019, de acordo com os dados do Confaz. Mesmo assim, o Estado recebeu um auxílio de R\$ 1,485 bilhão da União (só com a LC 173). Com a ajuda, a receita total de Mato Grosso nos primeiros nove meses deste ano ficou em R\$ 15,19 bilhões, um aumento de 28,8%, na comparação com a arrecadação do mesmo período de 2019.

Na região Norte, os maiores ganhos de arrecadação ficaram com Amazonas e Pará. O primeiro registrou aumento de 6,6% de janeiro a setembro, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com os dados do Confaz. O segundo ainda não divulgou os dados de setembro, mas a receita estava crescendo 6,62% até agosto.

Na região Nordeste, as maiores perdas ficaram com o Ceará (queda de 8,82%), Bahia (queda de 5,03%) e Rio Grande do Norte (menos 5,17%). No Sudeste, a receita total de Minas Gerais caiu 2,73%, a do Rio de Janeiro, 3,94%, e a de São Paulo, 2,76%. No Sul, a maior queda de receita foi de Santa Catarina, com menos 3,09%, de acordo com os dados do Confaz.

Todos os Estados que perderam receita foram mais do que compensados com o auxílio dado pela União, de tal forma que nenhum terá em seu caixa, neste ano, uma receita menor do que a obtida no ano passado, embora alguns tenham sido mais beneficiados do que outros pela ajuda federal.

Em conversa com o **Valor**, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, chamou atenção para o fato de que o pagamento das dívidas estaduais, que foi suspenso neste ano por causa da pandemia, será retomado em janeiro de 2021. "Isso vai acontecer em um quadro ainda de dificuldades", observou. Para ele, embora a economia esteja em recuperação, está retomando em um nível mais baixo, o que impactará negativamente as receitas.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE

### LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Salvador  
OLIST

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!  
KIT BRANDS

por taboola

## Conteúdo Publicitário

---

### VALOR INVESTE

Bolsas digerem confirmação de favoritismo de Biden após debate e inflação no Brasil

### VALOR INVESTE

Polícia Federal apura fraudes de R\$ 980 milhões de servidores da Receita

### VALOR INVESTE

Segunda onda de coronavírus volta a afetar ações ligadas ao setor de turismo



COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### Lucro da International Paper cai 40% no terceiro trimestre

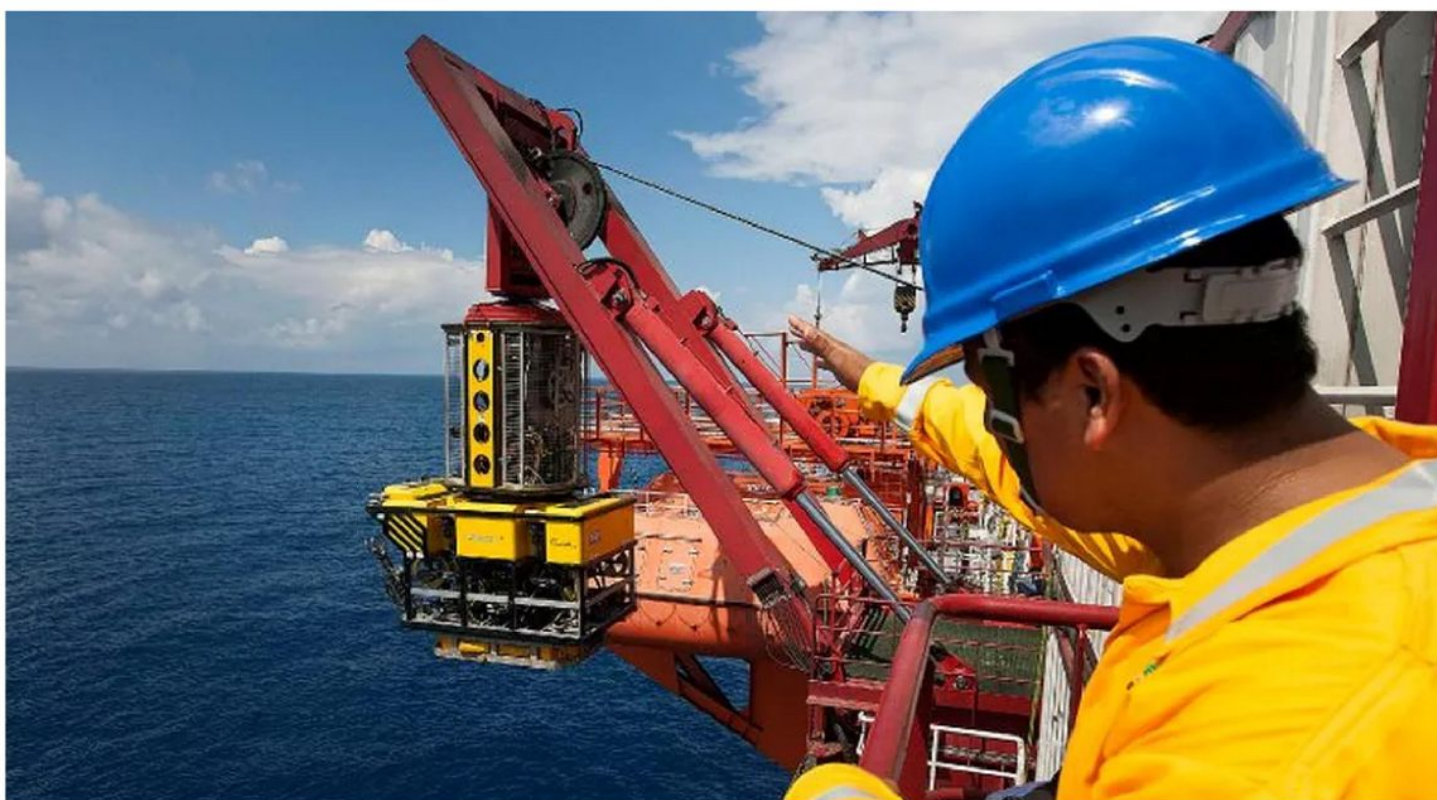
A companhia americana somou um ganho de US\$ 204 milhões no período



29/10/2020 10:44 — Em Empresas

## **Petróleo estende fortes perdas com receios sobre excesso de oferta**

Temores agora são de uma disparada da produção no Golfo do México, após a passagem do furacão Delta



29/10/2020 10:41 — Em Finanças

## **IGC projeta colheita global de grãos em 2020/21 em 2,226 bilhões de t**

Se confirmado, volume será 1,9% superior ao de 2019/20

29/10/2020 10:40 — Em Agronegócios



## Locaweb faz oferta de R\$ 180 milhões para compra de empresa de tecnologia Vindi

A Vindi foi avaliada considerando a compra de 100% do capital

29/10/2020 10:40 — Em Empresas

---

## Kraft Heinz projeta crescimento nas vendas orgânicas

A fabricante de alimentos está otimista para o resultado de 2020

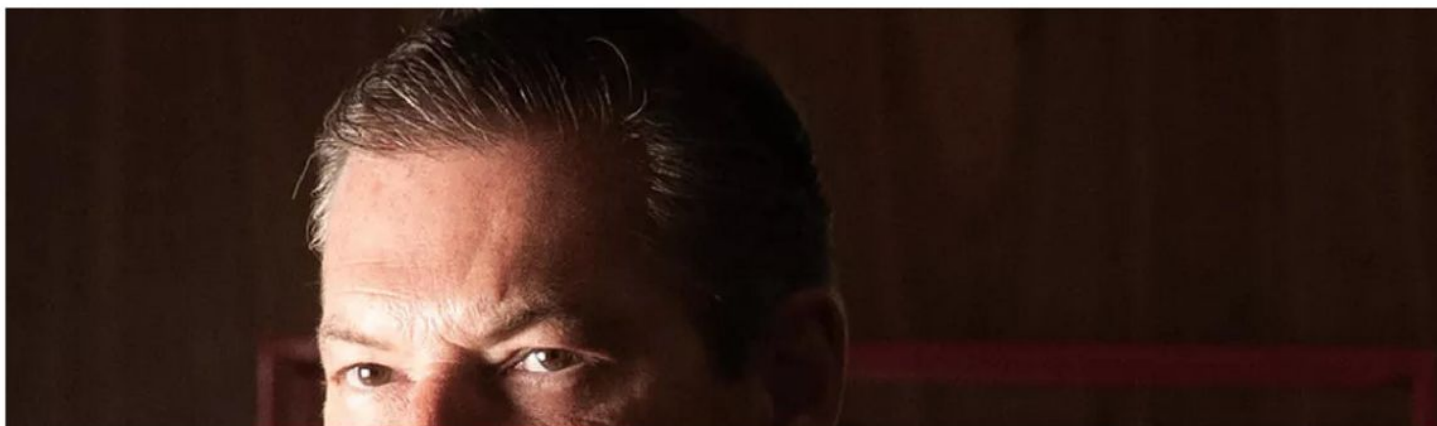


29/10/2020 10:37 — Em Empresas

---

## Margem do Bradesco sofreu pressão pontual e tendência é de recuperação, diz Lazari

Margem financeira foi afetada por linhas emergenciais e mudanças regulatórias no cartão



29/10/2020 10:33 — Em Finanças

---

## **EUA registram quase 80 mil casos de covid-19 em 24 horas**

29/10/2020 10:30 — Em Mundo

---

## **BCE mantém taxas, alerta sobre riscos e diz que vai recalibrar instrumentos**

Autoridade monetária corroborou perspectiva de que pode anunciar alguma mudança na sua postura em dezembro



29/10/2020 10:27 — Em Finanças

---

VEJA MAIS



**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi assessor de imprensa do Ministério do Planejamento e do BC, e ganhou o Prêmio Esso de Economia

## Uma ajuda muito além do imaginado

União repassou R\$ 31 bilhões acima das perdas estaduais

29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O apoio financeiro aos Estados para o enfrentamento da pandemia do coronavírus ficou muito acima do que se poderia imaginar. Os dados preliminares do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) indicam que a receita acumulada de janeiro a setembro do ICMS, o principal tributo estadual, caiu cerca de R\$ 3 bilhões, na comparação com igual período de 2019. Para compensar a perda, os governadores receberam R\$ 37 bilhões, considerando apenas a lei complementar 173/2020.

Mas a ajuda federal não ficou só nisso. A arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), que é dividida com Estados e municípios, também caiu durante os meses iniciais da pandemia. Por isso, a medida provisória 938/2020, que foi convertida na lei 14.041/2020, autorizou a União a manter os repasses aos fundos de participação de Estados e municípios (FPE e FPM), de março a novembro, em valores equivalentes aos repassados nos mesmos meses de 2019. Com essa medida, os Estados já receberam R\$ 7,359 bilhões, de acordo com o Tesouro Nacional.



## União repassou R\$ 31 bi acima das perdas estaduais

O Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais, editado pelo Confaz, estima que a receita de todos os tributos estaduais - além do ICMS, o IPVA, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e todas as taxas cobradas - ficou em R\$ 437,4 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro.

Este dado, no entanto, ainda não inclui a arrecadação do Distrito Federal e do Pará no mês passado. Se essas duas unidades da federação tiverem registrado a mesma receita de setembro de 2019, a arrecadação total subiria para R\$ 439,52 bilhões. É provável que a receita fique maior do que esse valor, pois, em setembro, a arrecadação de todos os Estados superou aquela obtida no mesmo mês do ano passado.

Como a arrecadação acumulada de janeiro a setembro do ano passado do conjunto dos Estados ficou em R\$ 445,14 bilhões, a perda de receita por causa da pandemia foi de, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões.

Para compensar essa perda, os Estados receberam da União (LC 173 e MP 938) nada menos que R\$ 44,359 bilhões (R\$ 37 bilhões mais R\$ 7,359 bilhões). Considerando que os recursos da União autorizados pela MP 938 foram apenas para manter constantes os valores dos repasses do FPM e do FPE, na comparação com 2019, os Estados tiveram cerca de R\$ 31,4 bilhões a mais, de janeiro a setembro deste ano, do que em igual período de 2019 (R\$ 37 bilhões menos R\$ 5,6

bilhões).

O aumento nominal da arrecadação total dos Estados nos primeiros nove meses deste ano está em torno de 7% (considerando apenas o repasse de R\$ 37 bilhões), o que é um dado significativo, tendo em vista que o país está em recessão, com a previsão de queda em torno de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo nessa situação, as receitas estaduais apresentarão aumento real, uma vez que a inflação deste ano está estimada em torno de 3%.

Ainda não há informações sobre como os governadores estão gastando os recursos transferidos pela União. A LC 173 diz apenas que, dos R\$ 37 bilhões repassados aos Estados, R\$ 7 bilhões terão que ser utilizados em ações de saúde e assistência social.

Os demais R\$ 30 bilhões serão utilizados livremente pelos governadores, pois cairão diretamente no caixa de cada Estado e não estão carimbados, ou seja, não têm destinação definida em lei. Os recursos poderão, portanto, ser utilizados no pagamento de despesa com pessoal.

É importante que o contribuinte saiba que a União foi obrigada a emitir títulos públicos para arrecadar os recursos que transferiu, na forma de ajuda financeira aos Estados e aos municípios. Assim, a receita maior dos Estados neste ano resultou de aumento do endividamento do Tesouro Nacional.

O impacto da pandemia nas receitas estaduais foi desigual. Na verdade, os Estados do Centro-Oeste e do Norte apresentaram ganho de arrecadação, provavelmente porque são grandes produtores de commodities agrícolas e suas economias não foram muito afetadas pela pandemia. As perdas ficaram com os Estados de Nordeste, Sul e Sudeste.

A arrecadação total de tributos de Mato Grosso, o maior produtor de grãos do país, por exemplo, aumentou 16,18% de janeiro a setembro, na comparação com igual período de 2019, de acordo com os dados do Confaz. Mesmo assim, o Estado recebeu um auxílio de R\$ 1,485 bilhão da União (só com a LC 173). Com a ajuda, a receita total de Mato Grosso nos primeiros nove meses deste ano ficou em R\$ 15,19 bilhões, um aumento de 28,8%, na comparação com a arrecadação do mesmo período de 2019.

Na região Norte, os maiores ganhos de arrecadação ficaram com Amazonas e Pará. O primeiro registrou aumento de 6,6% de janeiro a setembro, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com os dados do Confaz. O segundo ainda não divulgou os dados de setembro, mas a receita estava crescendo 6,62% até agosto.

Na região Nordeste, as maiores perdas ficaram com o Ceará (queda de 8,82%), Bahia (queda de 5,03%) e Rio Grande do Norte (menos 5,17%). No Sudeste, a receita total de Minas Gerais caiu 2,73%, a do Rio de Janeiro, 3,94%, e a de São Paulo, 2,76%. No Sul, a maior queda de receita foi de Santa Catarina, com menos 3,09%, de acordo com os dados do Confaz.

Todos os Estados que perderam receita foram mais do que compensados com o auxílio dado pela União, de tal forma que nenhum terá em seu caixa, neste ano, uma receita menor do que a obtida no ano passado, embora alguns tenham sido mais beneficiados do que outros pela ajuda federal.

Em conversa com o **Valor**, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, chamou atenção para o fato de que o pagamento das dívidas estaduais, que foi suspenso neste ano por causa da pandemia, será retomado em janeiro de 2021. “Isso vai acontecer em um quadro ainda de dificuldades”, observou. Para ele, embora a economia esteja em recuperação, está retomando em um nível mais baixo, o que impactará negativamente as receitas.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SIU ENDDO

# Vale lucra R\$ 15,6 bi e Petrobras tem prejuízo

Estatual de petróleo registra perda de R\$ 1,54 bilhão no terceiro trimestre

Por **André Ramalho, Gabriela Ruddy e Rafael Rosas** — Do Rio

29/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Vale e Petrobras, duas das principais empresas da bolsa, registram resultados antagônicos no terceiro trimestre do ano. A mineradora fechou o período com lucro líquido de R\$ 15,61 bilhões, alta de 138,7% sobre julho-setembro do ano passado, como resultado do aumento nos preços realizados do minério de ferro. Já a Petrobras fechou o terceiro trimestre com prejuízo de R\$ 1,546 bilhão, revertendo o lucro de R\$ 9,08 bilhões registrado em igual período do ano passado.

O prejuízo da petroleira foi puxado, sobretudo, por efeitos não recorrentes como adesão a programas de anistia tributária e recompra de títulos. Desconsiderados esses itens, a estatal teria reportado lucro líquido de R\$ 3,2 bilhões. As receitas da petroleira, por sua vez, caíram 8,2%, para R\$ 70,73 bilhões, ante o terceiro trimestre de 2019.



A Vale, por sua vez, registrou receita líquida de R\$ 57,9 bilhões no trimestre, alta de 42,4% na comparação com os R\$ 40,6 bilhões do terceiro trimestre de 2019. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da mineradora somou R\$ 32,8 bilhões, alta de 79,1% ante os R\$ 18,3 bilhões do terceiro trimestre do ano passado. A dívida líquida da companhia ficou US\$ 4,4 bilhões ao fim do terceiro trimestre, abaixo dos US\$ 5,3 bilhões do mesmo período do ano passado. O preço realizado pela Vale para os finos de minério de ferro, o principal produtos da companhia, totalizou US\$ 112,1 por tonelada, aumento de US\$ 23,2 por toneladas em relação ao segundo trimestre do ano. Contribuiu a forte demanda da China.

Já a Petrobras, mesmo em cenário de preços mais adverso, conseguiu aumentar em 2,6% o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), para R\$ 33,44 bilhões, sustentado pelo desempenho operacional. A empresa destacou o fluxo de caixa livre positivo de R\$ 40,1 bilhões entre julho e setembro, como reflexo das melhoras do lucro operacional e do capital de giro, principalmente devido ao uso de crédito tributário e ao aumento de vendas de derivados de petróleo, que têm prazo de pagamento menor do que as exportações. O desempenho, aliado aos desinvestimentos, permitiu à petroleira reduzir em 12,8% a dívida bruta, de US\$ 91 bilhões ao fim de junho para US\$ 79,6 bilhões, em setembro - patamar abaixo da meta da companhia para 2020, de US\$ 87 bilhões.

Já a dívida líquida da estatal caiu 7%, atingindo US\$ 66,2 bilhões, na mesma base de comparação. A alavancagem financeira da Petrobras, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ficou praticamente estável, em 2,33 vezes. Ao todo, as vendas de ativos renderam à companhia US\$ 1 bilhão nos nove primeiros meses do ano. Na mensagem aos acionistas, o presidente Roberto Castello Branco afirmou que os desinvestimentos tiveram sua velocidade afetada pela pandemia de covid-19, mas que o programa "permanece vivo e muito ativo". Ele cita que há, neste momento, dez operações assinadas, a serem fechadas e 32 processos em fase vinculante.

trimestre, um marco na produção, com recorde histórico no sistema norte da empresa, no Pará, onde está Carajás. **(Colaboraram Rita Azevedo e Rodrigo Rocha, de São Paulo).**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres

DESAFIOMUNDIAL

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Bolsas digerem confirmação de favoritismo de Biden após debate e inflação no Brasil

### VALOR INVESTE

Polícia Federal apura fraudes de R\$ 980 milhões de servidores da Receita

## Veto à desoneração deve cair, diz líder governista

Proposta consta da pauta do Congresso desde julho, mas sessões vem sendo adiadas pela pandemia

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

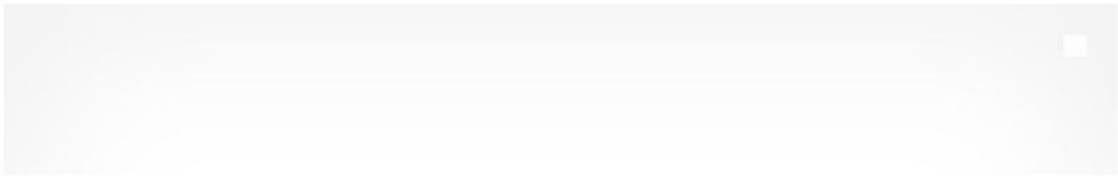
29/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O líder do governo no Congresso Nacional, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse ao **Valor** ontem que o veto da desoneração da folha de pagamento deve ser apreciado mesmo na semana que vem, quando está marcada uma nova deliberação sobre o assunto.

Gomes afirmou que não vê motivos para que a sessão parlamentar seja adiada mais uma vez, como vem acontecendo há quatro meses. Segundo ele, o acordo pela derrubada do dispositivo está mantido.

PUBLICIDADE



“Não [vai adiar], está na pauta do Congresso”, disse. Eduardo Gomes afirmou também que a intenção é votar apenas os vetos pendentes. Posteriormente o governo vai fazer a discussão sobre uma desoneração mais ampla, mas isso não deve acontecer agora. “Vamos votar os vetos e depois vemos as outras coisas [da desoneração]. Está marcado pelo presidente [do Congresso] e estará todo mundo aqui. Tudo indica que vai ter sim [a votação]”, complementou o senador.

Desde julho, o governo tenta costurar um acordo para o veto à desoneração da folha de pagamento, que beneficia atualmente 17 setores da economia. Um dos motivos do impasse em torno do assunto é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não desistiu da ideia de trocar a desoneração da folha de pagamentos por um imposto sobre transações. Segundo uma fonte, ele ainda tem como grande objetivo promover a redução de encargos sobre salários para baratear o custo do trabalho no Brasil.

Outros veto que deve ser analisado é o que trata do marco legal do saneamento. Isso porque o presidente Jair Bolsonaro decidiu barrar o artigo 16, que prevê que os contratos de programa vigentes poderão ser reconhecidos, formalizados ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022, com vigência máxima de 30 anos.

Este veto contrariou um acordo construído pelo próprio Palácio do Planalto para que a matéria fosse aprovada. Por conta disso, a tendência que é os senadores também derrubem esse entendimento do presidente. Como estratégia, o governo deve tentar reverter o resultado da mesma votação na Câmara, onde tem uma base mais consolidada. Caso isso aconteça -- Senado derrube o veto, mas a Câmara o mantenha --, o governo sairá vitorioso e o artigo permanecerá como revogado pelo Executivo.

Como o Congresso não realiza sessão para votar vetos desde março, há projetos antigos ainda pendentes de análise, como por exemplo os 24 dispositivos do

durante sua tramitação no Parlamento. A proposta tem por objetivo aperfeiçoar a legislação e o processo penal. Alguns dos vetos feitos por Bolsonaro também aconteceram por orientação de Moro, o que ajuda a explicar o empenho de algumas bancadas para que essas decisões sejam derrubadas.

Sobre isso, parlamentares considerados “lavajatistas” e próximos ao ex-juiz acusam o presidente de abandonar a matéria depois que Moro rompeu com a atual gestão e deixou o cargo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

Médicos: método simples pode evitar ronco (experimente hoje à noite)

SLEEPMAGIC

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Um jeito natural deixar sua próstata do tamanho de uma noz.

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

# Zema busca diálogo para retirar Minas da ruína financeira

Governador tem semana de conversas em Brasília e espera eleição para intensificar negociações

Por **Fernando Exman e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

29/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Zema: 'Não estamos falando para ninguém que o 13º será pago em dezembro porque o mais provável é que isso não ocorra' — Foto: Maria Tereza Correia/Valor

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), circulou nesta semana em Brasília com a missão de buscar ajuda e saídas para a desafiadora situação fiscal do Estado. As soluções não dependem apenas de Zema e seu secretariado. Minas está no vermelho desde 2015 e, segundo o governador, a prioridade de sua gestão é colocar em dia as contas públicas, sem aumentar a carga tributária. Por isso, tem procurado articular-se com o governo federal e o Legislativo.

Em seu périplo, deixou a mensagem de que retomará, logo depois das eleições municipais, as negociações com a Assembleia Legislativa para a privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Enquanto isso não se viabiliza, alternativas para tentar aproveitar o potencial da empresa e gerar receita para o Estado continuam a ser construídas com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Palácio do Planalto. Em outras frentes, ele tentou impulsionar a aprovação de uma proposta no Congresso que socorra os Estados.

PUBLICIDADE

Em entrevista ao **Valor** na noite de segunda-feira, Zema lembrou que Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás continuam precisando fazer um acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional. “Estávamos com o Plano Mansueto para ser votado, aí veio a pandemia. Teve uma série de mudanças de prioridades. Mas, agora, temos um novo projeto de lei e estamos confiantes de que o Congresso considere a situação desses quatro Estados”, disse. Em sua avaliação, o presidente

foi feito, pelo que entendo, muito para atender a situação do Rio. E Rio Grande do Sul, Minas e Goiás têm algumas particularidades. Então, é como se tivesse sido feito um Refis estatal para atender só um caso e nós precisamos ser mais abrangentes. São situações distintas. O Rodrigo Maia está muito consciente da necessidade dos demais Estados e vai estar acompanhando isso de perto.”

A atual gestão mineira pagou salários atrasados e ajudou a limpar o nome de 240 mil funcionários públicos que tiveram problemas com crédito consignado, desembolsando “mais de R\$ 500 milhões”. Retomou, também, repasses a municípios, paralisados pelo antecessor.

Neste momento, contudo, Zema disse que ainda não pode garantir aos 500 mil servidores que o 13º salário será pago em dia. “Nos últimos dois anos, nós conseguimos pagar o 13º salário de forma parcelada. É lógico que, se a atividade econômica responder bem, e tem respondido, isso facilita”, afirmou. “Ainda temos novembro e dezembro. Quem sabe em dezembro seria possível pagar alguma coisa, quem sabe em janeiro, dependendo. Nós estamos sendo conservadores. Não estamos falando para ninguém que o 13º salário será pago em dezembro porque sabemos que o mais provável, caso não tenha nenhuma entrada extraordinária, é que isso não ocorra.”

A despeito das incertezas da pandemia, Zema demonstra otimismo tanto em relação às perspectivas para a economia doméstica quanto à possibilidade de se aproveitar a atual conjuntura internacional para atrair investimentos. Eleito com a bandeira de privatizações, seu governo tem recebido a ajuda do BNDES para estruturar concessões de rodovias e parques. Ele insiste na necessidade de passar a Cemig à iniciativa privada.

“A principal reclamação é que as pessoas querem ampliar os negócios, mas não conseguem porque não têm energia elétrica. A companhia de energia é fator restritivo. Ainda assim, tem uma resistência grande à privatização”, pontuou. “A Cemig hoje precisaria, para colocar os investimentos e a infraestrutura dela em dia, de R\$ 15 bilhões. O Estado é um Estado quebrado e controlador da empresa. Ele não teria condições de fazer nada. Em um mundo de alta liquidez e juros baixos, poderíamos proporcionar para o investidor uma boa oportunidade.”



Segundo ele, além de servir de “anabolizante” para a própria companhia, esses recursos melhorariam a infraestrutura do Estado e gerariam empregos. “É necessário levarmos essa pauta. No saneamento, é a mesma coisa. Minas Gerais é um Estado em que a maioria das cidades não tem tratamento de esgoto e não tem água potável.”

O governador lamentou a politização em torno da vacina contra o novo coronavírus. Ponderou, no entanto, que só no futuro será possível fazer algum julgamento sobre qual lado teve razão a respeito da necessidade ou não de se fazer o isolamento social. “Daqui a três anos, vamos ver que em alguns países do mundo os óbitos aumentaram em 2020 e em alguns países e alguns Estados os óbitos reduziram. Em Minas Gerais neste ano os dados que recebi indicam que nós tivemos menos óbitos do que no ano passado, no geral.”

Zema tem acompanhado o impacto da pandemia na atividade econômica. De acordo com ele, o auxílio emergencial fez com que as regiões mais carentes do Estado experimentassem um nível da atividade superior ao período pré-crise. Ele espera decréscimo nesses indicadores, mas, mesmo assim, destacou que há sinais positivos como o aumento de consumo de energia elétrica, cimento e material de construção. “Siderúrgicas, por exemplo, estão operando na sua capacidade. Então, enxergo que estamos tendo um crescimento menos induzido pelo consumo e mais induzido pelo investimento, o que é muito bom porque é um crescimento mais saudável.”

A sua defesa para que a carga tributária não aumente também vale para a reforma em discussão no Congresso. Ele ressaltou que o único mérito de um novo imposto sobre transações seria alcançar os sonegadores. “A minha sugestão, que eu já passei para o [ministro da Economia, Paulo] Guedes e para o Rodrigo Maia, foi que, se a CPMF tiver de ser a solução, que ela seja deduzida do Imposto de Renda que todos nós pessoas físicas e jurídicas pagamos”, argumentou. “Ela acaba sendo um imposto como se você tivesse pagando adiantado. E vai ser um imposto efetivo para o sonegador ou para a empresa que está tendo prejuízo, mas um dia ela acaba tendo condição de compensar isso.”

Em relação à reforma administrativa, sua defesa é enfática. Segundo ele, a

funcionário público teria que provar novamente que está apto e capacitado. “Eu sei que precisa ser estável e não pode ser vítima de interferências políticas, de interesses de alguém que ganhou uma eleição, mas ele também não pode ter a benesse de quem ganhou na loteria um bilhete e vai receber a prestação em 80 anos, que às vezes é o que acontece, 60 anos. Não pode ser assim também.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

### LINK PATROCINADO

O melhor jeito de fazer um cão parar de latir (é genial)

SILENPRO

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres

DESAFIOMUNDIAL

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Bolsas digerem confirmação de favoritismo de Biden após debate e inflação no Brasil

### VALOR INVESTE